



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

JOSÉ GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO

**O SENTIDO DO SINDICALISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA:
A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA FRONTEIRA DAS LUTAS
ECONÔMICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS.**

FORTALEZA

2015

JOSÉ GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO

O SENTIDO DO SINDICALISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA:
A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA FRONTEIRA DAS LUTAS
ECONÔMICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A663s

Araújo Filho, José Gonçalves de.

O sentido do sindicalismo na tradição marxista: a educação da classe trabalhadora na fronteira das lutas econômicas, políticas e ideológicas / José Gonçalves de Araújo Filho. – 2015.

108 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Educação Brasileira.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.

1.Sindicalismo. 2. Operário. 3. Educação. 4.Marxismo. I. Título.

CDD 371.81

JOSÉ GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO

O SENTIDO DO SINDICALISMO NA TRADIÇÃO MARXISTA:
A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA FRONTEIRA DAS LUTAS
ECONÔMICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em 27/08/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Para a miúda Lis e o gigante Caio.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que fazem a linha de pesquisa Trabalho e Educação: Justino e Rose pelo zelo, generosidade, presteza e permanente apoio nas orientações - sem esquecer os ricos debates nas suas disciplinas, meus agradecimentos. Também sou grato pela agradável e marcante convivência do grupo de pesquisadores da linha Trabalho e Educação: Iziane, Iara, Raquel, Nivânia, Anita, Kalina, Remo, Alisson e Paulo.

Tenho enorme gratidão aos bravos combatentes do sindicato de professores da Universidade Regional do Cariri: Augusto, Claudinha, Zuleide, Kátia e Manuca. Foram muitas bandeiras e absolutamente nada foi em vão: a primeira greve em 1996 (embrião do que viria a ser o Sindurca); a ocupação da reitoria em 2003 quando enfrentamos o famigerado governo de Lúcio Alcântara e seu “anão” Herzog (reitor empossado); a grande greve de 2010 que arrancou da frente popular o PCCV; até a mais recente greve de 2014 quando foi possível confrontar a política de terra arrasada da oligarquia Ferreira Gomes e conquistar o concurso para professor efetivo.

Há, no entanto, um sujeito (coletivo) a quem devo a maior gratidão - o partido revolucionário. Aos camaradas do PSTU muito obrigado. Em seu interior há certos indivíduos cujas contribuições vão muito além da mera elaboração da presente dissertação: Fábio esteve presente em caráter decisivo em cada etapa relacionada a minha vinda para Fortaleza, e por sua genialidade, incrível capacidade teórica e rara clareza argumentativa, fez tudo parecer mais leve - apesar de não adotar fórmulas prontas em nenhuma situação. É um tipo único - ao lado do camarada tudo fica absolutamente mais perto em lugar e tempo. Penso ser impossível dar a esse amigo de sempre o devido crédito com poucas palavras, apenas deixo aqui o registro do meu respeito.

Também é necessário reconhecer o período militando ao lado do Flávio e Corredor. São casos à parte e merecem destaque, pois inspiram confiança na força do proletariado. O primeiro é a promessa de intelectual orgânico, um gesseiro dotado de uma mente inquieta, afoito em saber o porquê de tudo que passa ao seu redor. O segundo é um pedreiro, sendo atleta, possui disposição e disciplina inigualáveis, poucas vezes vi tanto vigor condensado em um homem tão gentil e confiante. Encarnam aquilo que somente o marxismo pode explicar: a possibilidade da efetivação da ditadura do proletariado.

Finalmente, deixo minha gratidão as inestimáveis correções do abstract e texto feitas pelas professoras Flávia e Socorro Santos.

*“A luta dos trabalhadores só serve se for junto
e misturado!”*

(Nestor Bezerra)

RESUMO

O intuito deste estudo na linha de pesquisa Trabalho e Educação é debater a importância das lutas sindicais para a educação dos trabalhadores que extrapola os limites das fronteiras escolares formais, reconhecendo que a formação humana não deve se reduzir unicamente aos conhecimentos técnicos e imediatos, mas que possa possibilitar a elevação da consciência de classe na disputa de uma alternativa operária para a sociedade. A pesquisa investiga as formas através das quais a classe trabalhadora, mediada pela ação sindical, contraditoriamente, se educa, no interior das relações de produção capitalista. A tradição marxista - que pressupõe salientar a ideia de formação da classe como sujeito histórico-coletivo - nos remete às obras de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci, na busca de contribuições teóricas que possibilitam compreender as mediações educativas subjacentes às práticas políticas do movimento operário ao longo da história do capitalismo, examinando seus nexos com a superação das relações sociais capitalistas, tendo como centro a categoria do sindicalismo. A pesquisa também permitiu elucidar e apreender alguns determinantes das categorias subjacentes à questão sindical, tais como alienação, ideologia, consciência de classe, organização, unidade, burocratização, aparelhamento, internacionalismo, independência, economicismo, traição, democracia, autoritarismo, autonomia, classismo, reformismo, frente, corporativismo, entre outras, como elementos com fortes implicações e desafios para a organização dos trabalhadores. Na introdução, são traçados o roteiro e critérios da pesquisa bibliográfica adotada. No primeiro capítulo, é feito um resgate sobre os sindicatos desde Marx e Engels, cujo centro é a relação do movimento sindical com o conjunto do movimento operário e socialista, principalmente da Europa, ambos em franca ascensão, e as várias formas organizativas que assumiram as práticas de resistência dos trabalhadores em suas lutas reivindicativas contra os efeitos da exploração capitalista no século XIX. Aqui são tratados o tema das associações sindicais ou sociedades de resistência; das glosas ao *Manifesto Comunista*; as primeiras uniões legais da classe trabalhadora; e o marxismo e os sindicatos depois do *Manifesto Comunista*. Depois passamos pelos sindicatos em Lênin, Trotsky e Gramsci. Com o capitalismo já em sua fase monopolista - que Lênin designou de “fase superior” - o imperialismo, os debates sobre a questão sindical giram em torno das possibilidades de combinar ou não, a luta econômica e sindical como parte fundamental da luta de classes. Como resultados finais, procuramos demonstrar a atualidade e a vigência das definições desses marxistas sobre os sindicatos. E, finalmente, podemos chegar a uma conclusão sobre o sentido do sindicalismo na tradição marxista a partir do panorama dos debates no interior do marxismo sobre os sindicatos e do entendimento de educação como inerente ao processo social da práxis sindical que promove aprendizagens, conhecimentos e construção de saberes. Assim, concluímos que a organização independente dos trabalhadores em sindicatos, na defesa dos seus interesses, mesmo imediatos, pode educar a classe sobre a necessidade de unir as lutas imediatas à luta política, dando um rumo estratégico a cada ação tática. Os sujeitos, desde a indignação com a realidade dada e a insurgência contra as injustiças e desigualdade social, às práticas de organização para denunciar a situação existente e pensar na possibilidade de nova sociabilidade, passam, então, a confiar em suas próprias forças, e as bandeiras erguidas ao longo das lutas travadas pelos sindicatos. E apesar dos limites e contradições, as lutas sindicais contribuem para que os sujeitos forjem a sua consciência de classe rumo ao socialismo.

Palavras-chave: Sindicalismo; Movimento Operário; Educação; Marxismo

ABSTRACT

The purpose of this research in the area of “Work and Education” is to discuss the importance of trade union struggles for the education of workers that goes beyond the limits of formal educational boundaries, recognizing that human development should not be reduced solely to the technical and immediate knowledge, but it should contribute to class consciousness-raising in the dispute of an alternative working class in the society. The research investigates the ways in which the working class, mediated by union action, contradictorily, educates or “dis-educates” itself, within the capitalist relations of production. The Marxist tradition - which presupposes the idea of class formation as historical and collective subject - takes us to the works of Marx, Engels, Lenin, Trotsky and Gramsci, in search of theoretical contributions that help us understand the underlying educational mediations to political practices of the labor movement throughout the history of capitalism, examining its links with overcoming of capitalist social relations, centered in the category of unionism. It was also possible to elucidate and appropriate some determinants of categories underlying the issue of unionism, such as alienation, ideology, class consciousness, organization, unity, bureaucratization, political control, internationalism, independence, economism, betrayal, democracy, authoritarianism, autonomy, classism, reformism, corporatism, among others, as elements with strong implications and challenges for the organization of workers. The introduction delineates the literature adopted. The first chapter reviews the union movement since Marx and Engels, whose center is the relationship between the trade union movement and the workers' and socialist movement, especially in Europe, both on the rise, and the various organizational forms that adopted the practices of resistance of the workers in their struggles against the effects of capitalist exploitation in the nineteenth century. Here, we discuss the themes of trade unions or resistance societies; the glosses of the Communist Manifesto; the first legal unions of the working class; and Marxism and the unions after the Communist Manifesto. Later, we focus on trade unions in Lenin, Trotsky and Gramsci. As capitalism assumes its monopoly stage - as Lenin defined as the "higher stage" - or imperialism, debates about the union question revolve around the possibilities of combining or not the economic and trade union struggle as a fundamental part of the class struggle. As final results, we attempt to demonstrate the relevance and validity of these Marxist concepts for the unions. Finally, we get to a conclusion about the meaning of trade unionism in the Marxist tradition considering the overview of the debates within Marxism about trade unions and an understanding of education as inherent to the social process of trade union practice that promotes learning and construction knowledge. Therefore, we conclude that the independent organization of trade union workers in defense of their interests, even at an immediate level, can educate the class about the need to combine the immediate struggles to the political struggle, giving a strategic course to every tactical action. From their indignation in the face of a given reality and their insurgence against injustice and social inequality, to the organizational practices to denounce the *status quo* and consider the possibility of new sociability, the subjects then come to rely on their own strength, and the demands that come from the union struggles. Despite the limitation and contradictions, the union struggles contribute to forge the subjects' consciousness towards socialism.

Keywords: Unionism; Labor Movement; Education; Marxism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1. 2. UM ROTEIRO A SEGUIR, UMA TRADIÇÃO A REIVINDICAR	23
2. A QUESTÃO SINDICAL DESDE MARX E ENGELS	38
2. 1. MARX E O TEMA DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS OU SOCIEDADES DE RESISTÊNCIA: DAS GLOSAS AO MANIFESTO COMUNISTA	40
2. 2. ENGELS NA INGLATERRA: UM OLHAR SOBRE AS PRIMEIRAS UNIÕES LEGAIS DA CLASSE TRABALHADORA	59
2. 3. MARX, ENGELS E A I INTERNACIONAL: O MARXISMO E OS SINDICATOS DEPOIS DO MANIFESTO COMUNISTA	64
3. LÊNIN E OS SINDICATOS	68
4. TROTSKY E OS SINDICATOS NA ÉPOCA IMPERIALISTA	74
5. GRAMSCI, OS SINDICATOS, O PARTIDO E OS CONSELHOS DE FÁBRICA	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
7. REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

*“Não é sempre grandioso e belo ver o escravo protestar contra medidas bárbaras e desumanas?”
(César de Paepe).*

Nos últimos anos, pesquisadores, articulistas de jornais e comentaristas de TV, dentre outros¹, na ânsia de sumarizar as melhores e mais imaginosas sínteses, decretaram a morte, por inanição, do sindicalismo. Não obstante as conclusões mais pitorescas, dando conta do infausto destino do movimento sindical, este, no entanto, persiste e sobrevive ante os olhos atônitos e vorazes das aves de mau agouro.

Por certo, o sindicalismo, objeto de nosso estudo, fenômeno típico do capitalismo, inegavelmente significou um enorme avanço para a classe trabalhadora² nos primórdios do desenvolvimento capitalista, na medida em que marcou uma transição de desunião e desamparo dos trabalhadores para os rudimentos da organização de classe. E quando o movimento sindical se tornou poderoso, a própria burguesia, a contragosto, foi obrigada a reconhecê-lo formalmente. O que torna o debate em torno destas organizações primárias da classe trabalhadora, possivelmente, mais complexo, afora a aparente dificuldade do problema, em seu sentido mais geral, é que no decurso do tempo histórico, sofreram inumeráveis transformações.

De feito, os sindicatos, que, em linhas gerais, foram engendrados, na esteira do “longo século XIX”,³ apresentavam traços fisionômicos, estruturas de funcionamento, lógica de atuação e critérios de organização, decerto, muito distintos, se comparados, por exemplo, com os modelos que, em larga escala, se estruturaram, tempos depois, à sombra do “breve século XX”.⁴ Conforme demonstraram vários estudiosos do tema, é possível constatar que, no âmbito do século XX, as organizações sindicais de trabalhadores - é necessário dizê-lo - apresentaram uma infinidade de facetas, acompanhando as transformações que aí se deram, se dotando de configurações, até então, inimagináveis.

¹ Por exemplo, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, pesquisador de longa data do movimento sindical, em seu livro “Destino do sindicalismo” desenvolve sua análise sobre filiação e densidade na busca de tendências gerais para a instituição sindical a partir da experiência recente dos países altamente industrializados, nos quais se registram quedas nas taxas de sindicalização e nos índices de greve, o que apontaria inexoravelmente, segundo ele, ao declínio do sindicalismo.

² Sobre o conceito de classe trabalhadora, ou classe operária, aqui também a chamo de operariado ou proletariado como é chamada tradicionalmente desde o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”, apesar das inúmeras controvérsias e contestação por parte inclusive de uma geração de marxistas, não será objeto central de nosso estudo.

³ Expressão popularizada por René Rémond.

⁴ Expressão popularizada por Eric Hobsbawm.

No campo da academia, os sindicatos são tratados quase como peças de museu, uma roca de fiar dos tempos modernos. De uma distância confortável, muitos contemplam o movimento sindical e duvidam que daí possa despontar algo novo ou relevante. Mas os céticos esquecem de que os seres humanos, em última análise, devem ser compreendidos como sujeitos “ativos e práticos”, como insinua Eagleton, que, em termos mais completos, ainda sobre essa categoria especial de descrentes, faz a seguinte observação:

Aqueles que embasam seu trabalho no mundo têm menos chance de duvidar de que haja algo lá fora do que aqueles que o contemplam de uma distância confortável. A existência de céticos só é possível porque existe algo lá fora. Se não houvesse um mundo material para alimentá-los, eles morreriam, e suas dúvidas pereceriam com eles. (EAGLETON, 2012: 111)

Até hoje, insuficientemente estudados, os sindicatos podem nos propiciar algo além do que supõe o ceticismo, oferecendo pistas preciosas para inumeráveis estudos, inclusive no terreno da educação, visto que, qualquer observador atento, há de considerá-la como uma instância que ultrapassa os muros da escolaridade formal. É neste sentido que a educação não formal no âmbito do movimento sindical se destaca na criação de um movimento autêntico não subordinada às exigências da ordem estabelecida e que possa avançar para a criação de uma alternativa educativa ampliada, que se contraponha à formação para o conformismo promovida pelo capital e que, ao mesmo tempo, busque alternativas propositivas para a construção de outra ordem social.

Uma coisa é certa: um horizonte de possibilidades se interpõe entre o mundo do pesquisador, sequioso de ir além da aparência do objeto e o do cético, que o contempla com um riso sardônico, do outro lado da paisagem. Em tais condições, o pesquisador sequioso deve ignorar o riso e esquadrihar o que viceja para além da aparência do objeto cotejado. Aqui está o desafio.

É inegável também a importância do marxismo para o movimento sindical e vice-versa, apesar de todas as contradições, polêmicas, rupturas e continuidades que surgiram ao longo dos cerca de duzentos anos deste tipo de organização. Em suma, o papel destinado aos sindicatos é muito caro ao pensamento marxista, sendo uma preocupação que perpassa toda a tradição do debate operário e as obras de autores fundamentais em distintas épocas. Navegando em direção ao domínio da vida social é perfeitamente admissível constatar a riqueza de materiais, apta a ser investigada, e, é no interior desse domínio, que há de se descobrir as potencialidades de estudos em volta da temática sindical.

Mas, a partir do lugar que ocupam na realidade, e com arrimo na teoria marxista, é

possível deduzir até que ponto, os sindicatos são hoje, indispensáveis? Qual o papel que essa antiga organização desempenha no desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora no seu enfrentamento com a burguesia no tempo presente? Qual a efetividade e as consequências da luta sindical para a luta emancipatória dos trabalhadores? Como isso ocorre ao longo da evolução do capitalismo? Seria correto menosprezar o papel que o sindicato cumpre neste terreno ou os sindicatos podem ir mais além da mera tentativa de melhorar as condições salariais e de trabalho no âmbito da sociedade capitalista?

A partir desses questionamentos iniciais, foram surgindo perguntas ligadas ao tema da educação: Como a luta sindical dentro do movimento operário pode cumprir a tarefa de “educar” a classe trabalhadora? Seria a luta sindical uma escola preparatória que treina operários para exercer sua ditadura?⁵ Que educação seria essa? Como isso se manifesta concretamente na práxis sindical? Como ocorreria o processo de vinculação da luta política com as lutas econômica e ideológica?

E mais ainda, as condições atuais advertem para a necessidade de interrogar se, na situação presente, a burocratização do sindicato o eliminou como instância educativa dos que vivem da venda da sua força de trabalho? A conciliação de classe, os governos de frente popular, e por dentro de tal estratégia, a estatização das entidades sindicais, dizimaram essas organizações como “escolas”, como espaço de educação das massas trabalhadoras? Afinal, esse ciclo se fechou?

É preciso olhar isso tudo mais de perto.

A fim de delimitar o escopo do estudo, digamos que, apesar de serem questões intimamente articuladas entre si, não é pretensão nossa debater aqui a escola como espaço ou “trincheira” da luta de classe, tema importante e recheado de debates na atualidade quando o “mundo do trabalho” passa por profunda “metamorfose”. Também não vamos examinar a escola formal (instrução) defendida pelos sindicatos⁶. A educação abordada nesse estudo não se restringe ao espaço escolar. Existem outros espaços, tempos e sujeitos que exercem o papel de educadores. A educação como processo de formação política da classe trabalhadora, como mecanismo de apreensão das determinações objetivas, do processo dialético e histórico, que

⁵ Ao confrontar o empresariado e o Estado, ao seu organizar internamente para dar conta de suas demandas, se formando como dirigentes, não apenas sindicais, mas, essencialmente, políticos, em última análise, os trabalhadores, subordinados na ordem tirânica do capital, criam as condições para o exercício de seu futuro domínio, estabelecendo os elementos essenciais de um possível governo da classe explorada pelo capitalismo. Governo este que Marx inclui no arcabouço de uma ditadura do proletariado em oposição à reação das forças do capital. Nesse sentido, e especialmente nesse sentido, pode-se admitir esse caráter de escola preparatória no que diz respeito a luta sindical.

⁶ A “educação escolar” e o “ensino gratuito” estão entre as bandeiras de luta dos trabalhadores desde a AIT de Marx e Engels.

podem contribuir na crítica da economia capitalista, cuja base é a exploração do trabalho e acumulação do capital. Aqui, os processos educativos *não escolares* são aqueles fora dos espaços formais de ensino aprendizagem, onde, a luta diária empreendida pelo movimento sindical, seja no processo de mobilização desde as lutas mais pontuais até as mais globais da classe trabalhadora ou no próprio movimento de negociação entre capital e trabalho possui um viés educacional.

Feito esse recorte, é importante destacar que em Marx e Engels é como um todo que os processos educacionais se reforçam na perspectiva da emancipação contemplando três elementos importantes no cotidiano da classe trabalhadora: as relações contraditórias do trabalho, a formação escolar articulada com o trabalho e a práxis político-educativa, constituída pelo trabalhador através dos sindicatos, partidos políticos e pelo fortalecimento da classe trabalhadora. Aqui, seguimos a compreensão de Sousa Jr quando diz que a categoria práxis:

Comparece articulada aos processos através do qual o proletariado busca constituir-se em classe - para - si e realizar as lutas pela emancipação social. Aqui a práxis é práxis revolucionária e essencialmente educativa porque trata justamente do processo de transformação profunda do homem, das relações, da sociedade. Mais do que tudo, aqui o conceito de revolução assume de maneira especial uma perspectiva pedagógica, porque indica uma transformação jamais vista, pois pela primeira vez o homem passaria por um processo de educação cuja finalidade seria a de criar, pela ação teleológica, ou seja, pensada, planejada, articulada, definida conscientemente pelo próprio homem segundo suas necessidades e anseios de liberdade, uma sociabilidade nova, sob o controle da coletividade livre. (SOUSA JR, 2010: 26)

Um movimento que coloque em curso o choque da classe trabalhadora com o sistema do capital, demanda das organizações representativas desta própria classe certo tipo de educação - política, científica e filosófica, de forma a se buscar no cotidiano da luta explicações coerentes para organizar a ação política, para dar um sentido de enfrentamento à ordem do capital, para articular mediações da luta política, econômica e ideológica.

E apesar de sua estreita relação com a temática aqui levantada, não se trata apenas de matéria de educação sindical⁷, onde o que predomina atualmente são os estudos circunscritos sobre as iniciativas de projetos educativos institucionalizados sob o véu da

⁷ A preocupação dos sindicatos com a instalação e normalização das suas estruturas educativas é antiga e no Brasil, essa preocupação educacional no movimento operário-sindical inicia-se com as propostas educativas dos libertários, particularmente dos grupos anarco-sindicalistas, englobando os anos 1902/1920.

formação profissional⁸ promovidas pelo movimento sindical, materializados em cursos fundamentados em planejamento pedagógico⁹ gerando modalidades educacionais alternativas e/ou substitutas da educação, de nível básico, no sistema educacional, numa clara perspectiva de descentralização do Estado Brasileiro. Ou seja, não se trata de estudar as questões educacionais, no que diz respeito à oferta e à manutenção do ensino oferecido pelas organizações dos trabalhadores. Pesquisando a área de educação e formação sindical, Manfredi faz uma análise das práticas educativas no movimento sindical brasileiro.

A preocupação com a formação profissional não constitui um fato novo na história dos trabalhadores brasileiros. Num levantamento por nós realizado, que inclui jornais sindicais das mais variadas categorias (alfaiates, gráficos, metalúrgicos, bancários), encontramos indícios, algumas chamadas, anunciando a promoção - por parte destas entidades - de cursos de breve duração com temáticas de caráter profissionalizante. Encontramos referências de tais cursos na imprensa sindical, desde o início do século até o final da década de 1930, e nos períodos subsequentes a partir da criação dos sindicatos oficiais, durante o Estado Novo. (MANFREDI, 1997: 119)

Em sua pesquisa a autora destaca que os sindicatos por meio de seus departamentos de educação e cultura, a partir da década 1990, começam a desenvolver “parcerias” com governos no desenvolvimento de projetos de formação profissional e de elevação de escolaridade de trabalhadores, articulados ou não à formação político-sindical. Mais adiante o objeto do nosso estudo será mais bem delineado, mas por ora podemos adiantar que passaremos à margem do exame de casos onde a oferta da instrução ocorre por meio de organizações operárias, com ou sem a interferência do estado.

De outra parte, nos interessa a formação política oferecida pelas entidades sindicais, materializada nas oficinas, palestras, seminários, para dirigentes e militantes sindicais, no intuito de construir novas lideranças ou mesmo novos militantes. Este conjunto das práticas mais sistemáticas, apesar de serem *educação não formal*, se configuram como atividades, aulas ou grupos de discussões, estabelecidos com planejamento prévio, carregados de intencionalidade e cientes dos objetivos que pretendem alcançar. Sem dúvida, é necessário se pensar a relevância de tais experiências como possibilitadoras da apropriação da teoria

⁸ Por exemplo, nascido em 1996 o Programa Integrar foi um programa nacional de educação profissional, com certificação de ensino fundamental, de responsabilidade e gestão da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT); financiado com recursos públicos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e orientado para trabalhadores empregados e desempregados do complexo metalmeccânico.

⁹ Uma referência a este respeito pode ser encontrada na obra de Silvia Manfredi “Educação Profissional no Brasil” onde dedica um capítulo a analisar as ações educativas das entidades sindicais no Brasil demonstrando o processo de participação crescente das centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores - CUT, Força Sindical - FS, Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT), nos programas de (re)qualificação profissional e escolarização financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

revolucionária por parte dos trabalhadores e que se multiplicaram por toda parte em setores mais organizados e ativos na condução do movimento.

Pois bem, aqui, se trata do exame das mediações gestadas e criadas nas/pelas lutas sociais que possam intervir na formação da consciência dos sujeitos envolvidos. Dito de outra forma, trabalhamos com a hipótese de que as ações de luta no terreno sindical constituem processos educacionais em sentido amplo. Ora, se o processo de educação formal, em larga medida, se pauta pelo coletivo, pelo social, no caso dessa modalidade específica de formação, expressa na atividade político-sindical, mais do que nunca se materializa e se configura por meio de um movimento histórico coletivo. Aqui, o que está em jogo não é a práxis sindical em si, mas a práxis política da classe trabalhadora que concorre para a formação da coletividade se veja capaz de, na produção da sua própria existência por meio do trabalho e nas lutas sociais, modificarem a sociedade de acordo com os seus interesses de classe. É a formação da classe trabalhadora que corresponde a um processo de autoeducação que a classe se propicia, que ocorre nos mais diversos momentos de vivência do movimento sindical.

Em termos estritamente objetivos, o que está proposto encerra uma potencialidade crítica que sugere marcos categoriais importantes como classe trabalhadora, domínio do capital, alienação, ideologia, luta de classes e educação, refletindo uma situação histórica real que aconselha uma retomada do realismo metodológico como ponto de força imprescindível. Apresentando o problema de um modo um pouco diverso: examina-se, ou pretende-se examinar um processo vivo em que a educação não se separa da luta de classes, dos embates cotidianos entre capital e trabalho e onde a sua resultante tende a ser uma síntese dessas forças contrárias e antagônicas. Atendo-se ao essencial, é dessa centralidade que se nutre esse presente roteiro de pesquisa.

No universo das relações educativas, as tarefas que nos colocamos são múltiplas e, entre elas, refletir sobre determinadas experiências do passado e, ao mesmo tempo, teorizar e refletir sobre as práticas e possibilidades do presente, sobre os caminhos e possibilidades que estão colocados diante dos educadores comprometidos com a transformação social, transforma-se num imperativo. Não estamos dizendo que esta relação entre o exame do passado e a análise do presente deve ser mantida como uma vacina contra os erros que foram cometidos ou uma forma de enaltecer e repetir os acertos que por ventura também devem ter ocorrido, mas como um exercício crítico-reflexivo que jamais deveria ser desprezado ao longo de nossa trajetória.

A educação é um fenômeno dinâmico e sempre presente nas atividades sociais e, muitas vezes, associado à busca de fórmulas de emancipação social e ao desafio de se

construírem outros modelos sociais. A educação, portanto, se faz presente na história, através da luta de interesses, na disputa de hegemonia.

Como afirma Sousa Jr.:

Se as relações sociais são a essência genérica do homem; se a linguagem e consciência são mediadoras de toda práxis, além de serem produtos dela; se o homem é um ser que se constrói no conjunto das relações, num movimento constante, num processo infinito, então não há como se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem. (SOUSA JÚNIOR, 2010: 23-24)

Há, portanto, na construção de objetivos como esses, não apenas a positivação da educação como um instrumento de libertação, mas uma vontade de transformá-la em crítica ao autoritarismo e à opressão que se estabelece ao homem sob a face do capital. Em suma, pensá-la como uma arma crítica da luta pela superação das contradições sociais, econômicas, políticas e culturais que nos são impostas no interior da sociedade dividida em classes que o capitalismo produz.

Neste trabalho, expomos uma apreciação histórico-teórica do ente sindical e das relações que este estabelece com a classe trabalhadora tomando como referência um instrumental próprio da oficina marxista. Na realidade, lançamos um olhar para a atividade sindical como práxis pedagógica com possibilidade para a construção de outra sociedade. Em outras palavras, buscamos entender as relações trabalho-educação, no contexto da ação política coletivamente organizada, numa perspectiva histórica, no passado e seus reflexos no presente.

O fundamental na linha teórico-metodológica adotada é a visão da realidade e da história como produção social da existência humana. Para pensar estas questões de fundo, decidimos voltar ao básico e revisitar alguns dos debates sobre o sindicalismo em torno da noção de luta política, econômica e ideológica pelos clássicos do marxismo e perguntar se permanecem válidos na atualidade, e saber afinal, se é possível, à luz destas considerações, tentar delinear as principais tarefas dos socialistas em relação aos sindicatos na conjuntura internacional hoje posta.

Apesar de essa produção ter sido inspirada e condicionada as suas épocas, não reduz a teoria à expressão das situações históricas. Ou seja, entendemos que a compreensão marxista sobre os problemas enfrentados pelo sindicalismo de ontem podem ajudar nas lutas da classe trabalhadora de hoje. Para tanto, recorreremos leitura de textos, livros e documentos para conhecer as condições históricas em que se deu a organização dos trabalhadores? Qual a correlação de forças em cada período da história? Quais suas formas de luta? Quais eram as

principais reivindicações em cada momento? Que conquistas alcançaram? Quais os limites impostos ao movimento, os obstáculos que se colocavam para a organização dos trabalhadores pela repressão. Esta ida ao passado deu ao estudo um caráter teórico e cunho essencialmente bibliográfico.

Ao longo da trajetória que me trouxe até aqui, segui com atenção o enquadramento teórico dos debates sindicais e a profunda inserção de textos desses autores no marco das discussões e celeumas que, de ordinário, sublinham o cotidiano do movimento sindical. Decerto, há uma extensa literatura a esse respeito, mas, de todo modo, me sinto propellido a acertar as contas pendentes com essas peijas que, em larga medida, dividiram e dividem águas no cerne do sindicalismo, e as quais acompanhei com atenção apaixonada. Junto disso, não tenho nenhuma dúvida sobre a relevância e eficácia das ideias marxistas acerca dessas discussões, ainda que, certamente, elas não as esgotem. Continuo achando, no entanto, que o seu ângulo de visão é crucial para o esclarecimento dessas pendências teóricas. Eis a base das minhas escolhas.

Se o nosso propósito é apresentar os sindicatos como “uma escola de tipo completamente desconhecido” que educam para além das escolas formais “pois nos sindicatos não há mestres e alunos” - um ente com potencial de se converter em um sujeito educador da classe na defesa organizada daqueles que são possuidores exclusivamente de força de trabalho; se pretendemos estudá-los, também, em toda a sua amplitude, e igualmente, com todos os seus problemas, não há como não recobrar-lhes a história, trazê-la às mãos, enfeitiçar os olhos e fazer o pensamento refletir. Esse impulso atende a necessidade de pensar e problematizar o objeto na condição de elemento compósito e enredado de dificuldades, demandando tomá-lo em seu devir histórico.

Um risco percebido das primeiras leituras foi o de tratar indistintamente as várias formas de organização política dos trabalhadores (partidos, sindicatos, conselhos, associações, etc.) contidas nas análises sobre a luta de classes em Marx, Engel, Lênin, Trotsky e Gramsci. Seria possível dar um caráter universal as formulações dos autores? Em grande medida entendemos que sim, é possível perceber que ao se referir a um destes organismos “clássicos” de luta dos trabalhadores, os autores podem ser interpretados corretamente falando no genérico, algo que tenha validade e possa se estender a todas as outras formas. Desta maneira, por exemplo, ao se referir ao processo de burocratização no partido (tema importante que será debatido mais adiante) podemos deduzir que essa referência tem validade mais geral, valem para partido, também pode se aplicar aos sindicatos, etc.

Contudo, em várias outras passagens das obras pesquisadas a menção a uma

forma determinada de organização operária é específica. Por exemplo, quando se referem ao centralismo das decisões, é sobre o partido político que se referem e não ao sindicato. Desta forma, agimos nessa pesquisa e assim, procuramos evitar a confusão entre o papel do sindicato e o papel do partido político.

Outra questão é a validade atual dos termos utilizados em pelos autores em outras épocas e contextos. Nem sempre os nomes usados hoje correspondem ao que simbolizavam antigamente. Por exemplo, “autogestão” sempre era mencionada pelos marxistas como a gestão coletiva das empresas na fase superior do socialismo. Hoje ela é usada como sinônimo de “cooperativa”. Nesse sentido, as notas de rodapé auxiliam a dar uma rápida explicação sobre a origem e contexto dos termos aqui empregados, assim como um pequeno resumo dos personagens secundários e suas principais ideias.

Para além das explicações gerais sobre os aspectos da pesquisa, cabe ainda nesta introdução, esboçar como a luta política e a organização da classe trabalhadora podem ser vistas como mecanismos da práxis político educativa. Certamente a práxis educativa aqui referida não se atem somente às ações estritamente “pedagógicas”, mas também às suas intencionalidades políticas e formas de organização. Ou seja, a práxis sindical que se estabelece na organização da “vontade coletiva” é uma atividade prático-crítica na medida em que é atividade sensível subjetiva entre os envolvidos - base e direção do sindicato. Neste sentido, a práxis sindical se articula com o homem e seu universo produtivo em sua totalidade, não sendo algo exterior ao trabalhador, e sim uma manifestação de sua realidade humano-social, dentro do modo capitalista de produção, na sua objetivação que é o trabalho. De toda parte, a práxis compreende além do momento laborativo também o momento existencial - que se manifesta tanto na atividade objetiva do homem na criação de sentido humano nas matérias naturais como na subjetividade, como parte da luta pelo reconhecimento de si mesmo no processo de realização da liberdade humana. Trata-se, portanto, de se descobrir pelo movimento do pensamento as leis fundamentais que definem a forma imperativa do capital sobre os trabalhadores como processo histórico. E é com este ferramental de reflexão teórico-prática que o sujeito coletivo pode mostrar ser possível transformar a realidade concreta, a partir dos mais diversos e contraditórios aspectos da vida das massas trabalhadoras.

Seguindo a linha de investigação proposta, é importante recordar que a exploração do capital sobre o trabalho, em ampla escala, obrigou o produtor de mais valor a refletir sobre a sua condição, que era a de gerar a riqueza dos proprietários de ferramentas, máquinas e fábricas. Grosso modo, as primeiras associações funcionaram como embriões dos futuros e

temidos sindicatos. Fazendo o balanço dessa experiência, Engels (2010: 251) assim se pronunciou: “A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas”. Em suma, vitórias táticas, derrotas estratégicas. Ainda assim, Engels já considerava essas associações como “escolas de guerra”. Nesse sentido, escolas “inigualáveis”. Aqui, é necessário evidenciar uma questão fundamental: a especificidade desse tipo de escola. Trata-se de educar os trabalhadores para confrontar o poder do capital. Suscitando controvérsias e críticas, esse ponto de vista manifesta, no entanto, o seguinte ponto: assim como para obter um título acadêmico, há de se desenvolver um tipo específico de atividade educativa, do mesmo modo, ainda que por caminho diverso do primeiro, as massas trabalhadoras se educam, lutando e se organizando para amparar os seus embates cotidianos contra os efeitos produzidos pela exploração do capital (e aqui, mais que nunca, o critério da verdade é a prática).

À primeira vista, parece pouco. Imagina! Simplesmente pugnar contra os efeitos produzidos pela exploração do capital? Engels, entretanto, se mostrava muito confiante nessa escola. Pensava ele: “Homens que suportam tanto sofrimento para fazer vergar um só burguês certamente têm condições de abater o poderio de toda a burguesia” (2010: 259). Em todo caso, esse não era um raciocínio isolado de Engels. A importância conferida por ele aos sindicatos, com efeito, era corroborada por Marx, para o qual “os operários se unem para se colocar em igualdade de condição com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Essa é a razão (a base lógica) dos sindicatos”. (MARX, 2008c: 64).

A educação da classe operária, aqui entendida, é um dos elementos para a tomada de consciência de classe e de que seus interesses são opostos ao da burguesia, que sua emancipação só será possível com a destruição da sociedade capitalista e a construção do socialismo através da revolução. Mas como organizar a classe operária do ponto de vista político? Como superar as reivindicações restritas às condições de trabalho e melhores salários? Como o operariado deve agir taticamente para alcançar seus objetivos estratégicos? O Manifesto do Partido Comunista é a tentativa de Marx e Engels de responder a estas questões que já se apresentavam na metade do século XIX. Escrevem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

Em geral, os choques entre as classes da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em guerra perpétua: primeiramente com a aristocracia; mais tarde com os setores da própria burguesia cujos interesses entraram em conflito com os progressos da indústria; em todas as épocas, com a burguesia dos países estrangeiros. Nessas lutas vê-se obrigada a apelar para o proletariado, em

busca de auxílio, arrastando-o para a arena política. A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua politização, em outras palavras, as armas contra ela própria. (MARX; ENGELS, 2008: 34-35).

Marx, em sua tese oito sobre Feurbach defende que o pensar, a consciência ou, noutras palavras, as ideias dos homens são a expressão ativa de sua práxis produtiva e social. Portanto, na base de toda a história humana está o homem como síntese das relações sociais do passado e do presente, como indica o próprio Marx: “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. (MARX; ENGELS, 2007: 534).

A formação das mentes é um processo longo e complexo e, invariavelmente, implica em mudanças e permanências. O desenvolvimento da classe trabalhadora deve ser medido não só em termos do que se ganhou materialmente, mas também do que se apreendeu teoricamente. Aqui, a luta dos trabalhadores adquire ares de “escola”, de momento de formação humana, como nos alertava Gramsci: “transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo”. (1987: 47). Trazendo essa observação mais abrangente de Gramsci para a dimensão da luta política, isso quer dizer que a educação, aqui defendida, também e principalmente, se faz no conjunto de tentativas coletivas de alterar a ordem social e econômica para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, no decorrer das manifestações, greves, nas eleições, nos dissídios, nas assembleias, nas atividades de solidariedade com outras categorias mobilizadas, situações em que se impõe o enfrentamento com as dificuldades impostas pelo capital ao conjunto da classe, por meio de condições de trabalho alienantes, para que os trabalhadores não realizem uma inversão de rota do que aqui se tem denominado de uma educação pelo avesso, forma unicamente factível às necessidades do empresariado.

No capitalismo, a burguesia, a fim de manter os indivíduos na condição de meros objetos do processo de acumulação de capital, educam os indivíduos para que se tornem passivos, obedientes, submissos à autoridade, de modo que distorçam a própria subjetividade e percam a confiança na capacidade individual e coletiva de agir, de criar e de transformar a realidade. De feito, colocando a questão de modo rigorosamente dialético, a educação pelo avesso é o embrutecimento do trabalhador e a sua negação como movimento coletivo. Em outras palavras, “é também a sua coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima” (HOBSBAWM, 2000: 62).

Medido por esse padrão, o que aqui se propõe é analisar como os trabalhadores e as entidades sindicais - reagiram ao destino funesto imposto “por aqueles que estão por cima”;

como enfrentaram essa educação pelo avesso, sistematizando os móveis teóricos e as práticas aptas a responder às incursões manipulatórias do antimodelo formativo prescrito, em linguagem veemente, pelas forças do capital. Nesse sentido e de acordo com Marx (2010b: 83), a alienação da atividade causa o embrutecimento do homem, pois “a relação do trabalhador com a sua própria atividade lhe é estranha, não pertencente a ele, portanto atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração”, pois os trabalhadores não desenvolvem “livremente suas energias mentais e físicas”, mas estão fisicamente esgotados e mentalmente despedaçados, “ou seja, além de ser atividade fundamental da humanidade o trabalho passa a ser também o pilar da sociedade negadora do homem”, mas “há que se referir, todavia, que a alienação/estranhamento nasce do/no trabalho, porém não se restringe a essa esfera da vida social, mas perpassa o conjunto das relações sociais.” (SOUSA JR, 2010: 60-62). Este último é o aspecto importante da alienação do trabalho estudado por Marx, pois como as relações sociais entre os homens são substituídas pelas relações entre as coisas, que ganham vida, os homens estranham-se mutuamente e o homem não se reconhece em sua própria espécie humana.

Essa série de observações tem o condão de apontar para uma das questões-chave que são sugeridas pelo projeto em tela: como o capital - por meio do prolongamento da jornada de trabalho, da precarização das condições laborais, do achatamento salarial, dos ardis ideológicos e da repressão pura e simples - procura salvaguardar os seus ganhos à custa dos que vivem sob o regime de assalariamento. Simultaneamente, tem o azo de elucidar e explicitar dificuldades que se interpõem aos mecanismos formativos próprios da atividade político- sindical.

Portanto a educação como “processo para o homem compreender as estruturas sociais e políticas que se apresentam na sociedade a fim de que ele lute para transformar” continua sendo um debate bastante vivo e atual. Um tema que mobiliza as várias organizações de trabalhadores a se debruçarem sobre uma proposta de educação em favor de um projeto de transformação social. Para tornar possível, entretanto, os objetivos deste trabalho, foi necessário eleger os seguintes aspectos para escolha de textos que trazem os ensinamentos dos clássicos do pensamento marxista sobre os sindicatos: autores que viveram a experiência do movimento operário e cujas elaborações melhor sintetizam, a nosso ver, o fenômeno sindical em sua época, em suas determinações mais gerais e ao mesmo tempo trataram da questão da educação, mesmo que de forma dispersa em suas obras. Obviamente Marx e Engels e na esteira de suas considerações sobre o sindicalismo, sobreveio abundante material investigativo, de cunho marxista, notadamente a produção, já clássica, de Lênin, Trotsky e Gramsci.

Por que a escolha por estes autores dentre tantos que reivindicam o marxismo e que debatem a questão sindical? Não foi uma escolha livre de quem a fez, mas não foi aleatória. Na análise levamos em conta que historicamente o sindicalismo sofreu o impacto dos acontecimentos que alteraram significativamente a correlação de forças entre as classes sociais no quadro internacional, fazendo com que a intensidade e extensão das lutas e mobilizações dos trabalhadores se alterassem durante certa etapa. Foram desfechos decisivos na luta de classes que estabeleceram um quadro novo nas relações de forças por todo um período. Não se trata das mudanças ocorridas nos sindicatos, mas ao contrário, são mudanças ocorridas no sistema inter-Estados decorrentes de vitórias ou derrotas das forças sociais em confronto (incluindo aí o conjunto das organizações operárias, e entre elas, os sindicatos).

Do primeiro escrito de Marx sobre o tema até os últimos escritos de Trotsky, sem detalhar cada uma dessas etapas históricas, Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci cobrem todas as etapas em que estiveram imersos os sindicatos, cada um em seu tempo. Um traço marcante da vida e obra desses autores, sem dúvida, é o internacionalismo. Deram respostas às situações objetivas que presenciaram. Eventos de grande magnitude como conflitos internacionais, crises econômicas, guerras civis e mundiais, revoluções burguesas e operárias, o papel hegemônico dos impérios, ascensão e queda de regimes totalitários, e também questões “aparentemente” locais como a formação de partidos e sindicatos e suas crises de direção (lutas políticas que se davam em seu interior). Apenas aparentemente, pois o internacionalismo nunca foi abandonado. Nessa tradição, a ordem do projeto socialista é mundial. Foi com maestria que analisaram a relação de forças entre revolução e contrarrevolução na arena internacional - os sindicatos foram vistos como parte da pintura desse quadro.

Os autores aqui investigados enfrentaram as grandes polêmicas sobre a classe trabalhadora e suas lutas que se manifestaram enquanto militavam, seja no interior das organizações operárias das quais faziam parte, seja nas Internacionais¹⁰ e mesmo dentro do próprio marxismo em embates com outras correntes ou tendências políticas diferentes entre si, que disputavam sua liderança. Em comum, além do combate a utopia liberal, uma constante luta contra o reformismo, de um lado e o sectarismo de outro. Ao fim e ao cabo a tradição marxista, condensada nas vidas e nas obras dos autores citados, produziram formulações

¹⁰ A Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT, ficou para história do movimento operário como Primeira Internacional, ou simplesmente Internacional, porque sucedida pela Internacional Socialista, criada em Paris, em 1889 e designada como Segunda Internacional - a crise desta (1914) e a Revolução Bolchevique (1917) propiciaram a fundação da Internacional Comunista - IC (1919 - 1943), logo identificada como Terceira Internacional - na oposição ao stalinismo, Trotsky criaria, em 1938, a Quarta Internacional - QI.

sobre as experiências do movimento operário que abordam questões cruciais ao sindicalismo ainda em voga, tais como: organização, unidade, burocratização, aparelhamento, internacionalismo, independência, economicismo, traição, democracia, autoritarismo, autonomia, classismo, reformismo, frente, corporativismo, etc. Suas contribuições fizeram avançar a teoria marxista e influenciaram amplos setores do movimento operário e socialista de todo mundo.

Em virtude da riqueza de acontecimentos da vida revolucionária e intelectual dos autores a serem tratados na pesquisa, há de imediato, algumas limitações nesse percurso metodológico. Os autores não podem ser compreendidos somente pelo conjunto de sua obra e muito menos por parte dela. Estamos diante de autores que estiveram presentes ativamente no movimento operário de seu tempo, e, por isso mesmo, tiveram oportunidade suficiente para se familiarizar com o movimento sindical, tirando dessas experiências elaborações profundas sobre as organizações operárias e se tornaram, por assim dizer, “especialistas” sobre o tema, é prudente considerar que suas posições sofreram variações substanciais ao longo do tempo e que o momento em que vivemos é muito diferente da época em que foram escritas as referidas obras, apesar de que, estas continuam sendo uma importante fonte de inspiração e de referência. A profundidade dos seus legados pode ser medida pelo vasto espectro de organizações, partidos, movimentos sociais, sindicatos e associações que atuaram e ainda atuam sob suas influências. E, com efeito, os escritos dispersos, que facultaram às gerações pósteras, contribuíram enormemente para estudos sequentes, i.e., reverberam com força, não apenas em um e outro autor que invocam o referencial marxista, mas, inclusive, em inúmeros estudiosos que, não necessariamente, reivindicam essa tradição teórica.

Claramente projetamos nos apoiar na tradição marxista, começando por Marx e Engels, e passando por Lênin, Trotsky e Gramsci. Marx e Engels porque são os fundadores; Lenin pela importância decisiva na revolução de 1917; Trotsky pela importância como oposição ao stalinismo (e não só); e Gramsci pela contribuição ao marxismo com a elaboração de novas categorias de análise. Contudo a escolha destes não excluiu o diálogo com outros autores e estudos de cunho marxista. Vale lembrar que ao longo do desenvolvimento desta investigação foram exploradas as contribuições de uma série de destacados intelectuais como Lukács, Hobsbawm, Mandel e Bensaïd, entre outros de reconhecida inspiração marxista, que aparecem em diversos momentos da dissertação procurando dar uma visão abrangente, representativa da diversidade interna do marxismo. Mas, em que pese tudo isso, muitos outros pensadores do campo marxista que debatem a questão sindical ficaram de fora da nossa análise, o que certamente denota uma limitação no escopo deste estudo, sem, contudo,

comprometer, ao nosso ver, seus objetivos.

1. 2. UM ROTEIRO A SEGUIR, UMA TRADIÇÃO A REIVINDICAR

“Até meados do século passado, não existia nenhuma descrição nem explicação científica de como haviam sido as diversas sociedades que se sucederam no passado da humanidade, nem de como funcionava a sociedade daquela época, o capitalismo, nem de como foi ocorrendo a mudança, a passagem de uma sociedade a outra, como foi se produzindo o progresso da humanidade. As principais interpretações giram em torno de que tudo era obra e vontade de Deus, ou produto de alguma raça ou nacionalidade privilegiada, ou da ação genial dos grandes homens, ou ainda da evolução das ideias. A partir da década de 1840, Karl Marx, junto com Friedrich Engels, dão a primeira interpretação materialista e científica da história da humanidade e das diversas sociedades que nela se sucederam. Anos depois, em seu livro “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, Engels explicava que o socialismo se tornou uma ciência a partir das duas maiores descobertas de Marx, a concepção materialista da história e o mecanismo de funcionamento da sociedade capitalista.”

(Nahuel Moreno).

De início, faremos um levantamento¹¹ amplo, mas introdutório, a fim de formar um quadro que possa auxiliar na compreensão de como Marx e Engels, ao passo que se associaram ao movimento operário de sua época com marcante presença militante, simultaneamente construíram sua obra no calor das lutas dos trabalhadores. Por um lado, foi o mergulho no contexto histórico das lutas do movimento operário que tornou possível ao marxismo apresentar seu programa como projeto alternativo e assim disputar espaço político de liderança na classe, por outro, foi essa mesma inserção e disputa dos rumos do movimento operário que permitiu ao marxismo a construção de suas bases teóricas e programáticas. Mesmo não fazendo parte de nosso projeto aprofundar o debate sobre o desenvolvimento temporal próprio da AIT em seus pormenores, faremos uma apreciação de manifestos,

¹¹ Nos valem os autores que retratam a vida e a obra dos dois revolucionários, em sua ligação com a luta social, tais como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Osvaldo Coggiola e Michael Lowy. Também foi possível por meio da obra “Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional”, do professor italiano Marcello Musto ter acesso a farta documentação reunida que retrata posicionamentos políticos, reflexões teóricas e embates ideológicos do Conselho Geral e dos diversos Congressos da AIT. Outra grande contribuição foi a obra “A Internacional”, de Alicia Sagra, contando a história de todas as internacionais.

documentos e intervenções da AIT em seus cinco Congressos¹² de 1864 a 1872 para compreensão das principais tendências políticas e ideológicas que se conformaram em seu interior nas atividades dos diversos organismos que viriam a se agrupar sob essa sigla.

Esse apanhado permitiu situar historicamente a obra de Marx e Engels, entender as forças em luta, os jornais da época e os agrupamentos envolvidos. Assim, foi possível demonstrar que o engajamento de Marx e Engels com as causas que moviam a classe trabalhadora, notadamente com origem na metade dos anos 1840, decerto, os impeliu a estudar as uniões sindicais que, já naquele período, grassavam no território europeu, conferindo-lhes um lugar em suas preocupações teóricas. Nesse tempo, a reflexão de Marx e Engels já se insurgia contra a ordem social capitalista e, unicamente no marco dessa reflexividade, é possível compreender a localização do sindicalismo no corpo teórico que constitui a totalidade do pensamento marxista. Embora não tenham publicado uma só obra direcionada para a temática sindical, os dois autores, que atuaram conjuntamente por quase 40 anos, não deixaram de visualizar a relevância das *trade unions* no processo de organização dos trabalhadores.

O fato é que a influência do marxismo no movimento operário se consolidou. Marx e Engels produziram boa parte do conjunto da sua vasta obra no compasso em que se davam suas experiências na condução da AIT e no movimento operário como um todo. E à medida que suas obras eram divulgadas, introduziram suas ideias no movimento operário (o que, às vezes demorava anos ou décadas a ser feito e em alguns casos, só postumamente). A militância de Marx lhe custou o exílio, primeiro da Alemanha e depois da França, da Bélgica, até estabelecer-se definitivamente na Inglaterra. O primeiro encontro de Marx e Engels se deu na Alemanha, mas sem resultados concretos, depois se encontraram em Paris em 1844 quando Marx já era redator dos anais franco-alemães, e foi aí que, de fato, viraram “unha e carne”.

Contudo, a ideia mais geral de transformar a sociedade capitalista, eliminando o individualismo, a competição, a propriedade individual e os lucros excessivos, responsáveis pelas desigualdades e miséria dos trabalhadores não nasceu com Marx e Engels. Na verdade, em 1842 quando Marx, ainda um democrata radical, se tornou redator na Gazeta Renana, já havia uma influência crescente do socialismo no seio do movimento operário que não cessaria de crescer. Mas ainda não era o socialismo “científico” de Marx e Engels. Os primeiros socialistas já vinham desenvolvendo seus ideais desde a Revolução Francesa de 1789, no final

¹² O primeiro congresso da AIT realizou-se em Genebra (Suíça) em 1866, o segundo congresso foi em Lausanne (Suíça) em 1867, o terceiro em Bruxelas (Bélgica) em 1868, o congresso seguinte em Basileia (Suíça) em 1869 e o último em Haia (Holanda) em 1872.

do século XVIII, que "aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa" (MARX; ENGELS, 2008: 38) e com a qual surgiu o primeiro regime republicano, a democracia burguesa parlamentar. Vale salientar que os termos “socialismo” e “comunismo” não eram comuns à época. No prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista, Engels comenta "Socialismo" era "respeitável" no continente europeu, enquanto "Comunismo" era o oposto. De fato, "socialismo" ou "comunismo" estava relacionado à atitude com relação à religião, uma vez que em boa parte da Europa, na primeira metade do século XIX, a religião era uma política de Estado. Assim, "comunismo" era considerado a mais ateuista das duas expressões. Na Inglaterra, entretanto, essa palavra parecia muito com comunhão, por isso, então, os ateus preferiam se denominar socialistas, evitando preconceitos.

O termo “socialismo” só passou a ser usado a partir de 1830, para sintetizar exatamente as ideias e os seus partidários, contudo, tais "ideias" não eram mais do que um reflexo de um processo material que já estava em andamento. E como toda nova teoria, o socialismo, embora tivesse suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias existentes. Todos eles¹³ - saintsimonianos, mazzinistas, fourieristas, owenianos, blanquistas, proudhonianos, e bakuninistas - eram considerados socialistas e daí deriva que até o tempo presente, socialismo e comunismo são vistos como sinônimos de marxismo. Contudo, os marxistas vieram depois. Para Marx e de Engels, de forma geral, esses primeiros tinham um socialismo "utópico"¹⁴, devido a adaptação das suas propostas às relações de produção burguesas pois defendiam que “todos os seres humanos são irmãos”, diferente do socialismo "científico" que alertava aos operários que seus patrões não são seus

¹³ **Saint-Simon** (1760-1825), pensava uma sociedade dividida entre “ociosos” e “produtores” que necessitava de um governo composto por operários industriais, banqueiros e comerciantes, desde que estes concordassem em assumir certas responsabilidades sociais. Saint-Simon imaginava uma organização social e a relação entre patrões e empregados baseadas em princípios cristãos; **Charles Fourier** (1772-1837), propunha mudanças para a sociedade a partir de uma organização baseada na associação e no cooperativismo que permitisse aos homens desenvolver plenamente os seus talentos. Fourier concebeu os falanstérios, unidades de produção autossuficientes; **Robert Owen** (1771-1858), pregava a reforma da sociedade com a criação de ambientes que associassem a busca da felicidade com a harmonia e a cooperação em lugar da concorrência e do conflito. Em sua tecelagem, localizada na Escócia, Owen diminuiu a carga horária dos trabalhadores, concedeu remunerações mais altas e implantou um centro assistencial que atendia às famílias dos operários. Por diversas vezes Owen tentou estabelecer núcleos cooperativos na Inglaterra; suas tentativas, no entanto, não foram bem sucedidas; **Giuseppe Mazzini** (1805- 1872), adepto de um governo nacionalista e republicano. O conteúdo religioso e profético do pensamento de Mazzini teve forte influência sobre a primeira fase do movimento operário e até mesmo sobre o fascismo; **Augusto Blanqui** (1805-1881), defendia a ditadura de uma minoria revolucionária, que chegaria ao poder por meio de conspirações. Blanqui dirigiu uma boa quantidade de revoltas armadas na Europa; **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865) defendia o mutualismo, sistema de troca equitativa entre produtores autônomos e era contra a greve como instrumento de pressão. Proudhon é considerado como um dos precursores do anarquismo, por ter o ideal de uma sociedade organizada sem governo; e **Mikhail Bakunin** (1814-1876), discípulo de Proudhon, pode ser, tranquilamente, considerado como o fundador do anarquismo enquanto movimento político.

¹⁴ Do grego, seria aquilo que não tem lugar. Vem a ser o que se imagina como perfeito, ideal, porém fora de alcance; no âmbito do irrealizável.

irmãos e acreditava na disposição política do proletariado em ir além do simples alargamento dos limites da democracia burguesa. E, o comunismo que era só um espectro no início do século XX se converte em ameaça real antes de seu término.

Com o decorrer do tempo, as divergências quanto à concepção de sociedade, de socialismo, à função do Estado, da propriedade privada e importantes pontos programáticos como a educação tida como instrução separou os socialistas. Apesar do esforço da AIT pela unidade, as diferenças entre marxistas e outras correntes, principalmente anarquistas, se expressaram no seio da internacional e prosseguiram fora dela até os dias de hoje. Do conjunto das divergências expressas durante a curta existência da AIT, vamos explorar apenas o essencial para o desenvolvimento das nossas reflexões, dando ênfase ao debate entre o marxismo e outras correntes em torno do papel dos sindicatos.

Na Gazeta, Marx publica textos decisivos na sua trajetória intelectual, entre outros, “O Manifesto Filosófico da Escola Histórica do Direito”, “Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira” e “Sobre a Liberdade de Imprensa”. Em 1843, por conta da censura e principalmente por falta de patrocínio, Marx deixa a Gazeta Renana, e escreve “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”. No final de 1843, Marx viaja a Paris, onde, já um comunista assumido, conhece pessoalmente socialistas como Proudhon e Bakunin e entra em contato com a Liga dos Justos. Funda a revista “Anais Franco-Alemães” onde publica numa edição em 1844, “Sobre a questão judaica” e “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Nesta mesma edição Engels também publicou o texto Esboço de uma “Crítica da Economia Política”.

Expulso de Paris em 1845, por pressão do governo alemão, Marx viaja a Bruxelas (Bélgica), onde se encontra com Engels e publicam a primeira obra conjunta *A Sagrada Família*, que haviam terminado em novembro de 1844. Em 1845 Marx redige as “Teses sobre Feuerbach” e junto com Engels, inicia a elaboração de *A Ideologia Alemã*, concluída em 1846. Finalmente, em 1847, Marx e Engels se integram à Liga dos Justos (Marx e Engels só entram nessa organização quando ela vira Liga dos Comunistas e se orienta pelas ideias comunistas de ambos), uma organização que evolui para a Liga dos Comunistas¹⁵ inscrevendo em seu estatuto a luta pelo fim da propriedade privada. Além do trabalho na Liga dos Comunistas, Marx e Engels fundam uma “Associação de Operários em Bruxelas”. Neste ano, Marx continua a sua crítica de maneira mais acabada às ideias de Proudhon, numa obra denominada *A Miséria da Filosofia* em oposição à *Filosofia da Miséria* do autor francês. As

¹⁵ Mais sobre o assunto pode ser visto em “Contribuição à história da Liga dos Comunistas” de Engels.

polêmicas entre Marx e a matriz libertária do socialismo, mais conhecida como anarquismo¹⁶ são um capítulo à parte da AIT.

O anarquismo enquanto movimento político, enquanto corrente específica do movimento operário, tem sua origem diretamente relacionada a toda a tradição do chamado socialismo utópico ou pré-científico francês, mais especificamente à doutrina de Pierre-Joseph Proudhon. Este pensador e militante francês foi o primeiro na história da luta do movimento operário a reivindicar positivamente para si e para seu programa político a definição de anarquista. Mas não vamos tratar agora dessa questão em particular, mas retornaremos a ela ao longo do texto.

Ainda em 1847, Marx e Engels foram encarregados no primeiro Congresso da Liga dos Comunistas de redigir um manifesto sobre o programa e as ideias da organização comunista. Engels elabora um documento em forma de perguntas e respostas intitulado *Princípios do Comunismo*. Com base nele Marx escreve versão ampliada e final do *Manifesto do Partido Comunista*, daí a dupla autoria. O texto só foi publicado em fevereiro de 1848, quando explodiu a Revolução de 1848, tendo, inclusive, participado pessoalmente de maneira efetiva e por conta disso é expulso de Bruxelas. Anos depois, Marx e Engels são processados pela justiça alemã por criticarem as autoridades e participarem da resistência política. Marx retorna a Paris e em seguida à Alemanha, organizando, com Engels, em Colônia, a revista *Neue Rheinische Zeitung*. Participam ativamente das lutas políticas, dirigindo a associação operária de Colônia e a resistência operária em *Elberfeld*.

No período seguinte, década de 1850, enquanto respondiam ao processo judicial de Colônia elaboram as seguintes obras: *Trabalho Assalariado e Capital* (Marx, 1849); *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (Marx, 1850); *18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1852); *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (Marx e Engels, 1850); *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha* (Engels, 1852); *O Recente Julgamento de Colônia* (Engels, 1852).

Marx continua suas atividades revolucionárias em Londres, onde passa a morar com a família. Escreve para os periódicos *New York Daily Tribune*, *Peoples` Paper* e *Neue Oder-Zeitung*. Nesta fase, foram escritos: *A Dominação Britânica na Índia* (1853); *A Companhia das Índias Orientais* (1853); *A Revolução na China e na Europa* (1853); *Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia* (1853); *A Guerra Anglo-Persa*

¹⁶ Oriundo do grego *anarchos* significa negação do poder. A obra “Anarquismo e Comunismo” escrita pelo economista bolchevique Evgene Preobrazhensky em 1921, bem no calor dos enfrentamentos entre os marxistas e anarquistas pelo comando e sobre os rumos da revolução russa explora bem o tema.

(1856); *A Guerra contra a Pérsia* (1857); *Simon Bolívar* (1858) e, particularmente, os *Grundrisse* (1857- 1858).

Entre 1862 e 1863, operários britânicos e franceses começaram a debater a fundação de uma organização internacional que culmina com um ato unificado de delegações sindicais francesas e britânicas, ocorrido em Londres em 1864. Na ocasião, decide-se pela criação de um Comitê Internacional de Trabalhadores encarregado de redigir estatutos e programa para a fundação de uma organização internacional operária independente, cujo caráter político seria bastante amplo a ponto de reunir tanto sindicalistas ingleses, simpatizantes franceses de Proudhon, socialistas alemães, democratas radicais e anarquistas de diversos países.

Marx fez o discurso inaugural da AIT 1864, num ato conjunto de operários franceses e ingleses, em Londres, e foi encarregado de redigir os seus estatutos. Segundo destaca Alícia Sagra (2010), Marx foi de fato o dirigente, organizador e principal autoridade da I Internacional, assim como responsável direto por numerosas convocatórias, declarações, resoluções e outros documentos. Sobre a origem da AIT, a autora destaca:

A I Internacional não surgiu de um momento para outro como algo acabado, foi precedida por três organizações que lhe deram origem: A Sociedade dos Democratas Fraternalis, primeira organização internacional da classe operária organizada em 1845 por Julian Harney em Londres, que reunia refugiados políticos de toda a Europa; a Liga dos Comunistas, criada em 1848 com base no trabalho de Marx e Engels, o Manifesto Comunista, que deu ao movimento operário seu primeiro programa científico e as bases teóricas corretas; e o Comitê Internacional, organizado por Ernest Jones em Londres, que com encontros e manifestos manteve, manteve viva a tradição do internacionalismo durante os reacionários anos 1850. (SAGRA, 2010: 12).

É preciso reconhecer que a I Internacional “foi a prova viva de que a unidade internacional dos trabalhadores era tão possível quanto necessária” (IDEM) e que isso foi conseguido “apesar de sua organização primitiva”. Entre os promotores e delegados de trabalhadores que dela participaram em diferentes momentos, existiam pontos de convergência, mas também de diferenciação. Do comitê provisório encarregado de redigir os estatutos, por exemplo, faziam parte ingleses, franceses, alemães, italianos, polacos e suíços. Diversas origens de classe, orientações políticas e, sobretudo, diversos processos históricos nacionais nos quais se inscreviam os movimentos operários. E foram as contradições existentes no movimento operário europeu, devido, exatamente, às desigualdades do desenvolvimento dos diferentes países que se expressaram na forma de disputas ideológicas que se opõem à tendência marxista no interior da AIT, entre outras: os sindicalistas ingleses,

os lassalianos¹⁷, os blanquistas; os proudhonianos, e os bakuninistas.

Sobre tais embates, Valerio Aracary, comenta:

Ao longo do século XIX, o marxismo precisou lutar contra outras tradições igualitaristas antes de conquistar a posição de corrente mais influente nos movimentos operários europeus. Polemizou com o cooperativismo francês inspirado em Proudhon, com o estatismo reformista alemão da corrente de Lassale e com o anarquismo russo antipolítico de Bakunin. Argumentou contra Proudhon que as cooperativas poderiam ser uma escola política de construção da solidariedade, mas não haveria como impedir sua ruína econômica ou sua absorção pelo mercado. Respondeu ao estatismo de Lassale recordando que o capitalismo poderia conviver com um estado intervencionista, diferenciando socialização de estatização. Uma empresa estatal pode ser tão capitalista quanto uma empresa privada. Socialização não é somente propriedade estatal, mas propriedade social, ou seja, submetida ao controle democrático dos trabalhadores por intermédio de um planejamento submetido às suas necessidades. Contestou Bakunin afirmando a necessidade da política e da luta pelo controle do Estado, embora reconhecendo a necessidade de uma transição em que, gradualmente, iriam se dissolvendo as estruturas estatais. (ARCARY, 2010: 34).

A AIT não se configurava exatamente como um partido, teve mais um caráter de frente única operária entre dirigentes políticos. Apoiou-se no acúmulo de experiências de várias tendências cujas posições disputavam importantes espaços num momento em que o movimento sindical vinha tomando um grande impulso na Alemanha e França, ultrapassando o quadro estreito das concepções “trade-unionistas” dos sindicalistas ingleses. Não por acaso, o sindicalismo era alvo de debates em seu interior, refletindo a experiência acumulada pela classe trabalhadora com esta nova forma ainda numa fase do capitalismo de livre concorrência. Anos que se caracterizaram pela rápida expansão econômica em toda a Europa e pela consolidação da ordem burguesa nas principais nações europeias.

De toda forma, foi o caráter mundial assumido pela economia capitalista a partir daquele período histórico que impulsionou a internacionalização da luta de classes. No processo de formação dos Estados-nação o capital expandiu o mercado mundial, criando assim uma divisão internacional do trabalho e o intercâmbio mercantil e os ataques mundiais do capital foram impondo a necessidade de uma resposta, também mundial, dos trabalhadores. Por exemplo, em 1867, quando começou uma greve de trabalhadores em Paris, o Conselho Geral da Primeira Internacional fez um chamamento aos operários ingleses para que ajudassem os seus companheiros franceses, apelo que foi correspondido. Um ano depois,

¹⁷ Ferdinand Lassalle (1825-1864) era um advogado alemão que fundou em 1863 a Associação Geral dos Trabalhadores alemães, tornando-se uma importante liderança do movimento operário e socialista alemão. Essa associação limitava seus objetivos à luta pelo sufrágio universal, à atividade parlamentar e aos movimentos pacíficos e legais.

quando os metalúrgicos ingleses iniciaram uma greve, os capitalistas decidiram contratar trabalhadores na França para sabotar o movimento. O Conselho Geral da Internacional fez com que as seções francesas realizassem um amplo trabalho que resultou em fracasso da pretensão dos capitalistas ingleses.

As principais atividades da Internacional em seus primeiros anos de vida incluíam a luta contra a prática organizada pela burguesia de fura-greves, os maus tratos aos prisioneiros irlandeses por parte do império britânico, as guerras, bem como campanhas pelo sufrágio universal para conquistar o direito de voto da classe operária. Marx somente consegue revestir o programa da entidade reivindicações de caráter socialista, quando a Internacional cresce e se consolida como referência de luta e de solidariedade entre os trabalhadores europeus.

No Conselho Geral, Marx fez questão de garantir bases programáticas para a cooperação entre todas as correntes que compunham a Internacional, assim como métodos democráticos de funcionamento, que incluíam a eleição do seu Conselho Geral em congressos anuais. Além disso, os critérios de participação admitiam tanto membros individuais como organizações locais e nacionais dos trabalhadores. Marx dizia inclusive que se deveria deixar cada seção estruturar livremente seu próprio programa teórico. Marx consegue incorporar ao programa da organização reivindicações de caráter socialista, como a defesa da propriedade pública das minas, das ferrovias, das terras aráveis e florestas, assim como das comunicações.

Nos primeiros congressos, apesar dos proudhonianos postularem a ineficácia das greves e os lassalianos contestarem a utilidade dos sindicatos, a importância da luta sindical para a classe operária é defendida por Marx e nitidamente afirmada na resolução do conselho geral. Em 1867, Marx acabara de publicar os resultados iniciais de seu trabalho no primeiro livro de *O Capital*, quando o Congresso de Bruxelas adotou uma resolução recomendando a todos os trabalhadores sua leitura. Nesse terceiro congresso a tendência proudhoniana conheceu uma derrota irremediável no momento em que a maioria se pronunciou a favor da propriedade coletiva dos meios de produção.

No congresso seguinte, em Basileia, ocorre a primeira confrontação entre Marx e o anarquista Mikhail Bakunin, que acabara de ingressar. Nessa época Marx já era figura de destaque no Conselho Geral. Bakunin defende a tese a favor da supressão da herança, oposta à coletivização proposta por Marx. A tese marxista ganha a maioria do congresso, mas não todos. A polêmica se arrasta minando a unidade construída a duras penas durante quase uma década e culmina com a expulsão de Bakunin no congresso seguinte, em Haia. Em 1871

eclode a Comuna de Paris¹⁸, o acontecimento político mais importante durante a existência da Internacional, quando os cidadãos da capital francesa se rebelaram contra seu governo e tomaram a cidade por um período de dois meses.

A esse respeito, o historiador Osvaldo Coggiola, em artigo, afirma:

A Comuna foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, que vinha tomando forma mais definida desde 1848. Foi um teste decisivo para a Associação Internacional dos Trabalhadores, que teve papel de destaque desde os primeiros momentos da Comuna. A 4 de setembro de 1870, quando o Império caiu e foi proclamada a República, a seção parisiense da AIT realizou uma reunião com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, que não decidiu pela derrubada imediata do governo republicano burguês, mas definiu a luta por uma série de reivindicações, entre elas a abolição imediata da polícia imperial, a supressão da chefatura governamental de polícia em Paris, a organização da polícia municipal, a revogação de todas as leis contra a imprensa e contra os direitos de reunião e de associação, o armamento imediato dos trabalhadores e o alistamento em massa para fazer frente à ofensiva da Prússia. Para garantir a luta e vigiar o governo, propunham a formação do “Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris”, que passou a existir lado a lado com o governo burguês de Trochu: a AIT, portanto, impulsionou o estabelecimento de uma dualidade de poderes, que foi o prelúdio da Comuna. (COGGIOLA, 2010: 171).

Os fuzilamentos que marcam a repressão sangrenta deflagrada contra a Comuna de Paris, e seus reflexos nos demais países europeus, com perseguições, prisões e exílios massivos dos setores de vanguarda, vão selar o destino da luta de classes por todo um período histórico e da própria Internacional. Sobre a sangrenta repressão dessa revolta, Marx escreveu um dos seus mais famosos folhetos: *A guerra civil na França*. Fatalmente, a derrota da Comuna conduz ao esgotamento da Internacional que levam Marx e Engels a escreverem em 1872, em nome do Conselho Geral da AIT, o texto “As pretensas cisões da Internacional”. Com efeito, naquele momento, a solidariedade entre a classe operária inglesa e a classe operária francesa, que presidira a fundação da AIT, já não é algo sólido. Sob o impacto da Comuna o Congresso aprova a inclusão nos Estatutos do entendimento de que a conquista do poder político se torna o grande dever do proletariado.

Por proposta apresentada por Marx e Engels, a sede da organização muda da Europa para Nova York, mas na prática, a derrota da Comuna marca o fim da AIT,

¹⁸ Em 1870 eclodiu a guerra franco-prussiana, que culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã, e com a explosão da Comuna de Paris. Comuna de Paris durou de março a maio de 1871 e ficou conhecida como “o primeiro governo operário” ou ditadura do proletariado da história, nas palavras de Marx. Ao fim, a cidade invadida pelo exército e os fuzilamentos ceifam mais de 30 mil revolucionários.

dissolvida¹⁹ formalmente em 1876 (). De resto, até hoje ainda se discute sobre o papel desempenhado na Comuna pela Internacional, tema que não será aprofundado, pois foge ao propósito desse trabalho. A partir desse período a saúde de Marx piora, mesmo assim, em 1875, já bastante debilitado, redige a *Crítica do Programa de Gotha*. Engels, por sua vez, escreve várias obras neste período, entre outras: *Sobre o Problema da Autoridade* (1873); *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* (1876); *Anti-Dühring* (1877-1878); *Dialética da Natureza* (1878-1882). Marx morre em Londres, em 14 de março de 1883. Engels ainda viveu 12 anos e pôde ver a fase em que o movimento sindical já começava a se tornar de massas. Engels esteve envolvido no esboço e na implementação do Programa da II Internacional, também conhecida como a Internacional Socialista (formada por partidos socialistas) criada em 1889, num momento bastante superior da organização operária da Europa. Pode-se dizer que Engels foi quem implantou o “espírito marxista”,²⁰ da II Internacional.

De conjunto, escritos de ambos na década de 1840 até as últimas intervenções de Engels no final do século XIX, as principais conceituações de críticas políticas na economia da década de 1860, de passagem, encontramos uma ampla gama de reflexões sobre a questão dos sindicatos na obra de Marx e Engels, cuja análise é importante para o desenvolvimento de uma visão geral sobre os principais elementos que marcaram as suas teorizações sobre o assunto. Pois bem, para os fins que pretendemos atingir, elegemos como principal obra a ser analisada o *Manifesto Comunista*, editado, pela primeira vez, em 1848, no qual Marx e Engels analisam dois grandes sujeitos históricos - burguesia e proletariado - a partir do movimento geral do capitalismo, no entanto, sem se deterem especificamente em nenhuma formação social particular, mas tratam dos motins e do movimento de destruição de máquinas. Em seguida, o roteiro é rastrear, recapitular e analisar as ideias dos autores indicados; ideias que se desenvolveram intensamente, não apenas antes da publicação dessa obra emblemática do marxismo, mas que, ainda, prosperaram nos anos subsequentes, perpassando outros trabalhos advindos da mesma fonte autoral.

Também é possível vislumbrar a perspectiva marx-engelsiana, em *A Introdução às Lutas de Classe na França* onde observam mudanças de estratégias e táticas do movimento dos trabalhadores no contexto francês de 1895 em relação a 1848. Em *Miséria da Filosofia* observam as coligações operárias de caráter permanente e nacional. Os “Estatutos da

¹⁹ Há uma acusação por parte dos bakuninistas de que Marx de teria "forjado" uma maioria, usando uma suposta manobra para afastar os anarquistas do Congresso da AIT.

²⁰ Termo usado por Alcía Sagra na História das Internacionais.

Associação Operária” abordam uma proposta de organização internacional. Em *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx traz amplas contribuições sobre as relações sociais da produção capitalista, terreno em que se desenvolve a luta de classes que se expressa, dentre outras formas, também através das lutas sindicais. Em *Salário, preço e lucro* Marx retoma e aprofunda a relação entre os salários e o processo de acumulação do capital. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. As análises se voltam para toda uma gama de segmentos sociais concebidos no interior das classes em luta. Sendo possível, a partir de tais textos, por um lado, analisar o processo de formação e estruturação do movimento operário, em uma perspectiva histórica: transformações que ocorreram como resultado do desenvolvimento do capitalismo neste sentido foram o ponto de partida do qual o processo de luta e organização da classe trabalhadora, desdobrada que devem ser rastreadas em termos de uma análise concreta da experiência histórica. Por outro lado, nos escritos deste período as lutas dos trabalhadores e dos sindicatos e em particular o cartismo inglês foram avaliados positivamente como expressão de uma progressiva consciência do proletariado que preparou as condições para sua emancipação, mas considerou-se as suas limitações. Poderíamos recorrer a outras obras de Marx e/ou Engels, como *Guerra Civil em França*, *Crítica ao programa de Gotha*, *A ideologia Alemã*, *O Capital*, etc., mas optamos por nos concentrar somente naquelas por se apresentarem mais claramente aos propósitos aqui pretendidos.

Já com relação a Lênin, Trotsky e Gramsci, esses também compartilham entre si e com Marx e Engels certas características em comum. Foram ao mesmo tempo teóricos e militantes, pensadores e dirigentes revolucionários. Além disso, a prática política, o âmbito partidário, as esferas nacionais e internacionais foram sempre seus espaços de reflexão e de ação. Valorizavam extraordinariamente a teoria, construindo obras de porte monumental como formas de decifrar a realidade e fundamentar a ação política.

Tanto Lênin como Trotsky e Gramsci seguiam a análise de Marx e Engels e reconheciam o aspecto educativo de destaque das lutas para a classe operária, embora tenham tido contato com um tipo de sindicalismo diferente do que Marx e Engels conheceram, pois na passagem do século XIX ao século XX o capitalismo da livre concorrência e oportunidades empreendedoras começa a dar lugar a um capitalismo imperialista, o proletariado passa para outro estágio em seu desenvolvimento e os sindicatos tornaram-se, cada vez mais, associações gigantescas.

Lênin, Trotsky e Gramsci passaram por momentos históricos e situações político-sociais distintas e, apesar de ser impossível falar em um bloco teórico coeso e homogêneo ou mesmo de posições cimentadas entre eles, é certo que exerceram grande influência sobre o

processo de organização política da classe operária em todo o mundo. A industrialização já tinha avançado enormemente, empregando uma grande massa de trabalhadores. Houve um grande fortalecimento dos sindicatos, crescimento dos partidos socialdemocratas. Em destaque, os dois primeiros autores dirigiram a primeira revolução socialista triunfante (a revolução russa de 1917) e o primeiro estado operário da história da humanidade, e o terceiro é, certamente, um autor que exerce muita influência entre os educadores na atualidade.

O russo Vladimir Ilich Ulianov (1870-1924), conhecido por Lênin, ainda cedo participou do grupo “União e Luta pela Emancipação da Classe Operária” de Petrogrado e atuou junto às fábricas operárias importantes em protestos e greves. Por tais atividades foi preso, julgado e deportado para a Sibéria. Na prisão, escreveu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, obra considerada um clássico da economia em que indica a ascensão do capitalismo no país e a necessidade de se apoiar na classe operária para derrotar a monarquia. Foi Lênin quem percebeu de forma pioneira e categórica que a época de reformas²¹ do capitalismo já havia se esgotado e definia, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial como imperialista, como uma disputa de mercados. Vive momentos de efervescência da II Internacional e, em 1916, publica *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, uma das mais populares contribuições de Lênin à teoria marxista, essa obra foi produto de uma minuciosa pesquisa e também tinha como objetivo organizar a luta política contra os dirigentes da II Internacional, demonstrando que a decadência do capitalismo à escala mundial somente poderia ser respondida com a revolução socialista internacional e, portanto, seria necessário incorporar a luta anti-imperialista como parte fundamental da revolução mundial. Contudo, para o propósito da pesquisa nos deteremos em suas obras *Sobre os Sindicatos* escrita em 1899 e *Que fazer?* em 1902, nelas podemos detalhar a sua reflexão sobre o papel dos sindicatos e das greves no movimento operário. Essas duas obras trazem à tona, em particular, o debate bem situado no contexto da época questões essenciais sobre o sindicalismo e a educação política do proletariado.

²¹ Contraditoriamente, o “reformismo” não surgiu juntamente com a luta da classe trabalhadora por reformas desde o início do movimento operário. É um fenômeno surgido no final do século XIX e início do século XX, como uma teoria muito específica, que afirmava que as reformas sociais e políticas não eram apenas justas e necessárias. Eram muito mais do que isso: eram o próprio meio através do qual a sociedade capitalista se transformaria, lenta e gradualmente, em sociedade socialista. Segundo o reformismo, os trabalhadores, em sua luta cotidiana, acumulariam uma vitória atrás da outra, uma conquista atrás da outra, ocupariam um espaço atrás do outro, até que a própria sociedade, de maneira pacífica e quase imperceptível, deixaria de ser capitalista e se tornaria socialista. A história produziu diversos partidos reformistas no mundo, muitos deles fortemente enraizados na classe operária e com forte peso social no proletariado. Os partidos social democratas na Europa, os partidos comunistas no mundo e o PT no Brasil são apenas alguns exemplos.

Para o ucraniano Lev Davidovitch Bronstein²² (1879-1940), codinome Leon Trotsky, que viveu mais de uma década após a morte de Lênin quando a contrarrevolução burocrática²³ estava triunfando, em sua larga experiência política e prática a questão dos sindicatos esteve permanentemente presente. Trotsky viveu na fase monopolista do capitalismo e combateu a crescente burocratização das entidades sindicais e seu atrelamento aos interesses do Estado. Sua obra reflete um período da luta de classes que se estende da época da II Internacional ao período do domínio stalinista no movimento comunista internacional. Uma época de grandes transformações: as duas revoluções russas, o colapso da II Internacional e a fundação da III Internacional, a derrota do “outubro” alemão²⁴ (1923) e da revolução europeia, a ascensão de Stalin na URSS, a chegada do nazismo de Hitler ao poder na Alemanha, a revolução espanhola. Trotsky deixou obras onde procura dar respostas a todos esses acontecimentos.

Da vasta obra, nos interessa, sobretudo, levar em consideração as contribuições de Trotsky sobre a questão dos sindicatos, nos seus escritos que cobrem os anos de 1923 a 1940 como sendo a expressão mais madura de seu pensamento, enriquecido não só por seu íntimo contato com o movimento operário europeu anterior e posterior à Primeira Guerra Mundial, mas também pela sua participação como líder nas três Revoluções Russas (1905, Fevereiro e Outubro de 1917) e sobre a fundação e direção da Internacional Comunista. Os artigos escritos em 1923 e 1931, Trotsky, como líder bolchevique²⁵, polemiza em torno de questões como sectarismo e economicismo com setores do chamado sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo na França²⁶: "Uma Discussão Necessária com nossos Camaradas Sindicalistas"; "Outra Vez os Preconceitos Anarco-Sindicalistas"; "Comunismo e Sindicalismo"; "Os Erros de Princípio do Sindicalismo"; "Monatte Atravessa o Rubicão"; "Os

²² A mudança de nome aconteceu durante sua fuga de Verkholsk (Sibéria) em 1902, local de uma prisão para militantes que lutavam contra o czarismo. Um passaporte falso foi confeccionado com o nome Trotsky, um antigo recluso em Odessa e sobrenome comum na Rússia, derivado da palavra alemã “trotz”, que significa coragem, confiança, atrevimento, insolência, obstinação. Principal pseudônimo com o qual passaria a ser conhecido.

²³ Caracterização assumida pelo Trotskismo sobre os fenômenos ocorridos na URSS depois da morte de Lênin em 1924.

²⁴ Em 1923, uma situação revolucionária extremamente favorável desenvolveu-se na Alemanha. Em 21 de dezembro, o Partido Comunista Alemão (KPD), em estreita colaboração com a III Internacional (IC), preparou uma insurreição e cancelou-a no último minuto. Trotsky, em “Lições de Outubro”, escrito em 1924, fala de “um clássico exemplo de como é possível perder uma situação revolucionária excepcional de importância histórica e mundial”.

²⁵ O termo é de origem russa e significa “majoritário”. Serve para designar a corrente política, a linha organizacional, e os integrantes do Partido liderado por Lênin, que dirigiu a Revolução Russa de outubro de 1917.

²⁶ Corrente sindical surgida na França, na Itália e também nos EUA que cresceu sob o protesto natural das massas operárias contra a política conciliadora dos partidos socialistas, contra o parlamentarismo reformista e as traições sistemáticas ao proletariado. Os principais teóricos desta corrente foram o sociólogo francês Georges Sorel (1847-1922) e o economista e sindicalista italiano Arturo Labriola (1873-1959). Ambos foram dirigentes dos partidos socialistas de seus países. Sua origem remonta a cisão na AIT fruto dos embates entre marxistas e anarquistas.

Erros dos Setores de Direita da Liga Comunista Sobre a Questão Sindical". Depois, Trotsky trata com ênfase dos principais conflitos dentro dos sindicatos e da relação dos sindicatos com os partidos comunistas e com os respectivos governos na Inglaterra, Holanda e EUA nos textos escritos entre 1931 e 1938: "A Questão da Unidade Sindical"; "Os Sindicatos na Grã-Bretanha"; "Cartas Sobre a Questão Sindical Francesa". Já no *Programa de Transição*, redigido em 1938 por ocasião do Congresso de Fundação da Quarta Internacional, um capítulo é dedicado à questão dos sindicatos. Por último, o texto que ele escreveu às vésperas de seu assassinato pelo stalinismo em 1940 *Os sindicatos à Época da Decadência Imperialista* é um ensaio mais aprofundado sobre a questão sindical, no qual Trotsky apresenta uma visão acabada das condições gerais que têm levado, na época do imperialismo, a uma integração cada vez mais acentuada dos organismos sindicais aos aparelhos do Estado burguês, através da mediação de burocracias sindicais saídas diretamente dos quadros do Estado ou, principalmente, das organizações políticas tradicionais da classe operária - a socialdemocracia e o stalinismo - já plenamente integrados, segundo o autor, numa política contrarrevolucionária.

Por sua vez, os escritos do italiano Gramsci subdividem-se em dois momentos: o pré-cárcere (1914-1926) e o cárcere (1926-1935). O contexto em que escreveu era de guerra e de revolução na Europa, além de crises social e política na Itália. Possui uma obra produzida em meio a um capitalismo plenamente desenvolvido, inclusive, já vivendo sua grande crise nos anos 20 e 30 do século passado e das lutas contra o nazifascismo na Europa. Ligado organicamente ao movimento operário, Gramsci vai dar uma grande contribuição ao marxismo ao aprofundar conceitos sobre a tática da frente única operária, que vão formar a base de suas reflexões sobre a hegemonia (consenso no proletariado), bloco histórico (política de alianças entre as classes populares), guerra de posições (lutas e combates parciais do proletariado) e guerra de movimento (assalto ao poder, greve geral e insurreição).

Em fins de maio de 1922, como enviado do Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci parte para Moscou, onde permaneceria por cerca de um ano e meio. Nesse período passou a fazer parte da direção da Internacional Comunista - IC, tendo participado de vários eventos importantes e decisivos para a sua política geral, como para a política particular da Itália. A experiência e a observação daquilo que se fazia na URSS aproximaram-no muito do pensamento de Lenin e da cultura política dos bolcheviques.

Gramsci, mesmo na condição de deputado do PCI, vai ser vítima da repressão do estado fascista italiano de Mussolini e vai passar uma década preso (1927-37). Só vai ser solto, muito doente, um pouco antes de morrer. Mas no período de 1919-20 que antecedeu sua

prisão, Gramsci esteve à frente do movimento dos conselhos operários de fábrica, em Turim, sendo o editor do jornal *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem). Este jornal foi pensado por Gramsci como um periódico dos conselhos de fábrica, cujo movimento deu-lhe nova dimensão ao pensamento. É nesse periódico que Gramsci publica em 1919 o artigo "Democracia Operária" no qual podemos entender a importância que os conselhos de trabalhadores e os conselhos de fábrica têm para a luta do movimento dos trabalhadores, contra sua exploração pelo capitalismo. Certamente as reflexões políticas de Gramsci, tanto da fase dos conselhos e do *L'Ordine Nuovo*, assim como do período prolongado nas prisões do fascismo italiano, os Cadernos do Cárcere, procuram responder as questões de preparação do proletariado para a luta política pelo poder e evidenciam a formulação gramsciana de que toda ação política é uma ação educativa.

Aqui, essas contribuições de Lênin como as de Trotsky e as de Gramsci são trabalhadas como fio de continuidade do legado marxiano, embora chame a atenção, os acréscimos que esses autores oferecem ao cabedal reconhecidamente existente.

2. A QUESTÃO SINDICAL DESDE MARX E ENGELS

“É inútil discutir acerca da necessidade de sociedades de resistência, uma vez que elas só existem em razão de sua necessidade indispensável.”

(Robert Applegarth).

Diz um provérbio árabe que “A hora mais escura do dia é a que vem antes do sol nascer”. Eventualmente, essa máxima pode ser útil para descrever, em sentido metafórico, o difícil parto que deu origem ao movimento sindical, rebento de período histórico perpassado pela exploração mais desapiadada, e também pelo signo da repressão estatal-patronal mais ríspida.

Nesse quadro, quando Marx e Engels nasceram, o sindicalismo ainda engatinhava, tateando na escuridão da clandestinidade, praticamente desde fins do século XVIII. Mais do que o movimento sindical organizado, havia a estratégia de embarreirá-lo, com vistas a impedir que a maré alta das lutas sociais pudesse adquirir carta de cidadania no mundo do capital, categoria histórica em impetuosa e desmedida ascensão.²⁷

A firme decisão de conter a fúria dos trabalhadores contra a superexploração do capital, de fato, uniu governos e empresários, em fins do século XVIII. Mas foi nos primeiros tempos do século XIX que gerou, de um lado, a repressão pura e simples, e de outro, a elaboração de códigos legais que dificultavam ou impediam a livre organização sindical. Nesses termos, os sindicatos - como “sociedades de resistência” - não afloraram de maneira serena e consensuada. Mais do que de nascimento, talvez se devesse falar de explosão. Ou seja, a sua vinda ao mundo não se deu acompanhada de luzes e fadas, mas de embates obstinados em territórios sombrios, nos quais a classe dos assalariados desfazia o nó das dificuldades com a arma dos dentes.

Definitivamente, os trabalhadores começaram a compreender que a mera destruição das máquinas, tal como se expressou no movimento Ludista²⁸, não era condição suficiente para “fazer frente” à maquinaria do capital, que, sem qualquer solenidade, atacava-lhes o salário e aumentava a exploração pelo aumento do sobretrabalho, e, não satisfeita,

²⁷ Nem a França revolucionária, pós-1789, franqueou o caminho para a livre organização sindical. A Lei Chapelier - por exemplo - considerava ilegal a existência de entidades sindicais. Assim sendo, enquanto os patrões eram protegidos pelo Estado, e, portanto, podiam se eximir do “luxo” de não usufruir dessa prerrogativa, os trabalhadores estavam proibidos de organizar entidades para fazer valer os seus direitos mais elementares, contando, muitas vezes, apenas com o desespero e a coragem.

²⁸ O Ludismo nasceu nos alvares da mecanização e do movimento operário, principalmente no nascer do sol do século XIX, e se projetou pelo método de destruição das máquinas, denunciando e enfrentando a automação, que principiava a retirar empregos dos trabalhadores. Ao enfrentar os poderes econômicos e políticos da época, os luditas sofreram feroz repressão.

arrancava-lhe o direito à sobrevivência, pelo expediente da redução brutal do emprego fabril.

Marx reconhece que a “maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho” (2013: 584), de modo que com a sua introdução na produção, o capital subsumiu, efetivamente, o trabalho aos seus ditames. Assim, o capital pode aumentar a exploração do trabalho com a extração de mais-valia relativa, ou seja, encurtando a parte do dia que o trabalhador trabalha para si, e aumentando a parte que ele trabalha para o capital.

Por isso, no capitalismo, busca-se, constantemente, fomentar o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos para aplicá-los no desenvolvimento de novos instrumentos de produção com o objetivo de ampliar a acumulação de capital e o domínio da burguesia. Contudo, Marx admite que o trabalhador posto na rua pela introdução da maquinaria, poupadora de mão de obra, poderia encontrar uma nova ocupação, mas isso só ocorreria mediante o investimento de um novo capital, e não pelo mesmo capital que foi empregado na compra da maquinaria, conforme afirmavam os economistas ingleses do início do século XIX. Marx também entende que a ocupação aumentada com os novos investimentos gerava um menor número de postos de trabalho dado que continham maquinaria aperfeiçoada. Portanto, apostava na hipótese de que o peso crescente dessa ciência objetivada como tecnologia, como uma força produtiva aplicada em larga escala, exigiria uma tal imobilização de capital, que a tendência à queda da taxa média de lucro seria irrefreável, donde o prognóstico da precipitação de crises mais destrutivas e devastadoras.

Desta maneira, no contexto da Revolução Industrial, a associação sindical dos trabalhadores derivou da necessidade de confrontar a maré burguesa, sequiosa de não conferir direitos elementares aos seus empregados, e, simultaneamente, reivindicar, em situação mais favorável, melhores condições de trabalho. A luta sindical é a luta do trabalhador para vender sua força de trabalho mais cara, embora em longo prazo exista uma tendência da redução do valor da força de trabalho. Certamente, a situação dos trabalhadores não-organizados em sindicatos é de grande vulnerabilidade e, a grosso modo, sempre sofrem um declínio maior nos salários, muitas vezes associado também a um aumento da jornada de trabalho.

Como já alertamos na introdução, os sindicatos não apresentam uma forma estática, sem alterações ao longo da história. Há muitos e vários tipos de sindicatos que se modificam o tempo todo. Em termos básicos, sua natureza e modo operatório são determinados pelo fato de que são uma consequência de um período revolucionário, ou do capitalismo "normal". O que Marx e Engels escreveram sobre os sindicatos durante o movimento cartista e até 1848 é diferente do que escreveram duas ou três décadas mais tarde. Há discussões muito mais detalhadas sobre o papel dos sindicatos nos primeiros escritos de

ambos na década de 1840 para intervenções posteriores ao *Manifesto Comunista* de 1848. Contudo, ao analisar suas obras em conjunto é possível extrair uma reflexão teórica e política sistemática sobre o lugar histórico das lutas "econômicas" e dos organismos criados pelos trabalhadores no seu confronto com a ordem burguesa.

O desafio a que nos pautamos foi buscar reunir essa série de reflexões sobre a questão dos sindicatos, no intuito de desenvolver uma visão global dos principais elementos que marcaram as suas teorizações. É importante ressaltar que a seleção desses trechos não foi feita com vistas a ressaltar a relevância de Marx (que, é claro, também não é negada), mas para revelar os debates - por vezes intensos - e as contribuições significantivas de vários outros autores, alguns dos quais pouco conhecidos na história.

2. 1. MARX E O TEMA DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS OU SOCIEDADES DE RESISTÊNCIA

*“O princípio de solidariedade convoca os trabalhadores a se ajudarem em toda parte.”
(Johann Philipp Becker).*

Em 1847, às vésperas da publicação do *Manifesto Comunista*, Marx escreveu *Miséria da filosofia*, “resposta à filosofia da miséria de Proudhon”. Nesta obra, nota-se a presença dos fundamentos que orientarão o seu ponto de vista histórico acerca do sindicalismo, i.e., a sua visão sobre as modalidades da resistência operária ante a catástrofe social empreendida pelo sistema de produção capitalista.

No parágrafo quinto do capítulo intitulado “A metafísica da economia política”, Marx discorre sobre “As greves e as coligações de operários”, constatando que “quanto mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais elementos existem que provocam e favorecem as coligações”, acrescentando que estas, dia a dia, adquirem maior consistência; logo, não pode tardar o momento no qual sejam tratadas como um “fato legal” (1985: 153-160). Ligeiramente distinto da descrição engelsiana, o relato de Marx ressalta o ano de 1825 como o ano-chave no qual o parlamento inglês se viu obrigado a abolir todas as leis que proibiam as coligações dos operários, além de autorizar as coligações por meio de um ato em ordem dos legisladores.

Embora, no caso da Inglaterra, as coligações se achassem em estágio de licitude, por meio de lei parlamentar, as ameaças de retrocesso eram constantemente esgrimidas contra o proletariado, sem ignorar que, no conjunto da Europa, as leis de proibição seguiam erguidas

contra a cabeça do trabalhador. Essa situação era reforçada, ideologicamente, por agrupamentos de distintos matizes, dentre os quais figuravam estratos socialistas e os economistas.

Em combate contra essas posições, Karl Marx agasalhava entre as suas teses, decerto, a defesa das lutas e formas de organização empreendidas pelos operários. Ironicamente, escreveu que “os economistas querem que os operários permaneçam na sociedade tal como ela se formou e tal como eles a consignaram nos seus manuais” (1985: 158).

Nesse âmbito, é que se processaram as controvérsias com relação aos pontos de vista brandidos por Proudhon, para quem a “greve dos operários é ilegal”, negando qualquer tolerância no que dissesse respeito às coligações constituídas pelos trabalhadores. Paradoxalmente, o anarquista-socialista esgrimia o Código Penal, o sistema econômico e a necessidade da ordem estabelecida como argumentos contra as greves, ao passo que Marx apoiava as lutas grevistas e as *trade-unions* como “baluartes” dos “operários nas suas lutas contra os industriais”, como se observa a seguir:

Na Inglaterra, não se ficou nas coligações parciais, que tinham como único objetivo uma greve passageira, e que com ela desapareciam. Formaram-se coligações permanentes, *trade-unions* que constituem um baluarte para os operários nas suas lutas contra os industriais. E atualmente todas essas *trade-unions* locais encontram um ponto de união na *National Association of United Trades*, cujo comitê central tem sede em Londres, e que já conta com 80 mil membros. A formação dessas greves, coligações, *trade-unions* caminhou a par com as lutas políticas dos operários que agora formam um grande partido político com a denominação de Cartistas. É sobre a forma de coligações que sempre se verificam as primeiras tentativas dos trabalhadores no sentido de se associarem. (MARX, 1985: 158).

Assim, diferentemente de Proudhon, o filósofo de Trèves não relutou em defender os operários e os seus interesses sociais, políticos e organizativos. Nitidamente, Marx achava que os trabalhadores não encontrariam a solução para os graves problemas que os afligiam por meio de expedientes individuais, nascendo desse pressuposto a ideia de que as coligações - uniões de trabalhadores de distintos setores de uma fábrica e até de muitas fábricas - deveriam ser tratadas como um método organizativo suficientemente justo e legítimo.

A base da associação sindical, à primeira vista, tem as suas colunas de sustentação precisamente na manutenção do salário, como é reconhecido por Marx, para quem “a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-se num mesmo pensamento de resistência-coligação” (1985: 158).

Desse modo, o sindicato aflora da necessidade de defesa do salário contra as

investidas patronais, “interesse comum” do qual resulta o “pensamento de resistência-coligação”. Tomemos globalmente a linha de reflexão do autor:

A coligação tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para que possam fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo de resistência se limitou à manutenção dos salários, à medida que os capitalistas se reúnem por sua vez num mesmo pensamento de repressão, as coligações, a princípio isoladas, constituem-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que o salário. (MARX, 1985: 158-159).

Eis a dialética da ação proletária: pela manutenção do poder aquisitivo do salário, os operários organizam os sindicatos que, em seu devir, terminam por alcançar uma relevância superior àquela alcançada pelo seu ponto de partida. Nota-se, também, que Karl Marx chega a conclusões muito próximas daquelas que foram engendradas por F. Engels, inclusive, aprofundando-as. Se Engels falava de “guerra social”, Marx se referia a “guerra civil”, declarando que “Nessa luta - verdadeira guerra civil - reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez atingido esse ponto, a associação adquire um caráter político”. (1985: 159).

Essa reflexão é a antessala da discussão sobre as categorias de classe em si e classe para si²⁹. É possível que a luta por salários e melhorias nas condições de trabalho se revertam em uma maior organização dos trabalhadores? Existe aí um processo educativo, formativo?

A ideia do “em si” e do “para si” na análise de Marx e Engels traduz uma consciência capaz de se apropriar da realidade que a circunda e que age intencionalmente para modificá-la. Isso deriva de um processo social e histórico, conformando uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade. Objetivamente, como força de trabalho explorada pelo capital, existe, se distingue e se define - de algum modo - como classe. Mas, de outro lado, só a luta consciente contra o capital - uma “luta de classe contra classe” - terá o condão de completar esta obra inacabada. Enquanto existirem apenas como resultantes das “condições econômicas”, da “dominação do capital” e da “situação comum” e “interesses comuns”, os trabalhadores formam simplesmente uma classe “em si”. Somente quando “os interesses que defendem tornam-se interesses de classe” é que podem, os trabalhadores, ser

²⁹ A ideia do “em si” e do “para si” é tomada de Hegel por Marx e Engels. Não é o caso de nos aprofundarmos na questão, mas é necessário entender que o marxismo abstrai de Hegel a noção de processualidade, quer dizer, o “para si” representa um avanço em relação ao “em si”. Trata-se de um movimento operado pela consciência, uma apropriação daquilo que estava posto para transformar a realidade concreta. Mas, diferentemente de Hegel, Marx e Engels veem um ilimitado movimento da consciência, que não esbarra em uma racionalidade imanente, como queria Hegel.

considerados como atores nada desprezíveis de uma “classe para si mesma”. Esta era a compreensão de Marx.

Enquanto os trabalhadores permanecessem nos limites legais do sindicalismo, ou seja, enquanto se conservassem na divisa imposta pela lógica do capital e pelo Direito burguês, sem ir além das suas extremidades, acreditando ser possível melhorar de vida, progressivamente, sem o combate para superar a ordem social existente, estariam eles contidos no reles plano de uma classe em si. Em outros termos, o simples fato de, naturalmente, unir-se para salvaguardar os seus interesses imediatos ante a gula patronal, não transformavam os trabalhadores em uma classe para si, capaz de situar os seus interesses em um nível estratégico e histórico.

Contraditoriamente, as primeiras uniões de operários são a expressão viva de que estes se insinuam a ultrapassar as fronteiras que lhes impõem as forças do capital. Elas são o prenúncio de que esta classe pode vir a cruzar as divisas que lhes são impostas pelo capitalismo, em sua fúria avassaladora, pois a situação comum que une e identifica cada trabalhador um com o outro nada mais é do que a revelação de uma classe em si; mas, quando, com arrimo nessa situação comum, o proletariado sobrepuja o isolamento de cada um dos seus membros e os reúne em torno de objetivos compartilhados pela maioria deles, os indícios de uma mudança no terreno da consciência são suficientemente observáveis.

De acordo com Marx, para que a mudança, de fato, se concretize na realidade, é preciso que os trabalhadores estendam a sua perspectiva de classe, indo além daquilo que é engendrado pelas simples condições econômicas inerentes ao capitalismo, conforme pode ser constatado na *Miséria da filosofia*:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (MARX, 1985: 159).

Resta a pergunta: é possível que a luta pela limitação da jornada de trabalho, bem como por reajuste salarial, seja travada nos limites da ordem social existente, sem que se torne a luta de classe com classe, a luta política? Diretamente, Marx não responde essa pergunta, mas sugere que a luta social e a luta política se entrelaçam, e se entrelaçam de tal modo que é perfeitamente crível que a situação comum, os interesses comuns e os embates que se

constituem em torno a essa comunidade de condição e interesses, rigorosamente, se tornem interesses de classes e, nessa dinâmica, luta política. Uma dinâmica que estaria na base da noção de classe para si mesma. É óbvio que, para Engels, os operários ingleses dessa época sabiam perfeitamente reconhecer nos patrões e seus capatazes, o opressor:

Mas esses contramestres já não são verdadeiros operários: trãnsfugas de sua classe, em troca de um salário mais alto puseram-se a serviço da burguesia e lutam contra os operários, defendendo os interesses dos capitalistas; seu interesse coincide com o da burguesia e, por isso, os operários odeiam-nos quase como aos próprios industriais. (ENGELS, 2010: 207)

Mas, será que os operários, nessa etapa, estariam em um nível de simples reação ou já se reconheciam como indivíduos portadores de interesses comuns, conformando uma classe de trabalhadores assalariados, em oposição a classe social que detinha a propriedade privada dos meios de produção? É o desenvolvimento da luta comum contra o opressor, do conflito com o opressor, que mantém coesos os oprimidos, um ao lado do outro, que se reconhecem como tal. Isso pode levar a consciência de que a luta é contra a ordem estabelecida das coisas? De que, então, é preciso para subvertê-la? O que está em questão é a capacidade do proletariado de organizar-se como classe. O caráter e o sentido do proletariado como classe tendencialmente capacitada fazem com que a história dê um primeiro passo do reino da necessidade (material e intelectual) para o reino da igualdade (material e espiritual). Entretanto, não se trata, aqui, da ideia de consciência em geral (todos), consciência individual (ou psicológica), etc.

O que nos importa é examinar o problema da consciência de classe, em particular no que diz respeito a uma classe em especial: o proletariado. Como destaca Lukács sobre o tema:

(A) consciência de classe não é a consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica de massa do seu conjunto, mas o sentido, que se tornou consciente, da situação histórica da classe. (LUKÁCS, 2012:179).

Certamente a situação de classe, que associou os trabalhadores imediatamente devido à sua situação econômica, não garantia de antemão que existisse entre eles algum nível de identidade, laços de pertencimento, modos de vida comuns e ação social coletiva. Nesta perspectiva, a situação econômica de um grupo de operários diante da produção capitalista é apenas o ponto de partida para a identificação da classe social, mas não o fim do percurso, que demanda uma maior reflexão sobre o tema. Hobsbawm destaca a consciência de classe como um fator fundamental na constituição das classes:

A classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis. Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal. (HOBSBAWM, 1987: 36).

Porém, para apreender as mediações produzidas nessas lutas e como elas podem intervir na formação da consciência, consideramos que é necessário examinar o modo como essas ações interagem mutuamente entre si e com as determinações mais particulares e mais gerais. Na tradição marxista do debate sobre as classes sociais, Boito Jr. argumenta que as relações de produção são, de fato, a referência última das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários e não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Mas isso é apenas uma possibilidade. (BOITO JR., 2003: 199). O sentido inicial dado por Marx às relações entre estrutura econômica e produção social da existência humana está explicitado no prefácio à Contribuição à crítica da economia política:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008: 47).

Mas na organização da produção social da vida humana (totalidade social) outros aspectos atuam determinando e sobredeterminando a produção material, bem como a dinâmica das classes. É preciso aqui resgatar, de fato, o lugar da política na teoria marxista. Isso porque sem o primado da transformação política, as possibilidades colocadas no terreno da economia não necessariamente se realizam (BOITO JR, 2003: 199). Além disso, conforme Marx e Engels já alertavam, o desenvolvimento histórico não ocorre de maneira automática e não é impulsionado exclusivamente pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção:

A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela - as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe dominante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas no cérebro dos que nela participam, as teorias políticas, jurídicas,

filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas - também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau. (MARX; ENGELS, 1986: 28).

Fica claro que, entre a origem de classe e a consciência de classe, há mediações, determinações e escolhas e “embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isto não impede que a esfera ideológica reaja por sua vez sobre elas, ainda que sua influência seja secundária” (MARX; ENGELS, 1986: 282-283). “Influência secundária”, aqui, implica dizer uma influência que atua em segundo plano em múltipla determinação, mas não em um plano inferior. Em termos de “produção e reprodução da vida real”, podemos deduzir que a forma como os sujeitos vivenciam sua existência material a partir do lugar que ocupam na estrutura de classes e sobre a influência decisiva das carências materiais que se impõem e assim acabam por produzir significados sobre suas experiências que moldam cultural e ideologicamente suas existências.

Essa análise leva a seguinte questão: até que ponto os sindicatos (superestrutura) podem condicionar as opções políticas dos operários (estrutura)? A formação de coletivos organizados em torno de interesses comuns possibilitaria necessariamente a formação da classe social para si? E com que peso e medida se relacionam os planos de determinações ocupados pelos imperativos da necessidade econômica e os imperativos ideológicos e culturais?

É fato que os operários organizados em sindicatos quase sempre defendem interesses contrários aos dos patrões. Contudo, a práxis política de tais coletivos ocorre, quase como regra, nos limites da esfera econômica e corporativa e não transcende a ação para lutas políticas que contestam de forma mais radical a posição da classe trabalhadora na organização da produção social e, por conseguinte, a própria estrutura de classes do capitalismo.

Ao examinar o operariado inglês da sua época, Engels reconhece a existência de distintos níveis de consciência de classe em distintos segmentos da economia.

[...] enquanto os operários industriais têm mais consciência de seus interesses, os mineiros a têm em grau menor e, entre os operários agrícolas, essa consciência quase não existe. Também entre os operários industriais

encontraremos essa gradação: os operários fabris, primogênitos da revolução industrial, estão, como sempre estiveram, no centro do movimento operário. (ENGELS, 2010: 63).

Reconhecemos aqui a importância dos interesses materiais, políticos e ideológicos para a análise das classes sociais na tradição marxista, mesmo que tendam a atuar com peso desigual e com distintas medidas. Ou seja, as contradições imanentes da dinâmica da economia capitalista, sozinhas, não são suficientes para produzir a consciência de classe necessária ao desencadeamento do processo revolucionário. A classe não é inexistente somente porque o seu antagonismo com a burguesia industrial não a coloca em luta aberta ou porque ela ainda não desenvolveu uma interpretação radical - no sentido de ir à raiz - sobre sua condição e não colocou em prática ações com vistas à sua emancipação.

As lutas de classes representam a culminância de um longo processo anterior de antagonismo entre classes sociais pré-existentes. O interesse antagonico entre capital e trabalho envolve todos os operários, mas a necessidade de direcionar esse antagonismo para a luta em defesa dos seus interesses só se manifesta em uma pequena parcela dos trabalhadores. É essa pequena parcela que associa o discurso e o hábito de vida com a situação de exploração na fábrica e que demonstra, a partir dessa associação, a vontade de atuar para reverter a situação citada. De outro lado, olhando para a burguesia, a partir da reação dessa classe antagonica, seria possível avaliar a incrível força revolucionária da classe trabalhadora?

Pensamos que sim: que há um limite, exatamente quando a burguesia passa a exigir sacrifícios impossíveis das massas. Normalmente, a classe proprietária despreza os repetidos sinais e alertas que revelam que o amanhã não poderá ser como foi ontem. Marx e Engels, observaram que existiam limites. A soma de salário baixo, condições de vida precárias e excesso de trabalho têm como resultado a explosão de inúmeros casos de tuberculose, asma, cólera, tifo, raquitismo e alergias aos quais deve ser acrescentada uma longa lista de doenças do trabalho. As epidemias de tifo e de cólera que varreram os bairros operários só começam a preocupar a burguesia depois de 1848, quando saem deste ambiente e começam a fazer vítimas também entre eles.

Em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels faz uma descrição das mazelas que tomam conta dos bairros operários: alcoolismo em massa, prostituição, infanticídio, abortos, suicídios, e demência:

Essa é a situação do proletariado industrial inglês. Para onde quer que nos voltemos, defrontamo-nos com miséria - permanente ou intermitente -, doenças provocadas pelas condições de vida ou de trabalho, degradação

moral; por todos os lados, o que vemos é a liquidação, a lenta - mas segura - destruição física e espiritual da natureza humana. Será esta uma situação duradoura? Não, essa situação não pode e não vai perdurar. Os operários, a grande maioria do povo, não a querem - vejamos o que eles dizem sobre ela. (ENGELS, 2010: 244).

Quando o esquecimento e desprezo da burguesia cederam lugar ao repentino interesse pelas condições de vida e de trabalho dos operários e fez com que esse conjunto de indivíduos agissem unidos como um verdadeiro “sindicato”, como se fosse um “partido”, e portanto como classe social, estaríamos comprovadamente diante de uma reação que se tornaria uma constante na história da luta de classes no capitalismo - a contrarrevolução. Em outros termos, sempre que veem ameaçados os seus interesses de classe, a burguesia toma celeremente suas providências: oferece, de um lado, o assistencialismo e, por outro, comanda a repressão.

O *Manifesto* foi publicado poucos dias antes da eclosão da revolução na França que derrubou o rei Louis Felipe e instaurou a república. Logo em seguida, a revolução democrática se espalharia por todo o continente europeu, inclusive a Alemanha, conforme previu o *Manifesto*. Era a chamada “Primavera dos Povos”. Marx e Engels voltaram a sua terra natal e se envolveram diretamente na revolução em curso. Em junho de 1848 estourou a revolução operária em Paris, derrotada pelas forças coligadas da burguesia. Esta foi a primeira revolução política operária e causou profunda impressão nas classes proprietárias européias e teria reflexo na elaboração teórica de Marx e Engels. Os artigos de Marx analisando a revolução francesa entre 1848 e 1850 foram publicados no livro *As Lutas de Classes em França*.

Já no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels constatam que a sociedade não pode mais viver sob esta burguesia, em outras palavras, a sua existência não é compatível com a sociedade (1998: 28). Não estaria nas ações que dão cor e forma ao início do processo de conscientização da classe trabalhadora que impele milhares de homens e mulheres consumidos pela fome, após experimentam na própria carne a brutalidade do capitalismo, aquilo que aqui chamamos de educação? Uma educação capaz de formar o homem possuidor da consciência, do ser histórico ao ser da História? Para o pensador húngaro, autor de História e consciência de classe, essa é “a lição da história”:

(O) proletariado não tem escolha. Ele tem de se tornar uma classe, como disse Marx, não somente “em relação ao capital”, mas “para si mesma”, isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa. (LUKÁCS, 2012:184).

Em primeiro lugar, há de se entender que o operariado permanecerá no âmbito de uma “consciência burguesa” enquanto o seu horizonte ideológico não lhe permitir avançar para além do horizonte do capital. Enquanto a classe operária se conservar como classe apenas em sua relação bruta com o capital, ela não se tornará uma classe, dotada de uma consciência ativa. Neste sentido, estritíssimo, o que resta é “saber apenas quanto deve sofrer ainda (o proletariado) antes de alcançar a maturidade ideológica, o conhecimento correto de sua situação de classe, a consciência de classe” (LUKÁCS, 2012: 184). Fiéis a essa lógica, não deveríamos admitir que a consciência de classe do proletariado corresponde - da sua parte - a um conhecimento correto da própria situação? Não é isso que, a grosso modo, o autor intitula de “consciência atribuída”?

Engels, por sua vez, intui que a luta sindical emergiu travestida em luta política no cenário europeu em meados do século XIX, quando a classe proletária, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas:

A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionam às instituições sociais? Esse problema se converteu, desde o Reform Billa, na questão nacional: todos os debates parlamentares de algum relevo podem ser reduzidos a ele e embora a classe média inglesa ainda não o queira confessar, embora procure evitá-lo e fazer passar seus próprios interesses particulares como os verdadeiros problemas da nação, esses expedientes de nada lhe servem. A cada sessão parlamentar, a classe operária ganha terreno, os interesses da classe média perdem importância e, embora esta última seja a principal - senão a única - força no parlamento, a derradeira sessão de 1844 não foi mais que um longo debate sobre as condições de vida dos operários (lei sobre os pobres, lei sobre as fábricas, lei sobre as relações entre senhores e empregados). (ENGELS, 2010: 60).

Assim como a violência da revolta dos trabalhadores foi uma exigência social devido à degradação de vida que experimentavam, e ao mesmo tempo se convertem a ameaça ao poder político vigente, o Estado vai igualmente utilizar a violência a serviço da burguesia. Quando a luta mais imediata da classe trabalhadora se converteu em ação política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos em uma de suas múltiplas expressões, a luta sindical (sujeito coletivo que dá voz, expressão e ação aos seus interesses), tornou-se um problema a ser enfrentado pela classe burguesa, sua antípoda. Esta, por sua vez, também

organiza-se em torno de suas lideranças e cedem reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais e amplia os direitos de cidadania. A burguesia inglesa, articula, através da máquina do estado, uma intervenção mais eficaz sobre a ação dos sindicatos.

Marx e Engels já haviam identificado o limite histórico da burguesia enquanto classe social. Eles identificaram também que, ao longo do tempo, o Estado sempre serviu como instrumento de dominação da classe dominante, no feudalismo assim como no capitalismo. A democracia burguesa era, assim, uma forma de dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada no capitalismo. O poder do Estado é exercido pela classe que domina as eleições, a política e a economia. Uma classe disposta a tudo para conservar sua condição social que está assentada na propriedade privada dos meios de produção. A burguesia transformou-se na classe opressora e obstáculo histórico ao desenvolvimento da humanidade.

Diante das pressões advindas da mobilização dos trabalhadores com a real ameaça de terem não somente perdas ocasionais, mas perdas totais, a burguesia, em nome da ordem social, reforma a legislação herdada do reinado de Henrique VIII. Por volta de 1848, durante a Primavera dos Povos, os trabalhadores lutam, pela primeira vez, pela abolição da propriedade privada burguesa. Nesta época, o comunismo deixou de ser um espectro, uma tormenta espiritual que afligia a consciência dos burgueses, e passou a ser uma ameaça efetiva à ordem do capital. Após este levante revolucionário que varreu toda a Europa, a burguesia tratou de reformar o sistema capitalista para conservar suas estruturas mais fortes, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção. Nesse caso, o Estado vai mediar, de forma institucional, os conflitos antagônicos de classe, preservando, contudo o cerne do capitalismo, a relação de exploração que envolve capital e trabalho assalariado.

A relação “classe - luta” e “luta sindical - luta política” não se apresentam de modo diretamente linear, mas de maneira sempre nuançada. As lutas sindicais não se transformam em luta de classe com classe se a sua mecânica se restringe às contendas no marco de uma empresa, dos trabalhadores contra os patrões de uma firma determinada, etc. Nesse sentido, a identificação da escola de guerra com a guerra social ou a guerra civil revela os equívocos de uma visão em que o esboço de uma pintura é tido como se ele fosse já a própria pintura.

Na perspectiva marxiana, o elogio às coligações operárias não é a resultante de uma fé cega do “Mouro” com relação às formas primárias de organização proletária; não se trata de uma visualização sutil na qual o que ainda não está posto é apreendido em seu movimento, em seu devenir. É a admissão histórica de que a classe para si já se faz presente

na classe em si; que elas não estão separadas por uma muralha chinesa ou habitando corpos distintos e em franca oposição. Então, a classe em si já está em potência na classe para si e dessa forma a luta sindical, apesar de limitada, poderia cumprir um papel preponderante no avanço das consciências dos operários em direção à solidariedade de classe e ao socialismo.

Porém, essa potência pode não se realizar. Eis aí o problema do sindicalismo, sua limitação. E esse salto só pode ser dado com o avanço da consciência de classe, o que inclui, por sua vez, a questão da formação humana, da educação da classe trabalhadora. No debate realizado com Proudhon sobre a questão das greves e das lutas políticas e econômicas dos sindicatos, Marx afirmara que:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1985: 159).

Isso nos faz voltar a refletir sobre a mesma questão, de um outro ponto de vista: seria a luta de classes capaz de fazer da necessidade da classe trabalhadora enfrentar os ataques da burguesia, um mecanismo para empurrar os trabalhadores para a luta contra burgueses, isso tudo, enquanto classe? Haveria uma característica universal aplicável a esse processo em todas as situações? A dialética nos ensina: dizer que as partes são diferentes entre si, não significa negar a existência do todo. Certamente, o que vale para uma determinada situação de contenda, de mobilização, pode não valer para outra.

Despertar o operário é um processo complexo. É uma determinada combinação de fatores estruturais que têm a ver com a configuração específica de cada classe operária e sua relação com suas formas de organização em cada momento histórico. Há algo que permite ir metabolizando e traduzindo a insatisfação em ações de luta e organização que se tornam em um certo momento extremamente poderosas. É perfeitamente possível que o acúmulo de respostas da classe trabalhadora às ofensivas do capital gere um grau de enfretamento capaz de catapultar a classe a um novo patamar de mobilização, organização e continuidade do próprio movimento. Sob que conjunto distinto de circunstâncias?

Ora, os trabalhadores são uma classe social explorada, oprimida e alienada, que durante a maior parte do tempo reproduz as ideias de seus dominadores. Por isso, quase sempre, há uma enorme maioria que é contra a luta ou tem medo dela. Essa é a situação cotidiana com a qual lidam os sindicatos. De tempos em tempos, a depender de muitos

aspectos, essa difícil correlação de forças se inverte, e uma parte considerável dos trabalhadores muda de opinião, e, então, dispõe-se a sair à luta de forma mais radicalizada. Mas mesmo nesses momentos, não é possível convencer a totalidade da categoria, a totalidade da empresa, a totalidade da classe. Na melhor das hipóteses, conquista-se uma maioria, nem sempre coesa, mas nunca a totalidade. Isso é assim porque as pessoas são diferentes e por isso pensam diferentes umas das outras, e seria impossível que tivessem todas elas a mesma opinião. Em termos genéricos, um pressuposto para efetuar qualquer transformação na realidade é a capacidade do sujeito de se apropriar de um determinado objeto e tomá-lo “para si”, processo que revela um salto de qualidade - a tomada de consciência.

Lembremos que a consciência é também produto da realidade e, portanto, está permanentemente impregnada de aspectos da realidade concreta. Mas, sua característica principal revela-se na capacidade de o sujeito tencionar essa realidade, tomar as coisas “para si”, apropriar-se da realidade já existente para produzir novos contextos e significados, para impor uma intencionalidade, a partir de suas próprias necessidades e anseios. Estamos diante de um ser histórico, nunca totalmente liberto das demandas de uma realidade concreta, mas aberto à possibilidade de se apropriar “para si” dessa mesma realidade e transformá-la.

Caso a consciência da “classe para si” não venha à tona, então a classe continua uma “classe em si” ou seja, incapaz de expressar seus interesses políticos. O processo de apropriação consciente apresenta algumas características elementares, a começar pelo fato de que, para se apropriar de algo, é preciso ter conhecimento do objeto que se deseja apropriar, das suas propriedades específicas. Para Marx, “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes - a primeira das quais está colocada acima da sociedade”. (2007: 533). Podemos, então, deduzir que estamos diante de um processo educativo, onde a classe trabalhadora vai se apropriando da realidade e faz-se capaz de encontrar o seu lugar na história.

Nessas circunstâncias, o papel reservado aos sindicatos em mediar todo possível processo de luta e de reorganização, dando a ele uma direção, pode fazer muita diferença e até ser decisivo. Portanto, não é surpreendente que Marx, nas greves e coligações parciais, observe os proletários realizando, perante os olhos dos seus contemporâneos, a sua organização como classe. Diante disso, para ele, a conduta correta não deveria ser nem de temor nem de desdém, afinal, ali se realizava o mais arrojado esboço de afirmação do mais contundente antagonismo de classe no âmbito da sociedade burguesa.

As palavras com as quais ele finaliza o livro *Miséria da filosofia* adquirem cores

de um diagnóstico e de uma estratégia, em que ele se apoia com o intuito de, robustamente, indicar uma direção:

No período de espera, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total. Aliás, será para admirar que uma sociedade, baseada na oposição das classes, chegue à contradição brutal, a um choque corpo-a-corpo como última solução? Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não haverá nunca movimento político que ao mesmo tempo não seja social. (MARX, 1985: 160).

Pareceu-nos útil localizar e analisar o sindicalismo como categoria histórica, no horizonte teórico de Marx, em sua íntima relação com a ideia de revolução social: tal revolução corresponderia a mais alta expressão do antagonismo de classe. Assim, pareceu-nos útil, não apenas para que não corrêsemos o risco de isolar uma imagem complexa de uma pintura mais abrangente, mas, antes de tudo, para ressaltar o ponto de vista marxiano com relação aos liames pujantes das coligações parciais com a dimensão total dessa unidade transfigurada em revolução social. E de quem seria a responsabilidade de mudar a realidade? Marx, sugere que cabe a nós mesmos transformar o mundo, pois não pode haver história sem sujeito:

A História não faz nada, “não possui nenhuma riqueza imensa”, “não luta nenhum tipo de luta”! Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, *o homem*, o homem real, que vive; não é, por certo, a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar *seus fins* - como se se tratasse de uma pessoa à parte -, pois a História *não é senão* a atividade do homem que persegue seus objetivos. (MARX; ENGELS, 2011: 111).

Tais questões leva-nos a refletir sobre a relação entre classes, sujeitos e ideologias mediada pelas práxis políticas das diversas formas de organização. Sobre um possível desenvolvimento automático da consciência de classe, Mészáros é taxativo quando afirma que “o desenvolvimento ‘direto’ e ‘espontâneo’ da consciência de classe proletária - seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual - é um sonho utópico” (1993: 96). Para o autor, esse processo deve ser mediado pelas organizações políticas, como os partidos políticos:

A questão real é, portanto, a criação de formas organizacionais e mediações institucionais que sejam adequadas aos objetivos estratégicos globais, considerando (a) as limitações histórico-sociais que delimitam objetivamente as possibilidades de ação em cada época, e (b) os limites necessários e os efeitos deturpadores da própria forma institucional. (MÉSZÁROS, 1993: 97).

Fica claro que o autor defende que a formação de classe requer, inevitavelmente, algum tipo de organização - seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva - estruturada segundo as condições histórico-sociais específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social.

Quando Marx se somou à Engels, no processo de elaboração do *Manifesto Comunista*, de fato, ele já trazia desvendado esse achado programático, que, decerto, forneceu o alicerce e o método desse modo particular de perceber o sindicalismo. José Paulo Netto considera que a partir daí começaram a serem construídas as bases de sua teoria.

É a fase em que as suas experiências intelectuais, sociais e políticas permitem-lhe articular as bases do que, a partir de 1847 - 1848, constituirá a moderna teoria social - desvelamento do modo de produção capitalista e proposta da sua ultrapassagem, com o proletariado urbano como sujeito da revolução socialista. (NETTO, 2004: 96).

Nas páginas do *Manifesto*, de feito, nota-se como os seus autores não se furtaram em recuperar cada momento do processo de organização da classe proletária, descrevendo cada etapa por meio de sínteses magistrais:

O proletariado passa por diferentes estágios de desenvolvimento. A partir de seu nascimento começa a luta com a burguesia. No princípio a luta é assumida por trabalhadores individuais, depois pelos operários de uma mesma fábrica, a seguir pelos operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Atacam não os condicionamentos burgueses da produção, mas os próprios meios de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e procuram reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média. (MARX; ENGELS, 2008: 33).

Nota-se que, nestas etapas iniciais, os trabalhadores andavam para frente, mas sem se desprender das imagens do passado, que pareciam persegui-los como a sombra que persegue o corpo. Usavam a nostalgia como expediente mental para confrontar as agruras do presente. Obviamente, não se tratava de nenhum desejo real de regressar à época medieval, mas uma certa idealização em torno do processo artesanal do período medieval onde o artesão supostamente dominava todo o conhecimento e tecnologia disponível para a produção de determinado produto. O operariado pensa o mundo e a si mesmo a partir dos elementos que constituem a consciência das formações econômicas vigentes, portanto, não estranha que a primeira expressão prática dessa forma de consciência seja o amoldamento dos trabalhadores à sociedade da qual eles fazem parte e não sua negação.

Nessa linha de raciocínio, o trabalho artesanal seria enxergado por muitos como aquele que conseguiria unir os dois momentos característicos do trabalho humano: a concepção e a execução. Tratar-se-ia de uma manifestação, a um só tempo, da criatividade e habilidade em uma mesma pessoa, o que permitiria ao artesão ganhar frequentemente um status de trabalho perfeitamente humano, ou seja, de processo de trabalho perfeitamente ajustado à criatividade e habilidade humanas. Obviamente, no período medieval, o trabalhador nunca foi livre para organizar seu trabalho e, portanto, tal visão é falsa e a-histórica. Aqui nos referimos ao escrito *Formações econômicas pré-capitalistas* que integra os *Grundrisse*, onde trata do caráter pragmático peculiar que preside a reconstrução da passagem evolutiva da forma originária da propriedade comunitária às relações de propriedade que caracterizam o modo de produção capitalista. Como acentua Marx, tal "paraíso perdido" não era tão paradisíaco assim:

(...) a fuga de servos para as cidades continuou, sem interrupção, através de toda a Idade Média. Estes servos, perseguidos por seus amos na área rural, chegavam isoladamente às cidades, onde encontravam uma comunidade organizada contra a qual eram impotentes, na qual eles tinham de submeter-se à posição que lhes fosse designada pela demanda de seu trabalho e pelos interesses de seus competidores urbanos desorganizados. Estes trabalhadores, chegando separadamente, jamais eram capazes de conseguir qualquer poder, pois sendo seu trabalho do tipo corporativo que devia ser aprendido, os mestres das guildas dobravam-nos a seu talante e os organizavam conforme seus interesses (...). Nas cidades, a divisão de trabalho entre as corporações era, até então, muito natural e, nas próprias guildas, não estava absolutamente desenvolvida entre os diversos trabalhadores. Cada trabalhador tinha de ser versando em toda gama de tarefas, tinha de ser capaz de fazer tudo que pudesse ser feito com seus instrumentos. O limitado comércio e as difíceis comunicações entre as cidades, a escassez de população e as necessidades reduzidas não favoreciam uma maior divisão do trabalho e, portanto, todo homem que quisesse tornar-se um mestre tinha de ser proficiente em todo seu ofício. Assim, havia entre os artesãos medievais especial interesse pelo trabalho e pela excelência nele, ao ponto de despertar um certo senso artístico. Por esta mesma razão, entretanto, cada artesão medieval estava completamente absorvido por seu trabalho, com o qual desenvolvia um relacionamento gratificador e escravizador e ao qual se submetia muito mais do que o trabalhador moderno, cujo trabalho é assunto que o deixa indiferente. (MARX; ENGELS, 1985: 119).

Isso decorre porque a consciência imediata do trabalhador é a consciência do ser inserido numa divisão social do trabalho, lutando na concorrência contra outros trabalhadores. Ou seja, as ideias anteriormente assimiladas pela classe trabalhadora a partir do ideário burguês, permanecem reminiscentes mesmo diante do novo. O projeto de superação do capitalismo ainda não é claro e lutar por uma sociedade baseada na “associação livre dos

trabalhadores” parece mais um delírio impossível, pois eis que os sujeitos só são capazes de agir nos limites que a realidade impõe. De acordo com Coggiola:

A consciência de classe independente dos trabalhadores ainda não existia em 1789, durante a Revolução Francesa. Na Inglaterra e na França ela passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830. A própria expressão “classe trabalhadora” apareceu nos escritos ingleses após 1815. Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram continuados entre 1829 e 1834. O complemento do "sindicato geral" era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período. O conceito e a palavra "socialismo" surgiram na década de 1820, sendo imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França, e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento. Por volta do início da década de 1830 já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e as aspirações sociais, mais fracas ainda do que a consciência de classe que seus patrões já possuíam. (COGGIOLA, 2010: 11).

Das pequenas lutas, aprenderam a organizar manifestações mais amplas e agudas, que, em parte, se voltaram contra as relações burguesas de produção. Muitas vezes, em nome da tradição, empurraram os embates na direção de novos direitos, desafiando e recriando o mundo, dando outro sentido ao que se assemelhava a algo já batido e repetido. Em cada um desses períodos iniciais, os proletários constituam “uma massa incoerente disseminada por todo o país, dispersa pela concorrência mútua”, mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado, “não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso.” (MARX; ENGELS, 2008: 33) Nessa altura, “os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes.” (IDEM).

Nessa perspectiva, o caminho em direção a organização coletiva, de cunho sindical, acaba sendo quase inevitável, conforme se desprende da leitura de uma passagem emblemática do *Manifesto Comunista*:

A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim. (MARX; ENGELS, 2008: 34).

Tais questões, expostas no *Manifesto*, já estavam contidas em trabalhos anteriores dos autores, dentre os quais poder-se-ia destacar obras como a *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita por Engels; além de *Glosas críticas* e *Miséria da filosofia*,

redigidas por Marx. Nas *Glosas críticas*, Karl Marx revelou profunda solidariedade à revolta dos tecelões silesianos, uma “massa de trabalhadores” que se rebelava contra a burguesia e se confrontava com pauperismo. No artigo, à primeira vista, não há qualquer referência à necessidade de organização da “massa de trabalhadores”. Na parte I, o autor das *Glosas* se contém nos limites de uma poderosa denúncia contra a burguesia prussiana. Somente na parte II, há referências ao “início do movimento dos trabalhadores franceses e ingleses”, que é comparado “com o movimento alemão que começou agora”. Ou seja, aqui, a problemática da organização apenas afluía, ainda que levemente para Marx.

Na parte II das *Glosas*, Marx sentenciou que “o proletariado alemão é o teórico do proletariado europeu, assim como o proletariado inglês é o seu economista e o proletariado francês, o seu político” (2010: 69). Aqui, cabe destacar: 1º) a referência aos três elementos que Kaustky e Lênin, no começo do século XX, vão se tornar partes constituintes do marxismo; 2º) o proletariado é abordado como ente coletivo e é tomado numa escala mais ampla do que a da simples arena nacional; 3º) a explosão da revolta dos trabalhadores silesianos é estudada em seu caráter peculiar - conforme declaração do próprio autor (“estudar o seu caráter peculiar” em lugar de atuar como “pedagogo desse acontecimento”). (IDEM).

Note-se que as *Glosas* foram publicadas em sete de agosto de 1844, no *Vorwärts*, cerca um mês depois da sublevação dos trabalhadores silesianos da tecelagem. Marx conseguiu aí detectar o potencial revolucionário do proletariado, antes de ter a sua atenção voltada para a temática da organização sindical. Ao descobrir este tema, no entanto, não o abordou de maneira isolada da perspectiva revolucionária, que marcou a sua reflexão como teórico e, também, a sua ação como militante revolucionário, ainda que tal separação, em última análise, seja puramente didática, e não factual.

O essencial e decisivo é que Marx, primeiramente, descobriu as tendências revolucionárias do proletariado e, apenas depois, tratou do sindicalismo, aspecto que deve ser levado em consideração no marco de qualquer análise do sentido deste no âmbito da tradição marxista. Neste ponto, para ajudar a entender o sentido e o alcance da ideia de proletariado em Marx, faremos um retorno à concepção de humanidade com que o autor opera no ensaio *Sobre a Questão Judaica*, escrito no outono de 1843, como também no manuscrito *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*, escrita entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, ambos anteriores às *Glosas*, onde é possível ver a referência ao proletariado como classe revolucionária e à emancipação humana, ainda que de modo vago.

Quando escreve *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, Marx apresenta o proletariado como o “coração” da revolução. O sujeito capaz de levar a cabo a destituição do

princípio da propriedade privada e da exploração de uma classe sobre a outra. Já na *Questão Judaica*, Marx avalia o papel do estado na sociedade da época, anotando suas diferenças através da religião e identificando as diferenciações entre emancipação política e emancipação humana, discutindo também a noção de propriedade privada, fundamentada no direito e no estado. Nessa obra, deixa claro que o estado apresentado como livre, nada mais é do que a representação do mundo real, da burguesia e da propriedade e deixa como tarefa do proletariado a superação da sociedade de classes.

Apesar de não ser possível ou mesmo necessária uma digressão tão profunda e ampla neste espaço, acreditamos que o essencial é perceber, por meio destas obras, que ao estabelecer o caráter universal do proletariado, e que esta classe possui efetiva e identificável existência histórica, de tal sorte que pode agir como classe para si, representar-se e, assim, governar, se abre uma perspectiva para se pensar o sentido histórico da luta pelo socialismo.

Evidentemente, em 1844, o sindicalismo ainda não havia adquirido o grau de corporeidade que, em última hipótese, marcou a sua trajetória ao longo da segunda metade do século XIX. Na maior parte da Europa, as atividades sindicais seguiam reféns de leis proibitivas e repressão excepcionalmente cruel. Ainda que essa constatação pudesse nuançar as conclusões que digam respeito a esse temário, de fato, Marx nunca deixou de pautar o sindicalismo, não somente como uma questão social, mas, essencialmente, política, na qual o determinante era a estratégia de transformação da ordem social existente.

Nas *Glosas*, a sublevação dos tecelões é tomada “como um protesto contra a vida desumanizada”, mas, há de se lembrar, que a raiz do sindicalismo é o protesto contra a vida desumanizada, que lhe rouba o salário, acresce a carga de trabalho e, no limite, extirpa-lhe o emprego. Nesse artigo, Marx se encontra na raiz do movimento sindical, mas ainda não mergulhou em seu cerne. Essa raiz, contudo, é capaz de fazer florescer uma árvore mais ampla do que a do sindicato. Nela, o autor vê além da sublevação momentânea; vislumbra a revolução social contra o domínio burguês, lembrando que “Toda Revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido, é social. Toda revolução derruba o velho poder: neste sentido, é política”. (2010: 77).

Com arrimo nessa compreensão, dir-se-ia que, antes de descobrir o sindicalismo, por meio das sociedades de resistência, Marx descobriu as condições sociais que lhe deram amparo histórico; condições que, em última instância, poderiam conduzir o proletariado, não apenas a organizar um movimento defensivo ante as estocadas cotidianas do capitalismo (de caráter essencialmente sindical), mas um movimento ofensivo (fundamentalmente político), que, decerto, pudesse levá-lo à derrubada do velho poder. Não raro, essa nuança acompanhará

Marx, e a tradição marxista, em suas rumações acerca do sindicalismo.

Mas o que é somente sinalizado nas *Glosas*, aparecem com toda a força nas páginas agitativas do Manifesto. Marx, no entanto, não se iludia com o caráter das lutas em curso. Ele entendia que a sua função, de imediato, não era decidir o futuro da sociedade existente, e muito menos, de plano, estabelecer as balizas conclusivas de uma nova ordem social, mas, fundamentalmente, fornece as bases para a unidade dos trabalhadores como classe. As uniões eram efêmeras; todavia, ao se tornarem, mais e mais crescentes e regulares, em última hipótese, significavam passos necessários na organização dos proletários como classe. Além disso, elas forçavam “o reconhecimento legal de certos interesses particulares dos trabalhadores”. (MARX; ENGELS, 2008: 34).

Assim sendo, “Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores”. (MARX; ENGELS, 2008: 34). Esse, contudo, é o sentido mais profundo das entidades sindicais. Não raro, elas proporcionam vitórias táticas e derrotas estratégicas. Contudo, as derrotas estratégicas do proletariado, bem como as suas vitórias táticas, não são mais do que o prólogo do seu triunfo estratégico sobre a classe dos capitalistas e do seu regime social. Eis a lógica essencial que norteia o *Manifesto Comunista*.

2. 2. ENGELS NA INGLATERRA: UM OLHAR SOBRE AS PRIMEIRAS UNIÕES LEGAIS DA CLASSE TRABALHADORA

“A necessidade de organizar o trabalho para resistir às injustas exigências do capital foi sentida há muito tempo pelos trabalhadores dos países mais industrializados, e a fundação das sociedades profissionais respondia a essa necessidade de agrupar e combinar as forças dos trabalhadores para a resistência.”

(Adhémar Schwitzguébel).

No verão de 1845, veio à tona a primeira edição de um clássico da bibliografia marxista, redigido por Engels: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Neste livro, o autor, apoiado em seus olhos e nos dados oficiais, forneceu um quadro grandioso, não somente da exploração descomunal do capital sobre o trabalho, mas, simultaneamente, descreveu os alvares da organização coletiva proletária.

É interessante notar como o movimento operário, em suas formas organizativas rudimentares, chega a aparecer no último terço das páginas dessa imponente obra de

apreciação histórica. Em sua análise, Engels buscou estudar a nova forma de oposição que o proletariado inglês organizava em presença de uma burguesia sedenta por extrair a última gota da transpiração operária. Nesse sentido, as uniões operárias decorriam da superexploração dos fabricantes e donos de minas e propriedades agrárias, nas quais já se praticava o trabalho assalariado. Em princípio, eram uniões efêmeras, mas, em seu desenvolvimento, foram adquirindo continuidade. Além do que, lentamente, com greve e sangue, conquistaram o estatuto da legalidade.

Historicamente, os trabalhadores, por meio de associações secretas, já desenvolviam essa nova forma de oposição aos interesses burgueses mais comezinhos, mas, de fato, o salto de qualidade, a saída do porão às ruas, só começou em 1824, ano em que a classe operária albigense arrancou do parlamento o direito à livre associação.

A leitura do livro permite ao leitor examinar as profundas conexões das lutas do proletariado com o seu esforço particular de construir as ferramentas organizativas, com as quais pudesse vir a afrontar os fabricantes e os mecanismos de espoliação por eles adotados. O *turn-out*³⁰ se tornou o instrumento recorrente do trabalhador esbulhado dos direitos básicos. Doutro lado, as uniões, cada vez mais assíduas, superavam os instáveis e fugazes arranjos, em regra, articulados quando da explosão de escaramuças contra os patrões.

Sobre a lei da livre associação, Engels escreveu:

A lei em questão, aprovada em 1824, anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses. Os operários conquistaram assim um direito que, até esta data, era um privilégio reservado à aristocracia e à burguesia: a liberdade de associação. Anteriormente, existiram sociedades secretas entre os operários, mas sem a obtenção de resultados significativos. (ENGELS, 2010: 249).

De feito, um intervalo de tempo de 190 anos separa o estádio atual das formas organizativas da classe operária da primeira lei que lhe franqueou o direito de organização para lutar pelo atendimento às suas necessidades básicas; lei esta que, efetivamente, foi arrancada por seus ancestrais, ainda no leito de colo do capitalismo. Para que se possa aquilatar a relevância dessa conquista, não custa recobrar essa passagem do livro em exame: “Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes” (ENGELS, 2010: 250).

Ainda que reconhecesse que a história destas uniões tem se caracterizado por uma

³⁰ As paralisações e greves não eram toleradas por fabricantes e autoridades, além de ser condenada pelos ideólogos liberais que, a rigor, se limitavam a defender negociações individuais das partes interessadas em substituição às ações coletivas dos trabalhadores para dobrar a intransigência patronal. A insubordinação proletária a esse estado de coisas, decerto, está na raiz do aparecimento das entidades sindicais.

larga série de derrotas do operariado, interrompida por poucas vitórias isoladas, o autor em tela enfatizou a ideia de que tais associações, em última hipótese, se mostraram poderosas na solução das causas pequenas da classe que vive da venda da sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, o aparecimento da organização sindical (*trade union*), aos olhos do mundo, demonstrou que os operários estavam resolvidos a não se deixar explorar mais pela burguesia, sem lhe antepor qualquer modalidade de resistência. Nessa perspectiva, os sindicatos surgiram como escolas de guerra, nas quais os operários aprendiam o “á-bê-cê” do combate contra o capital. A *trade union* não era senão a primeira etapa de uma longa travessia que, historicamente, colocaria em campos opostos as duas principais classes do sistema capitalista: a classe burguesa e a dos operários. Já não era possível se surpreender com o fato de que o estalido da guerra social já era possível de ser ouvido, ainda que à longa distância.

O Movimento Cartista seria o ponto alto dessas escaramuças nas terras de Albion. Era um movimento que ligava as reivindicações específicas do operariado com as bandeiras democráticas, exigindo um lugar no quadrilátero da democracia política que, efetivamente, pudesse ser ocupado pela representação dos trabalhadores. O seu programa de seis pontos golpeava a “muralha legal” que tinha como finalidade excluir da cena pública a participação do proletariado como força política. As bandeiras da democracia e da república tremulavam nas hostes cartistas como elementos de indubitável identidade.

Engana-se, todavia, quem imagina que o cartismo se pautou pela unidade classista, programática e estratégica. Inversamente, no seu interior, vicejavam representações de mais de uma classe, conforme nos revela Engels: “Mesmo sendo, desde o seu início, em 1835, um movimento essencialmente operário, o cartismo ainda não se distinguia nitidamente da pequena burguesia radical” (2010: 263).

Malgrado os seus limites, contradições e caráter heterogêneo, o Cartismo se constituiu como expressão viva do avanço da classe operária “para além” do cotidiano cinzento das fábricas, minas e terras, bem como ultrapassando a dimensão da insensatez política cingida e imposta pela classe burguesa.

Estaríamos, no entanto, incorrendo em erro se acreditássemos que o Cartismo é o grande tema do livro. O que é determinante, neste trabalho de Engels, é a sua análise das condições de vida da classe trabalhadora no país capitalista mais adiantado do mundo. Nessa direção, ele buscou mergulhar fundo nas pioneiras experiências de luta e organização promovidas pelo proletariado britânico, no decurso das primeiras décadas do século XIX, incluindo nesse rol o rico processo social e político representado pelo Movimento Cartista. Entrelaçando uma reflexão social e política, Engels recobrou os traços essenciais dos

primórdios da organização sindical, descortinando as suas fontes e horizonte históricos, examinando o movimento operário sob diversos prismas, começando com os trabalhadores das fábricas, passando pelo proletariado das minas e finalizando com os assalariados agrícolas.

Por essa razão, Engels aponta para o fato de que “todos os operários das cidades e das indústrias que surgem no campo se uniram a associações e protestaram, intermitentemente, por meio de greves, contra a dominação da burguesia.” (2010: 259). Embora pareça perceptível que a origem das primeiras associações sindicais ou sociedades de resistência deva estar ligada à dinâmica das fábricas, que, do mesmo modo, fornecia rico plantel para as variadas experiências organizativas dos trabalhadores, incluindo a cartista, com efeito, as suas divisas não eram fixas; ao contrário, eram fronteiras em movimento, balizas em expansão.

Referindo-se aos operários das minas, Engels anotou a seguinte observação: “Começaram, assim, a constituir associações e a promover greves de quando em quando. Nas zonas de maior progresso, uniram-se mesmo aos cartistas de corpo e alma.” (2010: 285). Nesse contexto de agitação social e organização sindical, é criada a União Geral de Mineiros, que, na análise do autor, cresceu rapidamente, elegeu representantes, organizou reuniões e acolheu as inscrições de muitos membros. Em suma, a rapidez com que se mobilizavam e se organizavam os operários, em larga escala, forneciam às primeiras associações sindicais bases enorpadas para que elas avançassem e se consolidassem. Quaisquer que tenham sido as suas ilustrações mais particulares, no fluxo da história, assiduamente, *turn-out* e *trade union* se revelavam como verso e reverso de uma só medalha, confrontando a crescente hostilidade dos grupos empresariais.

Segundo a óptica engelsiana, “os trabalhadores compreendem cada vez mais que, unidos, são uma força respeitável e que, em casos extremos, podem fazer frente ao poder da burguesia.” (2010: 291). Malgrado esse entendimento, Engels estava convencido do caráter incipiente do movimento operário, na primeira metade do século XIX, embora acreditasse que a guerra dos pobres contra os ricos se faria geral e direta em toda a Inglaterra. Para ele, era demasiado tarde para uma solução pacífica.

Por trás dessa última ideia, estava posta a compreensão de que as lutas sindicais eram somente o preâmbulo de um confronto muito mais vigoroso do proletariado com a burguesia. Em sua forma mais desenvolvida, a concepção engelsiana não emaranhou a imagem de uma “escola de guerra” com a da própria guerra. Nesta concepção, os trabalhadores precisariam alargar o seu horizonte “para além” da mera mecânica sindical,

avançando para “formas superiores” no terreno organizativo, sempre respaldando a noção de que as lutas sociais, em última análise, são sempre lutas políticas.

Em suma, as primeiras coalizões de operários para afrontar a classe burguesa, certamente, representaram as formas preliminares de manifestação de um quadro social no qual começava a se desenhar, com algum grau de nitidez, o que Engels nomeou de oposição entre a burguesia e o proletariado. Os sindicatos, nessa óptica, marcam esse momento em que as forças oponentes riscam um traço no chão e ensaiam as suas primeiras contendas.

2. 3. MARX, ENGELS E A I INTERNACIONAL: O MARXISMO E OS SINDICATOS DEPOIS DO *MANIFESTO COMUNISTA*

“A sociedade de resistência é de uma necessidade incontestável enquanto durar a exploração do homem pelo homem, enquanto os ociosos extraírem seja o que for do trabalho de outrem.”
(César de Paepe).

Depois do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels continuaram observando atentamente as ações promovidas pelas *trade unions*, interpretando o seu papel e tomando o sindicalismo em sua estreita relação com a emancipação da classe trabalhadora do domínio do capital. Essa atitude se expressou na atenção que a AIT (Primeira Internacional) dedicou ao tema dos sindicatos. Não por acaso, cada parte do presente texto é antecedida de uma citação atribuída à Internacional, ou, mais especificamente, a algum dos seus membros, uma vez que esta associação, em grande parte, descerrou as suas portas para as sociedades de resistência e demais formas de organização criadas, naquele átimo, pela classe trabalhadora. É dela que emergiu a mais ampla força pelo reconhecimento das entidades sindicais, até então, pelo menos na maioria absoluta dos países, situadas no limbo da ilegalidade. Deram-se, também, no cerne da I Internacional, os principais debates com relação ao real significado do sindicalismo emergente.

Por exemplo, em texto apresentado no âmbito da AIT, Marx (2012) relacionava o passado, o presente e o futuro dos sindicatos. Nestes termos, ligava o passado às limitações do sindicalismo, refém das exigências do momento; definia o presente com suporte nas lutas locais e imediatas contra o capital, e, finalmente, vinculava o futuro das entidades sindicais ao papel que deveriam cumprir como “centros de organização da classe trabalhadora, atuando no grande interesse de sua completa emancipação”. (MARX, 2012: 92).

Efetivamente, Marx e Engels constatavam os limites da organização sindical, ao tempo que preconizavam objetivos que esta deveria perseguir; objetivos que, em última instância, apontavam “para além” das exigências do momento e das lutas locais e imediatas contra o capital.

A criação da AIT, em 1864, uma organização essencialmente política, e quase concomitantemente, à fundação dos partidos socialistas, ao nível de cada país, atestam que, de feito, Marx e Engels, não somente admitiam as limitações da prática sindical, mas não poupavam esforços no sentido de dotar os trabalhadores de estruturas organizativas; estruturas que pudessem ultrapassar as balizas dos objetivos puramente sindicalistas, avançando para artefatos diretamente políticos.

Esse exercício de tática política, entretanto, em nenhum momento nublou a vista dos fundadores do socialismo científico para a influência e o prestígio que os sindicatos angariavam junto aos trabalhadores, e, nesse sentido, da necessidade capital de que os socialistas revolucionários não deixassem negligenciar a questão do sindicalismo. Isto não era uma mera figura de retórica. Por exemplo, Marx e Engels sustentaram enérgica polêmica com os socialistas alemães do grupo eisenachiano³¹, muito ligado aos dois revolucionários, que, dentre outras coisas, descuidou do problema sindical quando concluiu a aliança política com o a União Geral Operária Alemã, agrupamento de inspiração lassaliana.

Os lassallianos e os eisenachianos superaram em 1871 as suas divergências táticas que giravam não só em torno a questão nacional, mas também sobre o papel dos operários no parlamento. Até 1875 os eisenachianos disputavam a hegemonia do movimento com os lassallianos. No Congresso de Gotha (1875) os grupos se fundiram, conformando então, o Partido Socialista Operário da Alemanha (mais tarde, o Partido Social Democrata da Alemanha - SPD). Marx e Engels viram com reservas esse processo e criticaram duramente o projeto de programa apresentado para o congresso de unificação das duas frações num só partido. O texto, redigido por Marx, recebeu o título de Crítica do programa de Gotha.

As severas críticas ao programa desse partido unificado que Marx submeteu, eram, em geral, sobre erros conceituais graves acerca do real estatuto da categoria trabalho no pensamento econômico, e também porque não trazia de forma clara reivindicações históricas dos trabalhadores, e que, portanto, se o partido ainda não tinha possibilidade de chegar a um programa mais avançado, o melhor era adiar sua redação e, em seu lugar, estabelecer um simples acordo para a ação comum. Marx dizia, de maneira explícita, que suas críticas não

³¹ Como ficaram conhecidos os membros do SPD, fundado em 1869, no Congresso de Eisenach.

invalidavam o fato principal, a saber, “que qualquer passo em frente, qualquer progresso real, vale mais do que uma dúzia de programas”. (MARX, 2012: 22).

Como expressamos há instantes, a celeuma não se restringiu à intervenção de Marx. Nesse quadro de controvérsias políticas, observemos uma passagem específica das críticas que Engels³² faz ao acordo dos dois agrupamentos antes citados:

Em quinto lugar, nenhuma palavra é dita sobre a organização da classe trabalhadora como classe por meio dos sindicatos. E esse é um ponto absolutamente essencial, pois se trata propriamente da organização de classe do proletariado no seio da qual ele luta suas batalhas diárias contra o capital, na qual ele se instrui e que hoje não pode mais ser esmagada, nem mesmo pela mais terrível reação (como é o caso atualmente em Paris). Pela importância que essa organização alcança na Alemanha, pensamos que seria absolutamente necessário mencioná-la no programa e, na medida do possível, reservar-lhe um espaço da organização do partido. (ENGELS, 2012: 54).

De maneira inequívoca, Engels reclamou um lugar aos sindicatos no Partido Social Democrata Alemão, não somente no programa, mas, simultaneamente, “e, na medida do possível”, no terreno da sua organização como agremiação política de caráter proletário. Para ele, o tema dos sindicatos era um ponto absolutamente essencial, e, logo, teria sido um erro não o mencionar.

Vale a pena registrar que essa admissão da importância do sindicalismo caminhou sempre, paralelamente, com a crítica recorrente às suas limitações, conforme se desprende das elaborações de Marx no ambiente político de discussões acaloradas que assinalou a existência da I Internacional.

Eventualmente, em uma dessas discussões entusiasmadas, Marx confrontou um importante líder operário inglês, John Weston, que esgrimia a tese de que a elevação dos salários não melhorava a situação do proletariado e, desse modo, não favorecia a ação sindical. Karl Marx, então, pronunciou o discurso intitulado “Salário, preço e lucro”, trabalho que depois seria editado, adquirindo grande reputação. No 14º item das suas argumentações, ele escreveu:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2006: 142).

³² Carta de Friedrich Engels dirigida a August Bebel e redigida entre 18 e 28 de Março de 1875 em Londres.

Em suma, para Marx, os sindicatos falham por se constituírem unicamente em centros de resistência contra as usurpações do capital, quando, de fato, deveriam se constituir como centros de organização da classe trabalhadora, atuando no grande interesse de sua completa emancipação. Ora, em *O Capital*, Karl Marx esclarecia que “A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período manufatureiro”. (2013: 499). Com a introdução da maquinaria, essa luta alcança o sentido de uma revolta “contra o modo material de existência do capital”. Neste momento, afloram as condições que, paulatinamente, conduzem à organização dos sindicatos, que, todavia, defendem os interesses imediatos dos trabalhadores, sem que isso signifique combater o modo de produção capitalista.

Sobre isso, lê-se em *O Capital*: “As lutas por salário no interior da manufatura pressupunham esta última e não se voltavam de modo algum contra sua existência”. (MARX, 2013: 501). Com a maquinofatura, e a luta sindical por leis que protegessem os trabalhadores das asperezas do capital, particularmente com relação à defesa do salário, esses embates se projetaram para além da existência do regime social capitalista? Evidentemente, que não. Nasce dessa constatação, não a crítica de Marx e Engels aos sindicatos, mas a análise avaliativa dos limites do sindicalismo, cujas proezas são memoráveis, sem que isso, entretanto, represente qualquer perspectiva de ultrapassar os longos séculos gris de domínio do capital.

Engels está de acordo que “sem os meios sindicais de resistência, o operário não receberia sequer o que lhe corresponde, segundo as leis do trabalho assalariado”. (ENGELS, 2008a: 87). Mais adiante, acrescenta: “Só porque o capitalista teme diretamente os sindicatos, vê-se obrigado a pagar ao operário o valor da sua força de trabalho na mercadoria”. (IDEM, IBIDEM). Qual é o problema, então? Para Engels, o problema se resume ao fato de que esse alívio produzido pela existência e luta das entidades sindicais não implica que, por esse caminho, a classe trabalhadora, enfim, possa se emancipar. Em suas palavras,

(...) não haverá verdadeira emancipação para a classe operária, enquanto ela não estiver de posse de todos os meios de produção - a terra, as matérias primas, máquinas etc. - e, portanto, de posse de todo o produto de seu próprio trabalho. (ENGELS, 2012: 87).³³

³³ O texto de Engels foi originalmente publicado, em 21.05.1881, nas páginas do *The Labor Standard*.

3. LÊNIN E OS SINDICATOS

“A luta do trabalho contra o capital não é local nem nacional, mas um problema social que abarca todos os países em que existe a sociedade moderna.”

(Johann Philipp Becker).

Marx e Engels elaboraram a teoria marxista a partir de uma contradição central do sistema capitalista: a contradição entre capital e trabalho. A partir do instrumental teórico inaugurado por Marx e Engels, fica claro que são as contradições nas relações de produção capitalista que, em última análise, deflagram as lutas porque são elas que condensam o conflito entre o desenvolvimento do caráter coletivo do trabalho, e o controle privado de sua organização, e da apropriação do trabalho do trabalhador na forma de mais valia. Contudo, a organização em que se dá um movimento revolucionário, assim como seu programa e seus fins, estão determinados pela situação concreta da época, e as formas que assumem evoluem quando se modificam as condições do enfrentamento.

Lenin avalia que no início do século XX havia se aberto uma outra era econômica, um novo momento histórico - um segundo estágio de acumulação capitalista, em substituição ao estágio do capitalismo concorrencial que iria requerer uma outra oficina de análise que buscasse compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara, diversa da fase do capitalismo do século XIX amplamente investigado por Marx e Engels.

O imperialismo³⁴, fase histórica demarcada por um elevado grau de desenvolvimento da concentração da produção, uma posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas, uma apropriação centralizada do capital financeiro nas mãos dos bancos e o acirramento da luta por territórios econômicos - circunscrita desde os pactos coloniais. Para Lênin, isso infere que:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social

³⁴ Nas linhas acima apenas realizamos uma apresentação extremamente reduzida acerca da teoria do Imperialismo de Lênin.

mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. [...] o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LENIN, 2002: 67).

Para Arcary o primeiro marxista a defender que a época de reformas do capitalismo tinha se esgotado com a chegada da fase imperialista foi Lênin:

Lênin avaliou que tinha se aberto com o imperialismo - que não era só uma política, mas uma nova era econômica do metabolismo do Capital - uma época histórica de apogeu e, ao mesmo tempo, hegelianamente, de decadência do sistema: uma época de guerras e revoluções. Nessa perspectiva, as crises do capitalismo deixariam de ser abalos cíclicos regulares, por certo destrutivos, mas compensados por fases de crescimento relativamente rápidos e vigorosos. As crises seriam cada vez mais intensas e mais frequentes, e as necessidades da recuperação da taxa média de lucro exigiriam uma elevação da massa de mais-valia extraída do trabalho, diminuindo - ou até impedindo-as - margens de negociação de concessões. (ARCARY, 2006: 122)

Para Lenin, o imperialismo é a época do capital bancário, dos gigantescos monopólios capitalistas, de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. As contradições do capitalismo se elevam a um novo patamar, gerando violência e guerra. Em consequência, para o proletariado, nesta etapa da luta de classes, haverá um crescimento inaudito do aparelho burocrático e militar do estado que vai significar a ampliação da sua capacidade de repressão contra as organizações operárias, camponesas e populares, em especial, ao movimento sindical. Outra característica do imperialismo de Lênin é permitir à burguesia, associada ao Estado, corromper as lideranças da

classe trabalhadora. Desta forma, nos momentos de crises econômicas e políticas, de grandes lutas revolucionárias, a burguesia apela para que as direções dos trabalhadores governem, levando o povo a se desmobilizar, acreditando que é o “seu” governo que está decidindo.

Na obra *Que fazer?*, publicado em 1902, Lênin já havia assinalado, de forma categórica, a opção pelo caminho revolucionário contra a perspectiva da colaboração de classe, disseminada pela social-democracia. Uma das principais teses da obra é a de que “sem teoria revolucionária, não pode haver prática revolucionária”. Citando Marx na famosa carta sobre o programa de Gotha, Lênin lembra que o fundador do materialismo histórico dizia ser inaceitável qualquer tipo de concessão teórica e de barganha com os princípios revolucionários. E, embora tenha sido escrita há mais de 100 anos, ainda hoje é objeto de controvérsias infundas, notoriamente em ambientes nos quais as categorias marxistas seguem operando com relativo vigor. Nela, Vladimir Uliianov Lênin estabeleceu uma linha de corte rigorosa entre as *trade unions* e a organização conspirativa de revolucionários profissionais.

Para Lênin, o partido revolucionário deveria ser: 1º) conspirativo - único meio de confrontar os rigores da repressão política czarista; 2º) os seus militantes deveriam constituir uma plêiade de profissionais da revolução. Nessa perspectiva, ele estabeleceu nítida linha demarcatória com relação aos sindicatos, que, diferentemente do partido, deveriam ser amplos, aglutinando os trabalhadores de distintas crenças e concepções, atuando vivamente, à luz do sol, sem qualquer espírito conspirador.

Se o partido era a resultante da mais rigorosa seleção dos seus membros, o sindicato deveria ter as suas portas abertas e os trabalhadores deveriam ter em suas mãos as chaves que lhes dariam o acesso aos interiores mais profundos das suas entidades representativas. Essa distinção é a marca indelével da cosmovisão Lêninista acerca do sentido mais entranhado, não apenas do sindicato, mas da organização política revolucionária, descortinando a primeira em toda a sua real amplitude, descrevendo e definindo a segunda em seu não raro secretismo.

De ordinário, se engendrou uma difusa crítica à visão Lêninista, acusada de menosprezar a organização espontânea da classe trabalhadora. De feito, essa crítica se apoiaria em fundamentos consistentes? Conforme indicado há pouco, passados mais de um século da publicação da obra, essa questão permanece animando debates e discórdias nos estudiosos do marxismo e do sindicalismo. Revisitemos, pois, esse problema, a sua extensão e o seu efetivo significado.

À primeira vista, com efeito, quando escreveu *Que fazer?*, Lênin polemizava asperamente com os economicistas, que, grosso modo, visualizavam - com prioridade - as

lutas salariais e secundavam as campanhas e bandeiras políticas, e, nessa contenda, ele se apoiava num pressuposto engelsiano, que, em última análise, admitia vivamente, não uma ou duas, mas três formas principais de luta: a econômica, a teórica (ideológica) e a política. Eis o ponto de partida do certame de Lênin com o economicismo.

Ulianov nunca desprezou o conteúdo e a forma das lutas econômicas. Chamou a atenção, no entanto, para os seus limites, particularmente, em um momento no qual a Rússia necessitava de liberdades políticas, elemento da realidade que exigia algo “para além” das demandas econômicas, presumindo lugares não desprezíveis para as questões ideológicas e políticas. Na sua óptica, as lutas econômicas e espontâneas, necessariamente, não se conduziriam (de modo automático) em direção ao plano político - dimensão da realidade que, realmente, exigiria, para ser alcançada, a existência de uma organização consciente, i.e., voltada a este fim.

Nasceu daí a lenda de Lênin como marxista pouco sensível à organização espontânea da classe trabalhadora, quando, de fato, a sua crítica era coordenada contra o que ele interpretava como o culto da espontaneidade, por parte de lideranças que, embora formalmente identificadas com o socialismo, se enredavam com o mais tosco estratagema economicista. Nessa linha, se opôs a essa posição, conduzindo contra ela uma luta encarniçada.

Decerto, o problema é mais profundo e a leitura superficial dele não constitui a saída mais recomendável, uma vez que o autor do *Que fazer?* não opunha mecanicamente o elemento consciente à espontaneidade, conforme se pode depreender da passagem abaixo:

Quanto mais poderoso for o ascenso espontâneo das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, tanto maior, incomparavelmente maior, será a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, quer no trabalho teórico quer no político e no de organização da social-democracia. (LÊNIN, 1988:62).

Em palavras simples, o autor quer convencer o leitor de que a ampliação das lutas espontâneas exigiria das organizações políticas da classe trabalhadora, não menos, porém maior vigor político e ideológico. Ademais, para ele, não haveria um abismo intransponível do espontâneo (luta sindical, profissional ou *trade-unionista*) com o consciente (luta política, ideológica).

Para Lênin, era necessário, enérgica e resolutamente, pôr em primeiro plano, em seus melhores aspectos, a primazia do político; ou seja, ele conduzia o seu interlocutor à questão da política, e, por extensão, da sua crença imperecível na capacidade do operário de

exercitá-la. Mais do que isso, o operariado não era o expoente de uma passividade muda. Ele poderia se aproximar do programa da social-democracia revolucionária, ultrapassando a atividade puramente sindical. Examinemos esse problema mais de perto e façamos mais uma fugaz alusão ao conteúdo do *Que fazer?*:

A social-democracia representa a classe operária, não só na sua relação com um dado grupo de patrões, mas, também, nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. (LÊNIN, 1988: 68).

Na ânsia de analisar concisamente as distinções do partido e do sindicato, o líder bolchevique opera com a seguinte diferenciação: o sindicato representa a classe operária perante um dado grupo de patrões, ao passo que o partido revolucionário a representaria “nas suas relações com todas as classes da sociedade” e com o Estado.

Aqui, trata-se de estudar o objeto sob seus diferentes aspectos. Os trabalhadores devem usar mão, dependendo das condições, desse ou daquele instrumento. O sindicato e o partido são os objetos e a classe operária o seu sujeito. O sujeito, no entanto, vive um permanente processo de educação política, e no curso dele é que acumula as condições necessárias para a superação da espontaneidade.

Nesse contexto, devemos responder a uma questão preliminar: Como Lênin compreendia a relação do partido com a classe operária? Não é difícil ver que ele entendia que o papel do partido, no âmbito desse relacionamento, era, fundamentalmente, político e ideológico, e nessa dinâmica, essencialmente educativo. Neste ponto, é largamente conhecida uma passagem do *Que fazer?*, na qual o seu autor se reporta a esse assunto: “Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política”. (LÊNIN, 1978: 68).

Em todos esses casos, Vladimir Ulianov Lênin destacava que cabia ao sindicato ajudar no desenvolvimento da consciência elementar da classe operária (à vista disso, também executaria uma atividade substancialmente educativa), estimulando as reivindicações econômicas e mobilizando os trabalhadores à volta dos seus interesses imediatos em face da exploração promovida pelo capital; de outro modo, era compatível com a existência e o significado do partido revolucionário a tarefa de animar o proletariado com vistas a sua participação no choque impetuoso da atividade política. Tratava-se, com efeito, de desenvolver a consciência política em todos os seus aspectos, trazendo a classe operária para o interior da luta política ativa.

Neste ponto, aquele que lê este estudo tem o legítimo direito de questionar: qual o

lugar dessa discussão nos debates contemporâneos? Não estaria ela, agora, praticamente extinta? Insistir em sua suposta atualidade não seria mais do que uma questão nostálgica da esquerda ortodoxa?

Esses problemas repousam no declínio ideológico que caracteriza a presente etapa da luta de classes em escala planetária. Nesse sentido, o neoliberalismo - com chuva, vento e trovoadas - arrastou a cosmovisão proletária para bastante longe desse imaginário social e político, que, em larga medida, notabilizou a etapa da luta de classes na qual Lênin escreveu a sua polêmica obra.

Decerto, a ideologia é uma dimensão da realidade, e, como tal, não deve ser menosprezada. Do mesmo modo, também não devemos tomá-la como se ela representasse a reprodução fidedigna do mundo real. Cabe ao estudioso, que não se rende às aparências, ainda que estas representem aspectos inseparáveis da existência objetiva, retomar questões que nem o senso comum nem o pensamento hegemônico se inclinam a enfrentá-las seriamente.

Recobrar as ideias-chave do *Que fazer?* é nadar contra a corrente, tomando por necessário o que o senso comum e o pensamento hegemônico apanham como meros espectros de um passado para eles superado, enquanto a passividade muda, no campo ideológico, se reforça a cada passo.

Na obra em análise, Lênin leva a cabo uma complexa interação entre observação e teoria, se negando a tomar o marxismo como uma tradição ossificada e, ao mesmo tempo, nele se apoiando, com o intuito de examinar, teórica e empiricamente, os fenômenos da luta de classe no território russo, no começo do século XX. Certamente, estamos diante de uma obra datada, como todo texto elaborado.

Este trabalho de Lênin, porém, como acontece com alguns trabalhos de certos autores, ao longo da história, adquiriu uma perenidade que o situou além da norma há pouco expressa. O que explicaria esse fato?

Em primeiro lugar, a clarividência com que Lênin descreveu e analisou a complexa interação do espontâneo e do consciente, no plano da consciência operária, bem como o lugar específico do partido e da sua relação com as questões sócio-econômicas ligadas à realidade do movimento sindical. Em segundo lugar, porque Lênin não se mostrou satisfeito em repetir as fórmulas consagradas nos estudos de Marx e Engels. Ao contrário, sem deixar de se apoiar neles, acrescentou novos componentes ao repertório marxista, tomando como referência e ilustração específica as experiências do proletariado russo. Nesse caso, a ideia de partido revolucionário, concebida por Lênin, significou um acréscimo marcante aos haveres teóricos de inspiração marxista. Por fim, elucidou os limites do sindicalismo quando as suas

lideranças se confinavam a uma estratégia economicista, que tornava a classe trabalhadora refém da lógica imanente ao domínio do capital, enfatizando aí o posto de mando da luta política na estratégia revolucionária.

Esses me parecem os pontos mais importantes que, de certa maneira, justificariam o lugar das ideias contidas na obra *Que fazer?* e a sua repercussão ao longo de mais de um século. Outro jeito de lidar com o problema seria recordando o fato de que, transcendendo a obra em questão, Lênin sempre dedicou especial atenção à temática do sindicalismo, até depois do triunfo da Revolução de Outubro, na Rússia, e a posterior criação da URSS. Basta lembrar as contendas de 1920 a 1921, que, efetivamente, situou Lênin e Trotsky em campos opostos. Enquanto este, na prática, defendeu a subordinação dos sindicatos ao Estado proletário, Ulianov se opôs ostensivamente a essa tese, ressaltando a necessidade de que os sindicatos permanecessem como ferramentas autônomas dos trabalhadores ante a máquina estatal, praticando inclusive a livre escolha dos seus representantes.

Não por acaso, Lênin (1961) acusou as teses de Leon Trotsky de conter erros teóricos e inexatidões flagrantes (“uma política de limitação burocrática dos sindicatos”); doutro lado, acentuou a extraordinária peculiaridade dos sindicatos, definindo a entidade sindical, não como uma organização estatal ou coercitiva, mas, antes de tudo, como uma organização educadora, que atrai e instrui, ou seja, “uma escola de governo, uma escola de administração, uma escola de comunismo”. Assim, Vladimir Ulianov distinguia escrupulosamente os sindicatos, o partido e o poder de Estado, afirmando que os sindicatos se encontravam entre um e outro, mas não se confundia com nenhum dos dois (partido e poder de Estado).³⁵ A máquina estatal, também, ao sofrer de deformações burocráticas, em última análise, impunha aos trabalhadores a tarefa de defender-se das antinomias e contrassensos dessa aparelhagem política e socialmente complexa.

A posição de Lênin, nos debates de 1920/1921, sem dúvida, desconstituiu as teses que, de maneira geral, tentaram ignorar a importância atribuída por ele ao sindicalismo; importância que não se deprecia depois do triunfo da revolução socialista. Nessa perspectiva, além de ser útil aos trabalhadores, para proteger os seus direitos na sociedade capitalista, o sindicato não perde a sua importância no cenário pós-revolucionário, contribuindo para edificação de uma nova ordem social, mas, definitivamente, sem o risco de se submeter aos

³⁵ Não é nosso objetivo fazer com que este texto opere sobre as particularidades da experiência socialista na antiga URSS, nem muito menos examinar as ideias de Lênin a esse respeito. Basta dizer que este entendia que o Estado proletário se confundia com a noção de vanguarda proletária, enquanto os sindicatos deveriam abarcar a imensa massa de trabalhadores, e desse modo, essas duas noções não deveriam se misturar; Essa posição, de certa maneira, ajuda a entender a posição de Vladimir Ulianov contra a incorporação das entidades sindicais pelo aparelho estatal, ainda que esse se achasse escudado pela etiqueta socialista.

ditames estatais. As contradições do Estado em uma sociedade de transição, do ponto de vista Lêninista, exigiriam a preservação do movimento sindical no terreno da sua democracia interna e da sua autonomia organizativa. Na prática, a ideia era assegurar a autonomia mútua do Estado e do sindicalismo. Ainda que não tomasse essas questões de forma absoluta, Ulianov, neste ponto, não hesitou em combater as posições que, francamente, apontavam na direção oposta (Trotsky, Bukharin, etc.).

Logo, não estamos perante uma questão nostálgica da esquerda ortodoxa, e, nesse sentido, estudar o objeto sob diferentes aspectos da interpretação dada pelo marxismo, verdadeiramente, implica trazer à tona, como visto nesta parte do trabalho, o entendimento Lêninista do sindicalismo, em atenção à sua peculiaridade e riqueza no conjunto da semântica marxista. Ignorar essa minudência é perder de vista essa peculiaridade e riqueza presentes nos estudos teóricos e empíricos efetuados por Vladimir Ulianov.

4. TROTSKY E OS SINDICATOS NA ÉPOCA IMPERIALISTA

“A luta pela emancipação das classes trabalhadoras significa não a luta por privilégios e monopólios, mas por iguais direitos e deveres e pela abolição de todo domínio de classe.”
(Marx e Engels / Normas Gerais da AIT).

Como visto, anteriormente, Leon Trotsky adotou um ponto de vista, ao longo das polêmicas sobre os sindicatos, de 1920 a 1921, que, por seu caráter temerário, foi classificado por Lênin como teoricamente errado; particularmente, à medida que preconizou a subordinação das entidades sindicais ao aparelho do Estado, no marco da guerra civil em andamento e da política de militarização da economia, que, por seu turno, respondia à luta armada e aos seus desdobramentos internos na Rússia Soviética.

Parece desnecessário voltar aos pormenores das alterações de Lênin e Trotsky em torno do problema sindical. Não demorou muito, o segundo reconheceu o acerto da visão leninista acerca do tema e, no curso dos acontecimentos, incorporou as suas premissas fundamentais. O Trotsky que em 1904 caracterizava o movimento revolucionário russo como “radical burguês”, anos mais tarde, transformou-se em um de seus principais agentes.

Certamente, o mais importante é recuperar as suas contribuições originais a esse debate, afinal Trotsky viveu por mais 16 anos, depois da morte de Lênin, e examinou detidamente a mecânica da vida sindical na segunda metade dos anos 1920 e na década subsequente; período de intensa polarização ideológica e de luta aberta, marcado pela ascensão do stalinismo, na URSS, e do nazifascismo na Alemanha e Itália.

Na brochura *Questões do modo de vida*³⁶, escrito em 1921, Trotsky, então Comissário do Povo para o Exército e a Marinha da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) centra sua atenção sobre os detalhes da vida cotidiana sem, no entanto, perder a dimensão do político. Em *Questões do modo de vida* fica evidente a preocupação de Trotsky com essa forma da educação política e questiona “como as mudanças econômicas afetam a consciência das massas?” ao refletir sobre o modo de vida contraditório das massas em pleno período de transformações sociais daquele período pós-revolucionário da URSS.

A tarefa principal da educação e da autoeducação no domínio da economia é a de despertar, desenvolver e reforçar esta atenção perante as exigências particulares, e insignificantes e cotidianas da economia; nada se deve negligenciar, tudo se deve anotar, agir em tempo oportuno e exigir o mesmo dos outros. Esta tarefa impor-se nos em todos os domínios da vida política e

³⁶ Obra que se destaca do conjunto da produção de Trotsky por localizar nela um conceito de autoeducação da classe trabalhadora como práxis revolucionária para mudar a forma de pensar e agir da classe trabalhadora.

da construção econômica. (TROTSKY, 2009: 25-26).

Já a elaboração da *Teoria da Revolução Permanente*³⁷ em 1922 por Trotsky o faz se debruçar sobre a questão dos sindicatos, sempre levando em conta as condições concretas nas quais os militantes combateram em relação com a luta de classes em seus países e suas tradições históricas. Os episódios dessa etapa da luta de classes deram razão a Lênin e Trotsky, que, por caminhos próprios, caracterizaram esta época histórica como tempos de guerra, reação em toda linha e revolução. Contudo, vale lembrar que o conjunto das obras de Lênin e Trotsky não é compreendida nesta pesquisa como teoria pertinente apenas à realidade soviética dos séculos XIX e XX – ambos dividiam uma concepção do internacionalismo proletário herdeira de Marx e Engels, o que significa que eles consideravam o partido e a classe operária russa como partes indissociáveis do exército mundial do trabalho em sua luta pela erradicação da exploração e da opressão capitalista.

É certo que imperialismo teorizado por Lênin, como vimos até aqui, fez florescer contradições na sociedade nunca antes vista, fazendo com que se demonstrasse mais claramente não só a necessidade como também a possibilidade real e concreta do socialismo. Ao conjunto de contrações entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas percebida por Marx e Engels, Trotsky acrescenta mais uma: a contradição que existe entre Estado-nação e forças produtivas. Na era do imperialismo surge a contradição ente a troca mundial e a regulação estatal da economia que cria barreiras a esta troca - a internacionalização, concentração e centralização do capital em grandes companhias transnacionais tornaram potencialmente mais agudos os conflitos entre os Estados no mercado mundial.

Sobre essa questão, Alvaro Bianchi³⁸ esclarece:

Vantagens comerciais no mercado mundial são obtidas por diferenças nos níveis médios de produtividade do trabalho. Em períodos normais, a potência hegemônica no mercado mundial é aquela que consegue obter um nível mais alto de produtividade do trabalho e, com isso, obter vantagens competitivas para suas mercadorias. Se quiserem competir no mercado, os demais países deverão ajustar sua produtividade a esse nível. Mas a luta no mercado mundial não é feita de maneira pacífica. Ela inclui as armas da guerra, dos bloqueios comerciais, das restrições alfandegárias. Nesse contexto, o Estado forte é instrumento da consolidação de posições no interior do mercado mundial. Na arena mundial, ele torna possível a

³⁷ Teoria formulada originalmente em 1905, em parceria com o judeu russo emigrado para a Alemanha Parvus (pseudônimo de A. L. Helphand, 1879-1924), Trotsky - escrevendo em 1929 - situa as origens dessa elaboração no contexto da polêmica com as outras forças políticas da época.

³⁸ Alvaro Bianchi é professor do Departamento de Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) autor da pesquisa “Trotsky em Português” onde chegou reuni 540 referencias das obras de Leon Trotsky publicadas em Português.

resolução dos conflitos interimperialistas através da força e da chantagem. Permite, também, a repressão aos movimentos de libertação nacional nas colônias e semicolônias, garantindo uma divisão internacional do trabalho favorável aos interesses das grandes potências. Na arena nacional, o Estado forte permite a repressão ao movimento dos trabalhadores e a manutenção de elevadas taxas de produtividade, ou seja, de exploração do trabalho. Assim, o imperialismo é caracterizado por aquilo que hoje chamamos de contrarrevolução econômica e política permanente. (BIANCHI, 2013).

Trotsky parte das formulações de Lenin para explicar como ocorre a formação da economia mundial, criando a partir daí elementos para uma formulação da sua própria teoria do imperialismo. O desafio da época era explicar os fenômenos econômicos e políticos gerados pela dinâmica do capitalismo mundial e a partir de então, estabelecer as perspectivas mais gerais da economia e da luta de classes, obtendo-se as conclusões necessárias para a organização e atuação do movimento operário da época.

“O marxismo procede a partir da economia mundial considerada não como a simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que em nossa época domina todos os mercados nacionais”. (TROTSKY, 1963: 10.)

Da geração de dirigentes da Revolução Russa, Trotsky foi o único que sobreviveu às guerras, e teve que responder, portanto, a fenômenos inéditos da luta de classes, como a derrota do proletariado alemão e a ascensão do nazi-fascismo, bem como o fracasso dos processos revolucionários na China e a burocratização do Estado operário na União Soviética.

No momento, não se trata de preparar ou realizar a análise dessa qualificação teórico-histórica trotskoleninista. Importa mais, e isso tem relação com a natureza deste trabalho, averiguar o lugar do sindicalismo nessa longa temporada de insurgências e contrainsurgências, na qual o Estado adquiriu capacidade ampliada de intervenção na realidade. É nesse aspecto da questão que o problema repousa.

Não é difícil ver que a fortificação das posições do Estado representou rigorosamente, não apenas tornar mais fortes as suas mãos e o seu raio de atuação, mas, de feito, revelou um dos traços mais essenciais e decisivos da época imperialista, que é a ação estatal como forma de salvação do reino burguês. O Estado começa a assumir mais funções, obviamente, não para dar cabo do capitalismo, liquidá-lo, mas acudi-lo em suas crises cíclicas. As mudanças no capitalismo e as modificações no interior da classe trabalhadora necessariamente alteram as relações de forças entre as classes. É nesse ambiente de tensão contínua, no qual o Estado agigantou as suas funções, que os sindicatos assumiram características muito particulares; características que Marx, Engels e Lênin não conheceram,

mas que, pressentidas por Trotsky, o conduziram nos últimos anos de vida a examiná-las, descrevê-las e analisá-las em sua ilustração peculiar.

Admitindo, como princípio geral, que os sindicatos foram criados tendo por objetivo “melhorar a situação material e cultural do proletariado e ampliar os seus direitos políticos”, Leon Trotsky ressaltou, no entanto, que essa realidade se modificou com a eclosão do imperialismo, mudança registrada por ele em passagem na qual analisa o sindicalismo britânico, afirmando sobre este que:

A decadência do capitalismo britânico, dentro do marco do declínio do sistema capitalista mundial, minou as bases do trabalho reformista dos sindicatos. O capitalismo só se mantém rebaixando o nível de vida da classe operária. Nessas condições, os sindicatos podem ou bem transformar-se em organizações revolucionárias ou converter-se em auxiliares do capital na crescente exploração dos operários. (TROTSKY, 2008c: 237).

Para Leon Trotsky, de modo lastimável, as burocracias sindicais optaram por uma orientação política em que os seus representantes se transformaram “em auxiliares do capital na crescente exploração dos operários”. A partir de seu posto, o burocrata sindical não trabalha, seus privilégios dependem do cargo, por isso seu lugar na sociedade é muito mais instável que o de um burguês. O burguês depende da propriedade, estabelecida juridicamente e defendida pelo Estado. Para Trotsky, não há nenhum “marxismo” na ideia de substituir a vontade das massas pela determinação da chamada vanguarda. Para ele era algo absolutamente inadmissível. O burocrata não é dono do sindicato, é uma casta que domina coercitivamente, mas não uma classe.

O que determina o teor burocrático de uma direção sindical não está relacionado diretamente aos percentuais de aumento salarial que ela consegue, mas pela relação que estabelece com o ente sindical, pelos privilégios que daí retira, pela relação que tem com os militantes de base, pelo nível de decisões que a base consegue impor a sua entidade, por sua relação com o Estado e a burguesia.

A tentativa, por parte da burguesia, de liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pela burocracia para funcionarem como organismos de dominação dos operários pelo Estado burguês é lembrada por Trotsky em seu texto *Os sindicatos na época da decadência imperialista*. Os vínculos estreitos do movimento sindical com o poder estatal foram apontados por Trotsky como um dos principais fatores da degeneração dos sindicatos (TROTSKY, 2008b: 201).

De fato, a burguesia se empenha para que o movimento operário se burocratize ao máximo, pois isso faz uma enorme diferença nas negociações. A burocracia quer manter sua

condição privilegiada estável e, portanto, tende a romper com os valores e os princípios de organização da classe trabalhadora e se tornar antidemocrática, conservadora. A tarefa das lideranças que assumem a forma burocrática deixa de ser organizativa emancipatória e passa a ser representativa e conformativa. Mandel³⁹ explica esse fenômeno:

A célebre frase do Manifesto Comunista "Os proletários nada têm a perder senão seus grilhões", é uma frase muito profunda que deve ser considerada como uma das bases do marxismo. Ela confere ao proletário a função de emancipação comunista da sociedade, porque os proletários nada têm para defender.

Quando isso não é mais completamente verdadeiro, quando uma parte do proletariado (seja a burocracia operária, seja a aristocracia operária constituída no proletariado dos países imperialistas desenvolvidos) possui uma organização ou um nível de vida superior à condição do nada inicial, corre-se o risco de desenvolvimento de uma mentalidade nova. Não se pode dizer agora que o proletariado nada tem a perder: em cada nova ação é preciso pesar bem os prós e os contras - não é verdade que a ação empreendida pode acarretar, em vez de trazer consigo alguma coisa de positivo, a perda do que já se possui? (MANDEL, 2005).

As representações das demandas da classe tendem a se restringir aos limites de concessões feitas pelo próprio Estado burguês e as lideranças da classe devem fazer parecer conquistas de lutas por eles encaminhadas. Mas esta é apenas uma faceta da diferença causada pela política de cada sindicato. Outra consequência muito relevante é o fato de que quando a burocracia prioriza as negociações ao invés do confronto acabam por também deseducar a classe operária para a luta, na medida em que vai apresentando como vitória o prejuízo menor garantido pela assinatura de um acordo qualquer, permitindo que o inimigo de classe assumia feições de parceiro.

A ação sindical é levada apenas de fora para dentro dos locais de trabalho, o movimento, além de não conseguir identificar as contradições e os pontos fracos na aparente solidez e invencibilidade da burguesia, deixa que as empresas ocupem em seu lugar vastos

³⁹ Sobre a natureza da burocracia que conduziu o processo de degeneração da República Soviética (URSS) a partir do início dos anos vinte, Mandel sentencia: "A burocracia não é uma nova classe dominante. Não representa qualquer papel indispensável no processo de produção. É uma camada privilegiada que usurpou o exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio do poder, se arroga substanciais vantagens no domínio do consumo (remunerações elevadas, vantagens em espécie, armazéns especiais, etc.). Não é proprietária dos meios de produção. Não detém nenhuma garantia de conservar essas vantagens nem de as transmitir aos seus filhos; tudo está ligado ao exercício de funções específicas. Trata-se de uma camada social privilegiada do proletariado, que assenta o seu poder sobre as conquistas da revolução socialista de Outubro: nacionalização dos meios de produção, planificação econômica; monopólio de Estado do comércio exterior. É conservadora no mesmo sentido em que o é qualquer burocracia operária; põe a conservação do adquirido acima de qualquer iniciativa de extensão das conquistas revolucionárias. [...] Na URSS, o estalinismo é a expressão da degenerescência burocrática do primeiro estado operário, no qual uma camada privilegiada usurpou o exercício do poder econômico e político [...] No plano ideológico, o estalinismo representa uma deformação apologetica e pragmática da teoria marxista. (MANDEL, 1982: 174-178).

espaços de ação política. Enquanto isso, para além dos convites formais, a organização, a mobilização, a participação dos trabalhadores nos sindicatos resume-se, frequentemente, a referendar algo que não foi sequer formulado, discutido e apreciado exaustivamente pelo conjunto de sua base. As empresas passam a ocupar e a orientar, de acordo com seus interesses, um espaço de discussão e participação política que deveria ser, mas não é, uma das principais preocupações dos sindicatos.

Contudo, para Trotsky, esse ingrediente da realidade impunha aos revolucionários (que não deveriam se escusar nesse fato para não atuar nos sindicatos) a luta para libertar os operários da influência reacionária da burocracia sindical. Para ele, a contradição mais decisiva estaria no fato de que os sindicatos, a partir de seus núcleos dirigentes, “cumpram agora um papel reacionário e não progressista. Mas não obstante reúnem milhões de operários” (TROTSKY, 2008c: 238).

Na acepção do marxista ucraniano, esse papel reacionário, em última hipótese, derivaria de circunstâncias nas quais a burocracia se converteu “em parte do aparelho político, econômico e governamental do capitalismo”. Nesse sentido, o aparelho sindical se tornou relativamente independente das massas trabalhadoras, a quem, a sério, deveria representar. Assim, “a burocracia é capaz de manter suas posições até muito tempo depois de as massas terem-se voltado contra ela” (2008c: 239). Ernest Mandel (2005) também destaca que as direções sindicais, sob a fase imperialista do capitalismo, tendem a aprofundarem o processo de adaptação ao Estado burguês:

Uma parte dos dirigentes convive de maneira consciente com a burguesia e integra-se a sociedade capitalista. Os obstáculos à burocratização levantados pela consciência socialista desaparecem; os privilégios se multiplicam; os parlamentares socialdemocratas já não oferecem uma parte do salário à sua organização e tornam-se uma verdadeira clientela no seio da classe operária. A partir desse momento, a degeneração burocrática só pode proliferar. (MANDEL, 2005).

Ora, se entendemos, a partir da tradição marxista, que trabalhadores e burgueses têm interesses absolutamente opostos, como aceitar um governo em que participem empresários e patrões? Para Trotsky, sendo a burguesia a classe mais rica, mais consciente e mais organizada da sociedade, sempre que empresários e trabalhadores se unem, o resultado é que os trabalhadores são primeiro enganados e depois derrotados. Portanto, os trabalhadores só devem confiar em suas próprias forças. Ou seja, a aliança de direções das organizações da classe trabalhadora, com representações da classe burguesa conformando uma Frente

Popular⁴⁰, é para Trotsky, um recurso para preservar a ordem do capital, e não uma via na transição ao socialismo.

Pode-se entender, então, por “colaboração”, não a prática de negociações, acertos ou entendimentos mútuos entre as classes, e sim tão somente a negação da autonomia (“independência”) das mesmas para negociar. Contra a colaboração de classes, portanto, estaria a “independência” do sindicato perante os patrões e o governo, independência para negociar. O termo “colaboração de classes” é, pois, associado à inexistência de autonomia entre as classes ou seus representantes para interagirem entre si.

Ora, se para Marx “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes” já era uma verdade presente na *Sagrada Família* e na *Ideologia Alemã* na situação da Alemanha do século XIX, o que significa que ao considerar seus pensamentos como verdades sobrepostas à realidade material, os trabalhadores transformam seus pensamentos em poderosas armas de mistificação apresentando ‘suas’ ideias, invariavelmente as ideias da classe dominante, como ideias acima das classes sociais, ideias úteis para todos. Imagina então no imperialismo, qual o impacto da ideologia de colaboração de classes, e suas consequências no movimento operário levada a cabo por suas próprias organizações? Dito de outra forma, como fica a educação política da classe trabalhadora quando os sindicatos se unem em frentes com a burguesia imperialista? A educação política que deveria estar calçada na realidade objetiva, vinculada aos interesses e demandas da classe trabalhadora, seria capaz de manter sua linha de independência e não temer marchar diante dos modernos ‘senhores’ capitalistas de escravos assalariados e do governo?

Evidentemente essa política de colaboração entre a classe dos explorados e a classe dos exploradores levada a cabo em processos históricos⁴¹ relativamente recentes culminaram invariavelmente no atraso de consciência de coletividade da classe operária – e

⁴⁰ Os governos de frente popular não são nada novo. Segundo Lenin, o primeiro governo frente populista que apareceu na história foi o governo provisório de Kerensky: "Precisamente, o que e verdadeiramente contrarrevolucionário e o governo provisório, que os defensores querem salvar." E Trotsky no Programa de Transição sublinha que os governos frentes populistas e fascistas são "os dois 'últimos recursos' do imperialismo "na luta contra a revolução proletária".

⁴¹ Segundo Fábio José Queiroz, “As primeiras - e que se tornaram clássicas - experiências dessa tática se deram na Espanha e França. [...] Nos dois casos - Espanha e França - essa política abriu caminho, não para amplas conquistas do proletariado, mas franqueou trilhas e mais trilhas para o áspero galope da reação. Laconicamente, esse é o balanço. Ao findar a Segunda Guerra Imperialista, no entanto, a tática já se transformara em estratégia e, em diversas partes do planeta se aplicou com uma rotina acachapante. As derrotas dos anos 1930 ficaram para trás. Os sobreviventes que enterrassem os seus mortos. Na América Latina, ocorreram situações que podem ser citadas como esboços da aplicação dessa política. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora, surgida em março de 1935, era uma frente popular em potencial, e, no Chile, a partir da eleição de outubro de 1938, que conduziu Aguirre Cerda ao governo, apareceram manifestações iniciais do frentepopulismo latino-americano. De feito, os PCs, em cada lugar e no seu devido tempo, procuraram implementar essa linha como se ela fora um desenlace natural da realidade. (Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=1115>. Acesso em: 30 de julho de 2015.)

provocaram um dano incalculável à capacidade de luta do proletariado e das massas. A solução, no entanto, não estaria em substituir os sindicatos por organizações “novinhas em folha”⁴², mas, pacientemente, estabelecer relações com os milhões de operários que se reúnem nas entidades sindicais. Sob o golpe de grandes acontecimentos, essas relações poderiam fustigar mais energicamente a burocracia e, nessa direção, descerrar novos horizontes políticos para o sindicalismo.

Na realidade, a “burocracia sindical”, a “aristocracia operária” e a “democracia operária”, desde sempre, são temas constantes de debate no movimento operário, assim como na tradição marxista. E Trotsky certamente trouxe uma importante contribuição a esse debate⁴³. Foi ele quem assinalou que quando é incapaz de liquidar com os sindicatos, a burguesia os corrompe por meio da oferta de regalias e privilégios. Isso, então, transforma um setor da própria classe trabalhadora, de onde provem, em uma camada social que se eleva e adquire interesses próprios. Esses interesses os obrigam a todo custo, na defesa do *status quo*, a expulsar os ativistas que questionam sua autoridade e a suprimir a democracia. Neste momento, este setor se constitui como burocracia sindical, agente do estado burguês no seio do movimento operário.

Segundo Hobsbawm (1985: 126), a expressão “aristocracia operária” foi extraída

⁴² Em contraposição a essa atuação contrarrevolucionária surgiu na Alemanha depois da revolução de novembro de 1918 a teoria segundo a qual, os sindicatos operários, organizações aliadas ao Estado burguês, deveriam ser destruídos e deviam criar-se novos sindicatos em seu lugar. Esta teoria originou-se na, a partir de uma série de derrotas dos operários, onde a burocracia sindical havia esmagado com o maior cinismo os princípios essenciais da luta de classes, onde o sistema paritário havia encontrado sua expressão na *Arbeitsgemeinschaft* (comissão paritária de patrões e empregados) e onde a burguesia, reconheceu que os sindicatos operários haviam salvado o Estado.

⁴³ Além dos dois artigos de Leon Trotsky, que embasaram essa parte do nosso estudo, não custa, também, recordar que esse tema é retomado pelo autor em diversos trabalhos, notadamente no célebre “Programa de transição” (acepção popular do texto “A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional”), documento fundacional do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional). No mencionado programa, há uma seção voltada à temática do sindicalismo, intitulada “Os sindicatos na época de transição”. Aqui, decerto, há de se destacar quatro conclusões importantes de Lev Davidovitch: 1ª) os sindicatos não têm e não podem ter programa revolucionário acabado; 2ª) os sindicatos, mesmo os mais poderosos, não congregam mais de 20 a 25% dos trabalhadores; 3ª) os sindicatos organizam “as camadas superiores do proletariado”; 4ª) “Em tempo de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia se torna particularmente difícil, os dirigentes sindicais tornam-se, de ordinário, ministros burgueses”. Neste último caso, Trotsky se refere às circunstâncias da época, perpassadas pela emergência da guerra, que explodiria no ano seguinte (o programa foi aprovado em 1938), mas, de feito, os decênios subsequentes demonstraram que não havia necessidade de guerras e revolução para que os dirigentes sindicais se tornassem “ministros burgueses”. O recrudescimento da crise histórica do capital conduz essas lideranças a ocupar postos estratégicos na máquina do Estado. No caso brasileiro, os governos não prescindiram da presença de sindicalistas na conformação dos seus ministérios: Antônio Rogério Magri (ex-CGT) foi ministro de Collor de Melo; Francisco Weffort (ex-CUT) foi ministro de Fernando Henrique Cardoso; Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini, Jaques Wagner, Antonio Palocci, Miguel Rosseto, Luiz Marinho, Paulo Bernardo e Luiz Dulci (ex-CUT) foram ministros de Lula da Silva; e Ricardo Berzoini e Jaques Wagner (ex-CUT) ministro de Dilma Roussef. Vale destacar que essa “elite sindical”, cada vez mais, ocupa posições de gestão nos fundos de pensão e conselhos de administração das empresas estatais, além de outros órgãos de gestão direta do capital financeiro como o FAT e o FGTS.

por Lênin da obra de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1885, embora já fosse corrente no debate político inglês a ideia da existência de uma “camada privilegiada - minoritária, embora bastante numerosa - que era mais comumente identificada com os ‘artesãos’ (isto é, com os trabalhadores e artífices assalariados e possuidores de um ofício) e, mais concretamente, com aqueles organizados em sindicatos ou outras organizações operárias”.

O comprometimento do movimento sindical, por meio de suas direções, com a burguesia e o Estado seria a concretização da chamada política de colaboração de classes. Política essa que quando se torna hegemônica no sindicalismo impõem condições bem adversas à ação do movimento operário, devido ao uso de instrumentos de atemorização e de retaliação de que dispõem. Nessa linha, se sobressai o poder de cooptação que o Estado exerce sobre as direções sindicais, contando para isso com os cargos de confiança na máquina estatal.

Ao final de novembro de 1923, Trotsky escrevia “O Novo Curso”, um dos primeiros documentos da Oposição de Esquerda⁴⁴, onde argumenta sobre as causas e o significado da burocratização:

É indigno de um marxista considerar que o burocratismo é apenas o conjunto dos maus hábitos dos empregados de escritório. O burocratismo é um fenômeno social enquanto um sistema determinado de administração dos homens e das coisas. Suas causas mais profundas são a heterogeneidade da sociedade, a diferença dos interesses cotidianos e fundamentais dos diferentes grupos da população. O burocratismo se complica devido à carência de cultura das massas. Entre nós, a causa essencial do burocratismo reside na necessidade de criar e sustentar um aparato estatal que una os interesses do proletariado com os do campesinato em uma harmonia econômica perfeita, da qual estamos ainda muito distantes (...). Em outros termos, o burocratismo no aparato do Estado e no partido é a expressão das piores tendências inerentes a nossa situação, dos defeitos e dos desvios de nosso trabalho que, em certas condições sociais, podem minar as bases da revolução. (TROTSKY, O Novo Curso, 1923).

A burocratização é um fenômeno social que depende dos ritmos de desenvolvimento da luta de classes e da escassez ou abundância de recursos econômicos da sociedade. Nunca a burocratização se dá em um ato. Trotsky percebe que tanto em países imperialistas como em países dependentes, a ligação entre a burocracia sindical e do Estado é

⁴⁴ Fração liderada por Trotsky existente entre 1923 e 1928 dentro do Partido Bolchevique, que reuniu grande parte dos dirigentes do partido comunista e que se opôs a política desenvolvida por Josef Stalin a partir de 1923. Desenvolveu-se posteriormente na Oposição Unificada, na Oposição de Esquerda Internacional e na Quarta Internacional. Vários das principais lideranças soviéticas dos anos subsequentes à Revolução participaram ou eram simpatizantes da Oposição de Esquerda, como Ivan Smirnov, Vladimir Antonov-Ovseenko, entre outros.

revelada de uma forma muito direta. Ele, desde 1904, tinha percebido o perigo burocrático e não deixou de se opor e denunciar tal forma de se conceber uma organização operária.

Para Trotsky o principal problema de organização residia no substitucionismo⁴⁵, que tinha lugar quando a organização deixava de atuar à frente da organização do proletariado e, em vez disso, passava a atuar em seu lugar. O sindicato seria, nesta concepção, um ente externo à classe, da diretoria da entidade, que deveria resolver os problemas para os trabalhadores e no lugar deles. Não caberia aos trabalhadores da base participar nem decidir o que fazer. Neste momento a suposta ditadura do proletariado tornou-se uma ditadura sobre o proletariado e a dominação política da classe, em uma dominação política da classe.

[...] minha intenção tem sido chamar a atenção para a diferença no princípio que separa dois métodos opostos de trabalho. E essa diferença, em essência, é decisiva, se vamos definir o caráter de todo o trabalho realizado por nosso Partido. No primeiro caso, temos um partido que pensa para o proletariado, que o substitui politicamente, e no outro temos um partido que educa e mobiliza politicamente o proletariado para exercer uma pressão consciente sobre todos os grupos e partidos políticos. Esses dois sistemas produzem resultados objetivamente diferentes. (TROTSKY, 1904).

O problema que levanta a posição de Trotsky nos remete também a outro tema: o da natureza do regime russo antes e depois da morte de Lênin em 1924, e o da maneira pela qual Trotsky o concebe. É claro que, nos limites desse texto, não poderemos desenvolver. No nosso horizonte, o texto do jovem Trotsky é premonitório no sentido de que o leninismo viria a realizar os dois primeiros passos, e o stalinismo o terceiro. Vale citar que foi a luta consequente contra os rumos da burocracia estalinista que levou Trotsky a constituir a Oposição de Esquerda, e que culminou com sua expulsão da URSS, em 1927.

A base da permanência e fortalecimento da burocracia do Estado soviético não deveria ser buscada, dessa maneira, em fatores psicológicos ou essenciais à natureza humana, mas sim na “necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada enquanto não é possível assegurar a igualdade real” (TROTSKY, 2005: 80). Por este raciocínio, as medidas de impedimento à burocratização seriam insuficientes se desconsideradas as bases econômicas que mantinham a desigualdade. No caso, o baixo desenvolvimento das forças produtivas encerradas nas fronteiras nacionais e o isolamento prolongado diante da não

⁴⁵ Em um panfleto de 1904, *Nossas tarefas políticas*, ele critica tendência substitucionista dos bolcheviques e após sua adesão ao partido bolchevique em 1917, Trotsky não escapará a esta lógica, sobretudo durante os anos 1920- 1922, antes de se tornar, a partir de 1923, o principal crítico do stalinismo. Trotsky alertava, em tom de ironia, que o desenvolvimento das ideias organizativas dos bolcheviques levaria em curto prazo à substituição do partido pela organização, da organização pelo comitê central e, finalmente, do comitê central pelo ditador. “Para um aprofundamento, consultar a biografia de Trotski de Pierre Broué onde nela o autor consagra várias páginas ao texto ‘Nossas Tarefas Políticas’”.

expansão da revolução para os países europeus.

Após 1917, ao invés de caminhar em direção à promessa do socialismo de pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho social, o stalinismo foi o oposto. Mas, não foi apenas por opção política, as amarras econômicas também se impuseram. A guerra civil exigiu uma economia de guerra voltada ao abastecimento militar e, mais tarde, a NEP⁴⁶, com o incentivo a diversas formas de apropriação privada, acabou por dar forma a um aparelho estatal e partidário burocrático que substituiu completamente as massas e qualquer forma de participação democrática. Assim, as condições históricas nacionais e internacionais que abriam a possibilidade de o proletariado de um país atrasado conquistar o poder também asseguravam que, sem a vitória do proletariado nos países de capitalismo adiantado, o Estado operário não poderia se manter, e “Tudo se reduz a uma única coisa: sem revolução no Ocidente, o bolchevismo será liquidado pela contrarrevolução interna; pela intervenção estrangeira ou pela combinação das duas coisas” (TROTSKY, 1978: 100).

As análises em tela foram elaboradas por Trotsky, em 1933, no momento em que, na Alemanha, o nazismo ascendia como o *primus inter pares* da catedral fascista internacional, embora ele tomasse como arquétipo a Inglaterra, mais exatamente o sindicalismo britânico, o mais tradicional da Europa Ocidental. Da mesma maneira que Marx tomou o capitalismo inglês como referência para os seus estudos clássicos acerca desse modo de produção, no século XIX, quase cem anos depois, Lev Davidovitch empregou o sindicalismo da Grã-Bretanha como modelo para tornar real o exame metuculoso das tendências sindicais contemporâneas.

Assassinado em 1940, a mando de Stálin, por um agente da GPU,⁴⁷ a polícia política da burocracia soviética, Leon Trotsky concluiu forçadamente os seus estudos sobre o sindicalismo contemporâneo, elaborando o derradeiro artigo sobre o tema poucos dias antes de ser vítima da ação homicida de Ramón Mercader.

O texto intitulado “Os sindicatos na época da decadência imperialista”, no que se refere a sua interpretação do sindicalismo pós-crise de 1929, traz a conclusão mais emblemática e inequívoca do fenômeno da integração das organizações sindicais ao poder de Estado. Essa problemática é por ele descrita com tintura forte:

⁴⁶ A partir de 1921, pouco depois da revolução russa, estabeleceu-se na União Soviética a Nova Política Econômica, que procurou restaurar alguns traços da economia de mercado para fazer com que nascente economia soviética saísse da crise em que se encontrava. Segundo Lênin tratava-se de um recuo tático: “dar um passo para trás para dar dois adiante”. A NEP era baseada nas pequenas explorações agrícolas, industriais e comerciais à iniciativa privada.

⁴⁷ GPU - *Gossudártsvenoe Politítcheskoe Upravlénie* (Direção Política Estatal), polícia política do Estado soviético.

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. (TROTSKY, 2008a: 199).

Quando escreveu essas linhas, já morava no México há mais de três anos, e, nesse intervalo de tempo, a sua cosmovisão acerca do tema se ampliou pela experiência com o sindicalismo das Américas, notadamente com o que era praticado no país que o acolheu. Os liames com o Estado, de certo, não eram mais um problema desse ou daquele país; quer dizer, a “degeneração” do sindicalismo não era um fato isolado ou restrito a um ou outro continente. Noutros termos, o seu conteúdo estava firmemente disseminado e regurgitava “para além” do mundo britânico.⁴⁸ Em suma, a burocracia sindical se transformara num fenômeno sem fronteiras, parte inseparável da *estatização dos sindicatos*³⁸.

Apesar disso, o velho Bronstein se mantinha esperançoso e, ainda que não conhecesse a máxima gramsciana, o que é o mais provável, ele não permitia que o pessimismo da ideia lhe abatesse o otimismo da vontade.⁴⁹ Trotsky compreendeu que a degeneração e a deformação nas organizações operárias poderiam ser combatidas. Uma vez que a burocratização não é algo inerente ao ser humano, mas ao sistema de dominação que em busca da sua sobrevivência cria mecanismos ou soluções aparentemente mais fáceis para atrair a consciência da classe trabalhadora.

A burocratização, seja pelo parlamento, sindicatos ou mesmo o partido, é um elemento objetivo, o funcionamento democrático dos organismos dos trabalhadores é o caminho indicado para seguir essa luta. Sobre essa questão, Mandel diz:

A democracia operária foi sempre um princípio básico do movimento proletário. Era tradição do movimento socialista e comunista defendê-lo firmemente, no tempo de Marx e Engels, como no de Lenine e Trotsky e só a ditadura estalinista na URSS veio abalar tal tradição, contribuindo igualmente para miná-la a vitória temporária do fascismo na Europa Ocidental e na Europa Central. No entanto, as origens deste desafio à democracia operária são mais profundas e mais antigas: remontam à burocratização das grandes organizações operárias. A Socialdemocracia e a burocracia sindical foram as primeiras a começar a minar os princípios da democracia operária. Começaram por convocar pouco frequentemente reuniões gerais de sócios; depois começaram a manobrá-las ou a suprimi-las totalmente e a restringir ou a abolir a liberdade de discussão e crítica dentro das suas organizações. Não hesitaram sequer em chamar em seu auxílio a

⁴⁸ Tratando do caso específico mexicano, Trotsky escreveu: “No México, os sindicatos transformaram-se por lei em instituições semi-estatais e assumiram, por isso, um caráter semitotalitário” (TROTSKY, 2008b: 200).

⁴⁹ A reflexão, atribuída ao marxista da Sardenha, Antônio Gramsci, quando este se encontrava preso em uma cela fascista, se sintetiza na ideia de que o revolucionário deve saber combinar o pessimismo da razão (inteligência) com o otimismo da vontade (ação).

polícia (e inclusive a polícia secreta) para combater minorias revolucionárias. Durante a primeira guerra mundial, a Socialdemocracia Alemã deu um triste exemplo de colaboração com as forças repressivas do Estado. Nos anos subsequentes, tal exemplo foi seguido pelos Socialdemocratas de todo o mundo. (MANDEL, 2005).

Marx ao relatar a Comuna de Paris já mostrava a preocupação dos *communards* em combater os vícios da burocracia, “o reino da incompetência” e elemento vital do poder político, quando estes estabelecem a equivalência dos salários públicos com os salários dos trabalhadores, impõem revogabilidade⁵⁰ de cargos, dão novo conteúdo ao sufrágio universal e estabelecem o controle popular permanente dos possuidores de mandatos públicos, com a menção das diversas iniciativas de expulsão dos antigos funcionários de seus postos com a tomada de poder pelos operários. Na realidade essas medidas se impuseram diante da resistência na burocracia já instalada para obter obediência no cumprimento das ordens dos operários. Marx descreve a situação na Comuna de Paris no trecho a seguir:

A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber salários de operários. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrouse não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado. (MARX, 2011: 56-57).

Com todas estas contradições ainda há alternativas no sindicalismo que podem levar a organizar, unificar e dirigir as lutas contra o Estado e a burguesia. Por isso, Trotsky propôs aos marxistas a continuidade da atuação nos sindicatos, priorizando a luta pela democracia interna e a independência destes com relação ao capital privado e ao Estado. Duas últimas questões difíceis e objeto de grande controvérsia ao longo de toda a história do movimento operário e sindical e até os dias de hoje.

A fragmentação da classe trabalhadora acaba se refletindo nas organizações de massa dos trabalhadores: diferenciações ideológicas, de raça, religiosas, de orientação sexual etc. Em "A Questão da Unidade Sindical", escrito em março de 1931, Trotsky começa nos

⁵⁰ O princípio da revogabilidade do mandato foi retomado mais tarde por Lênin, quando da revolução socialista de 1917 na Rússia.

avisando que a "questão sindical das organizações operárias não é passível de uma solução simples, adequada para todas as formas organizativas e para todas as situações" (TROTSKY, 2008: 63), analisando então as relações do sindicato coma Liga Comunista e o Partido Comunista no período, especialmente no que diz respeito ao caso francês, afirmando que a verdadeira política bolchevique deve "ser ao mesmo tempo flexível e firme". Dessa forma, a unidade sindical, não significa, contudo, buscar o consenso dos dirigentes ou das correntes que atuam em seu interior para manter a unidade, numa visão de que essa unidade se conquista com a simples junção de entidades. É uma questão tática, e caso necessário que se criem alternativas a partir de organizações de combate autônomas que respondam melhor aos objetivos da classe trabalhadora, pois não podem as massas operárias ficar sob o controle de camarilhas burocráticas, reacionárias e conservadoras com disfarces progressistas.

Nessa perspectiva, ele apontou qual deveria ser o programa para o sindicalismo revolucionário:

A primeira palavra de ordem desta luta é: independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista. Isso significa lutar para transformar os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária. A segunda é: democracia operária. Esta palavra de ordem deduz-se diretamente da primeira e pressupõe para sua realização a independência total dos sindicatos em relação ao Estado imperialista ou colonial. (TROTSKY, 2008a: 201).

Note-se que, nesta estratégia está contido um diagnóstico: os sindicatos estão, cada vez mais, estreitamente vinculados ao aparelho estatal e, ao tempo, distante da grande massa trabalhadora, a qual deveria representar. Conseqüentemente, a democracia interna, que havia sido parte da etapa histórica anterior do sindicalismo, praticamente deixou de existir, e o retorno dela estaria condicionado, necessariamente, à retomada da "independência total dos sindicatos em relação ao Estado imperialista ou colonial".

A referência ao "Estado imperialista ou colonial" é o reconhecimento de que a burocratização ou estatização dos sindicatos se tornou um fenômeno de envergadura mundial, e não um episódio restrito ao continente europeu, e como tal, deveria ser arrostado.

Mais de setenta anos depois do assassinato de Trotsky, esse quadro de estatização dos sindicatos, de burocratização das suas instâncias e distanciamento dos líderes com relação à base, de fato, não sofreu qualquer grau de refreamento de maneira oposta, essa situação se agravou e, seguramente, demonstra a atualidade das consignas agasalhadas na argumentação de Leon Trotsky.

Desta forma, não é surpreendente que, no confim da nova crise capitalista, nota-se

o estranhamento das novas gerações de ativistas com relação às entidades sindicais e os corpos burocráticos que encabeçam essas máquinas cada vez mais oxidadas. Os processos de terceirização e precarização, que devassam o chamado “mundo do trabalho”, de ordinário, constituem novas gerações de trabalhadores, cujas condições trabalhistas retrocedem brutalmente, se, por exemplo, são comparadas com as de grupos de pessoas que, no período imediatamente anterior, realizavam atividades laborais semelhantes e usufruíam de direitos que, de modo paulatino, estão sendo liquidados. Esse é um caso que pode ser ilustrado pela geração dos “indignados” que, na Europa, se mobilizam contra as grandes corporações e as políticas orçamentárias contencionistas dos governos do velho mundo. Nestas condições, parte expressiva dessa indignação se volta contra o *sindicalismo de Estado*, chegando a situações nas quais a juventude protesta contra os sindicatos, deixando de visualizar, nestas entidades, qualquer potencial de luta pelas demandas que a movem.

Não era essa, no entanto, a percepção de Leon Trotsky. Para ele, era crucial atuar nos sindicatos, ainda que, para se esquivar do caráter policialesco das burocracias sindicais, se desse intervir nas entidades de maneira absolutamente cuidadosa e, se necessário, agir por meio de um trabalho conspirativo. No seu entendimento, havia uma tendência das organizações políticas de esquerda, críticas do sindicalismo, a usar o “caráter atual” das alteradas “sociedades de resistência” como obstáculo intransponível ao trabalho paciente junto às massas trabalhadoras. No que diz respeito a esse esforço redobrado, com vistas a atuar sobre os sindicatos, na *óptica* do dirigente da IV Internacional, era indispensável pelas questões inerentes à estratégia revolucionária, conforme alertava:

De tudo que foi dito, depreende-se claramente que, apesar da degeneração progressiva dos sindicatos e de seus vínculos cada vez mais estreitos com o Estado imperialista, o trabalho neles não só não perdeu a sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário. Trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária. Toda a organização, todo o partido, toda fração que se permita ter uma posição ultimata com respeito aos sindicatos, o que implica voltar as costas à classe operária, somente por não estar de acordo com sua organização, está destinada a acabar. E é bom frisar que merece acabar. (TROTSKY, 2008a: 202).

Esse esforço, porém, não seria literalmente vão, uma vez que o aprisionamento do sindicalismo pelo Estado e as forças do capital se mostra praticamente irreversível? Além do mais, qual a possibilidade da existência de sindicatos independentes na “era do imperialismo”?

Para Bronstein, entretanto, o que não era possível era a existência de sindicatos

reformistas independentes ou semi-independentes. Para ele, alcançar a independência dos sindicatos tinha o sentido de “ir além” do reformismo conformista e modorrento das burocracias sindicais. Ora, nesses tempos de “reformismo quase sem reformas”, esse problema se situa com grau de atualidade superior à época em que “o profeta banido” escreveu os textos-base sobre esse tema. Não é, portanto, que a realidade descarta ou desautoriza as teses centrais defendidas por Leon Trotsky. Em vez disso, “o horizonte nublado do capital”, de que nos fala Bensaïd, faz com que se torne mais evidente que os sindicatos já não podem existir como antes da época imperialista. Já não estamos vivendo a fase capitalista das concessões e reformas, da livre concorrência como norma axiomática, mas a fase de guerras, da reação em toda linha, na qual o sindicato só pode se tornar independente na medida em que aponte para superação da ordem social existente. A ordem do capital monopolista⁴⁰.

Na etapa histórica em que viveu os últimos anos, compor a unidade sindical, era em muitos aspectos, muito mais difícil que no século XIX de Marx e Engels e nas primeiras décadas do século XX de Lênin. Lutar por uma ação sindical independente e fomentar a organização pela base significam antes de tudo, também educar e reeducar a classe trabalhadora.

Em uma entrevista a Mateo Fossa⁵¹, Trotsky torna clara a importância que ele dá a essas tarefas:

Para que os sindicatos possam ser capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, eles devem libertar-se dos métodos totalitários do stalinismo. É preciso abrir os sindicatos aos operários de todas as tendências, mantendo-se a disciplina na ação. Toda pessoa que transforma os sindicatos em uma arma destinada a fins exteriores (em particular com instrumento da burocracia stalinista e do imperialismo "democrático") divide inevitavelmente a classe operária, a enfraquece e abre as portas à reação. Uma completa e honesta democracia no interior dos sindicatos é a condição mais importante para a democracia no país. (TROTSKY, 1938).

Essa é a essência dos pressupostos trotskystas acerca do lugar e do significado do sindicalismo contemporâneo (A ELE). A sua influência sobre certas correntes sindicais da contemporaneidade, como é o caso, hoje, da CSP Conlutas, no Brasil, e até recentemente, da Central Operária Boliviana (COB), demonstra não só a relevância dos estudos de Trotsky acerca desse tema, mas, particularmente, a sua localização peculiar dentro dos espaços nos quais se movem as distintas interpretações marxistas a respeito do movimento sindical.

⁵¹ Entrevista concedida a Mateo Fossa (1896-1973), ex militante do PC, dirigente da grande greve dos operários da madeira de 1935. Em 1938, foi delegado do Comitê pela Liberdade Sindical ao Congresso Sindical Latino-americano que se reuniu no México. Nessa ocasião, realizou uma entrevista com Trotsky.

5. GRAMSCI, OS SINDICATOS, O PARTIDO E OS CONSELHOS DE FÁBRICA

“A união das forças dos trabalhadores, que já é obtida mediante a luta econômica, precisa se tornar, nas mãos dessa classe, uma alavanca contra o poder político de seus exploradores”

(Marx e Engels, Normas Gerais da AIT).

A influência da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, se estendeu para muito além das suas fronteiras físicas e políticas. No rastro desse episódio fundamental do século XX, eclodiram revoluções na Alemanha, Hungria e Itália. Diferentemente do que ocorreu nas terras de Lênin, nos demais países, efetivamente, as revoluções foram esmagadas e os seus dirigentes apenados com o exílio e a prisão, ou, no limite, com o extermínio físico.

Na Itália, o processo revolucionário adquiriu o feitiço de uma vaga incontrolável de ocupações de fábrica; processo esse que colocou em xeque a autoridade do Estado e o caráter supostamente sacro da propriedade privada capitalista. Nesse devir, os elementos de dualidade de poder, que se manifestavam no controle da produção pelos operários em greve, bem como em sua auto-organização, vistos em perspectiva, compeliram a burguesia liberal a se banhar nas águas encardidas do fascismo. Doutro lado, conduziram o movimento operário a “sacar lições” a respeito das suas instituições mais apreciadas: o Partido Socialista Italiano - PSI e os sindicatos.

Sem dúvida, o PSI e as lideranças sindicais não se mostraram a altura dos acontecimentos. As comissões ou conselhos de fábricas, em última instância, eram a resposta da classe operária ao caráter inepto das instituições mais consagradas por aqueles que compunham o que hoje, seguindo as pegadas de Hobsbawm, certa literatura define como “mundos do trabalho”.

A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração. (GRAMSCI, 2004: 247).

Como pode ser visto, o seu ponto de partida para ação revolucionária é, sem dúvida, o universo fabril, espaço fundamental da produção capitalista e da extração de mais-valia sobre a força de trabalho. Nesse sentido, é sua própria ação enquanto ativista político-cultural socialista que o leva a privilegiar a fábrica enquanto ponto central da análise e.

Por seu turno, os conselhos de fábricas que, inicialmente, afloraram no ano de 1919, em cidades italianas do Norte, como Turim, de certo, traduziam aquilo que, sofisticadamente, Gramsci tratava como o *movimento de autoeducação das massas*, suplantando o torpor político dos seus líderes mais eminentes. Na revista *L'ordine Nuovo*, o marxista sardo escreveu as melhores sínteses sobre essa rica experiência. A sua conclusão é lapidar, particularmente no tocante à ruptura com os reformistas, conforme indica um estudioso da obra gramsciana:

O sindicato e o partido operário tinham desempenhado fielmente o seu papel de instâncias privadas e contratuais dentro do Estado burguês. Haviam negociado com o patronato e com o Estado a expensas dos conselhos de fábrica; haviam atuado pela estabilização da ordem social e política; haviam saído em defesa da democracia-parlamentar e se oposto à democracia operária dos conselhos. (DEL ROIO, 2006: 6).

Aqui se pode observar, provisoriamente, que, na realidade, Gramsci criticava duramente o PSI e o movimento sindical, que era inspirado, em última hipótese, por essa agremiação partidária; instâncias que, quando a revolução se pôs em marcha, se situaram no campo da reação, atuando contra o movimento de autoeducação dos conselhos operários. Na contraface desse drama, também se revelou a insuficiência da ação política educativa do trabalho conselheirista, limitado em sua atividade pela “clausura” do sindicato e do partido.

De fato, Gramsci estava obstinado pela ideia da necessidade de se criar um sistema educativo novo que, em larga escala, pudesse gerar na consciência dos subalternos elementos contra-hegemônicos ante o domínio ideológico e cultural da burguesia.

Já para Gramsci, a sociedade civil:

[...] é o conjunto de organismos privados formados pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, sendo as principais o sistema escolar, as Igrejas, as associações profissionais e da cultura. (GRAMSCI, 1991: 32).

Além de ser o primeiro teórico a perceber o lugar, por excelência, da organização da cultura, Gramsci vê a sociedade civil como uma das esferas do Estado em seu sentido ampliado, onde o que importa não é ruptura, mas complementaridade, na qual se desenvolvem conflitos e lutas políticas de várias ordens entre as forças que lutam para a conquista de poder. Em suma, para Gramsci, a sociedade civil compreende todo um conjunto de instituições nas quais os grupos dominantes exercem a sua hegemonia e onde se desenrola a luta pela própria hegemonia.

Esse conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci ajuda-nos a desvendar os

jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a supremacia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrelaçamentos de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política.

Ao analisar os embates pela hegemonia, Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. Em suas palavras, a sociedade política é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção” (GRAMSCI, 2000: 21).

A outra esfera é a sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. Sociedade civil e sociedade política se diferenciam pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e da conformidade. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo: sociedade política mais sociedade civil, isto é, supremacia revestida de coerção. O Estado já não se confunde **atavicamente** com a sociedade política, enquanto aparelho coercitivo que subjuga as massas às relações de produção, se necessário com o emprego da força militar.

Portanto, a entidade sindical deve alcançar a superioridade também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade.

Nessa discussão, o problema central reside nos seguintes pontos: como instituição incorporada à ordem burguesa, seria o sindicato capaz de criar um “sistema educativo” novo?

Por outro lado, teria o partido operário capacidade intelectual e organizativa de ordenar a necessária elevação cultural do proletariado?

A ruptura orgânica com o PSI, com a criação do PCI, era o indicador de que a agremiação partidária, mas não qualquer uma delas, teria capacidade intelectual e organizativa para levar a cabo a difícil tarefa de elaboração da arquitetura contra-hegemônica. Com efeito, a militância de Gramsci no partido comunista, bem como na Internacional Comunista, demonstrava a sua crença nessa ferramenta política. A questão é: se o partido pode cumprir uma função importante na criação de um “sistema educativo” novo, poder-se-ia dizer coisa semelhante com relação aos sindicatos?

O sindicato é um dos tantos instrumentos de luta da classe trabalhadora. Ora, se nele já existem, “em potência, características do socialismo” é preciso admitir que ele possa, sim, desempenhar um papel importante na criação de um “sistema educativo” novo, ainda que coordenado e direcionado pelo partido.

Gramsci também atuou politicamente, lutando pelo movimento conselhistas que sacudiu o Norte industrial italiano, principalmente a cidade de Turim, em 1919 e 1920. Então, junto a Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, Gramsci organiza o jornal *L'Ordine Nuovo*, objetivando fazer a revolução italiana a partir dos conselhos de fábrica. Sua crítica aos sindicatos italianos é contundente, mostrando o quanto se afastaram da classe trabalhadora pelo viés da burocratização.

É tão evidente esse aspecto do problema que merece um exame mais pormenorizado. Os limites do sindicato, da luta imediata, da estratégia reformista e da trava burocrática, sem dúvidas, revelam o quanto as organizações sindicais podem comprometer o seu lugar no processo de criação desse novo “sistema educativo”. Mas não estaria nesses limites a chave para o trabalho pedagógico no âmbito sindical?

A chave mais importante para trazer à luz o conteúdo mais profundo dessa discussão, talvez esteja no artigo de Gramsci “Democracia operária”, publicado em junho de 1919, no qual sustentava:

A fábrica, com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas (de fábrica) são os órgãos da democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração. (GRAMSCI, 2004: 247).

Em suma, os limites do sindicalismo, na *óptica* gramsciana, são de tal ordem que o seu papel político e pedagógico só se materializa na proporção em que desvenda os limites de quaisquer reformas dentro da ordem capitalista. Assim, ainda que não seja o instrumento da revolução, o sindicato pode cumprir “um papel político e pedagógico importante”. Isto posto, é preciso registrar que, no auge da vaga revolucionária dos anos 1919/1920, na qual os sindicatos desempenharam mais o papel de freio do que de acelerador dos acontecimentos, a crítica de Gramsci ao sindicalismo, bem como a sua defesa dos conselhos operários, se mostram muitíssimo mais agudas.

A tudo isso corresponde o elogio aos conselhos de fábrica, experiência que o encantou profundamente, chegando a visualizar em seu andamento os alvares da autoeducação operária, a gênese da administração da produção, pelas mãos e pelos cérebros dos trabalhadores, e, finalmente a base do poder proletário. Ao contrário, nos sindicatos não estariam presentes os elementos essenciais capazes de “produzir as hierarquias que encarnem as forças vitais, o ritmo e o progresso da sociedade comunista”, uma vez que eles não dispunham da capacidade de renovação, tão necessária à instauração do novo. No máximo, eram capazes de criar burocratas e técnicos, e não a base do poder proletário. Eis o duro diagnóstico do filósofo da Sardenha.

Malgrado tais constatações, assentadas na crítica vigorosa às limitações da engrenagem sindical, no plano mais geral, Antônio Gramsci mostrou empenho construtivo quanto às formas de organização inerentes ao sindicalismo, sendo este o aspecto mais característico da atividade desse teórico e militante marxista. É o exato oposto do que, superficialmente, se poderia aceitar como verdade inatacável e definitiva. Desse modo, ainda que não se achassem em condições de constituir as forças vitais da futura sociedade comunista, as organizações sindicais, como mínimo, desempenhariam a função de salvaguardar a sobrevivência física e histórica da classe trabalhadora diante da exploração engendrada pelas forças do capital, questão que não deveria ser desdenhada pelos revolucionários.

Assim, na gramática gramsciana, existiria um lugar não de todo desprezível para os sindicatos. Para o teórico italiano “O Estado socialista já existe potencialmente nos institutos de vida social característicos das classes trabalhadoras exploradas”. Essa frase merece uma apreciação mais rigorosa. De plano, há um problema: como formas de representação dos trabalhadores, os sindicatos não pertenceriam ao campo desses institutos nos quais, potencialmente, o socialismo já existiria? Acontece que o intelectual italiano cogita

sobre as comissões internas fabris e os comitês de bairro, definindo-os como “experiências institucionais da classe oprimida”, perspectivando a “instauração de um novo Estado, tipicamente proletário”. Ainda assim, a pergunta vibraria com toda força e atualidade: afinal, pertenceriam os sindicatos a esse campo ou não?

Autenticamente crítico do sindicalismo, o autor de *Cadernos do cárcere*, no entanto, acreditava que era “politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.” (GRAMSCI, 1987: 20) Vale lembrar que essa massa segue se referenciando nos sindicatos, ainda que esteja afastada do seu cotidiano, aparecendo, quando muito, nos tempos de campanha salarial; apesar disso, o comunista sardo acreditava que era perfeitamente possível o seu progresso intelectual.

Para ir à raiz das coisas, é preciso evocar que Antônio Gramsci confiava plenamente na capacidade do subalterno de se tornar “pessoa histórica”, agente ativo, em suma, protagonista, não obstante “as velhas e desgastadas ideologias sindicalistas”. (2004: 287). Ou seja: o problema seria menos o sindicato do que propriamente o sindicalismo, uma vez que este se revelou “nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma superação potencial dessa sociedade” (2004: 299). Nasce daí a sua crítica mordaz à “teoria sindicalista”, bem como ao sindicalismo reformista e pseudo-revolucionário. É patente que ele amplia o raio da sua crítica à ação sindical, que se revela “absolutamente incapaz de superar, em seu terreno e com seus meios, a sociedade capitalista” (2004: 294). Sobre isso, Gramsci alfineta a “psicologia corporativa em absoluto contraste com a psicologia dos operários”. (IDEM, 295)

De modo aparentemente paradoxal, no entanto, ele admite o trabalho do sindicato “na arte de concentrar e dirigir as forças operárias de modo a estabelecer, com o poder do capital, um equilíbrio vantajoso para a classe operária” (GRAMSCI, 2004: 367). O problema é que o comunista italiano não almeja simplesmente a conquista desse “equilíbrio vantajoso”, uma vez que pretende contribuir com a superação do capitalismo como regime social. A sua simpatia inocultável pelos conselhos de fábrica era o resultado da inquebrantável esperança destes irem além da ordem do capital, diferentemente das representações sindicais, reféns da busca recorrente pelo antes citado “equilíbrio”. Doutra lado, a liquidação dos conselhos foi a antessala da ascensão do fascismo.

Ao fim e ao cabo, entretanto, o que orientava a cosmovisão gramsciana era a ideia de partido político e a função que deveria cumprir: diretiva, organizativa, educativa,

intelectual.⁵² Sobre isso, o sardo é categórico:

Os comunistas, constituindo-se em grupos permanentemente organizados nos sindicatos e nas fábricas, devem levar para os sindicatos e as fábricas as concepções, a tática da III Internacional, influenciando a disciplina sindical e determinando seus objetivos, influenciando as deliberações dos conselhos de fábrica, fazendo com que se tornem consciência e criação revolucionárias os impulsos à rebelião que decorrem da situação que o capitalismo cria para a classe operária. Os comunistas do partido têm o maior interesse, já que sobre eles pesa a maior responsabilidade histórica, de criar nas diversas instituições da classe operária, com sua ação incessante, relações de vinculação e de natural interdependência, que vivifiquem a disciplina e a organização com espírito revolucionário. (GRAMSCI, 2004: 372).

Sob essa perspectiva, os sindicatos - uma das diversas instituições da classe operária, necessariamente, haveriam de cumprir um papel limitado, e é isso que Gramsci sempre advertiu em suas lancinantes críticas à “teoria sindicalista”. No esteio dessa compreensão sempre esteve no primeiro plano o método típico da filosofia da práxis, i.e., o marxismo como corrente revolucionária e anticapitalista.

⁵² Sobre esse debate, veja-se a obra “Os intelectuais e a organização da cultura”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A independência de classe e a luta para defender os interesses dos trabalhadores, para ser levada às últimas consequências, precisa questionar os alicerces da própria sociedade capitalista.”
(José Maria de Almeida).

Deparamo-nos, ao longo da história dos últimos 170 anos, com o debate em torno das organizações primárias da classe trabalhadora, no âmbito do capitalismo, e nesse contexto, convivemos, em particular, com as discussões à volta do movimento sindical e das entidades que, de algum modo, são partes desse movimento mais amplo.

Essa questão torna-se, possivelmente, mais complexa, afora a aparente dificuldade do problema, em seu sentido mais geral, quando verificamos que os sindicatos, em especial, no decurso do tempo histórico, sofreram inumeráveis transformações.

Se desejarmos responder afirmativamente às questões que, ao fim e ao cabo, se manifestam do núcleo dessas primeiras reflexões, de caráter histórico-crítico, não há porque não assentir - como justas - as palavras de um bravo intelectual marxista, quando afirmava que: “os inícios de um novo mundo, sempre ásperos e pedregosos, são superiores à decadência de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz”. (GRAMSCI, 1987: 30).

Ora, se os sindicatos são escolas, no contexto de toda uma época histórica, com efeito, são escolas que anunciam, ainda que sejam confrontadas com um mundo em decadência, que em sua marcha declinante, não se constrange em aliciar os que resistem, e nessa toada, lança mão de cantos de cisne, com o fito de confundir, lograr e cooptar.

Com essa observação, no entanto, se leva em conta, necessariamente, os riscos a que estão submetidas às organizações sindicais, um fenômeno que está associado a mazelas como o corporativismo, o burocratismo e a conciliação de classe. A superficial crítica a esses aspectos do problema, em última análise, pode elidir o sindicalismo como ferramenta capaz de coadjuvar na emancipação política da classe trabalhadora.

Em suma, a crítica da degenerescência do movimento sindical é a condição da existência deste último, não como simples formalidade institucional, mas como arma robusta dos que se opõem à degradação promovida pelas forças do capital, ainda que em nome da “modernidade”. Nesse sentido, como nos assegura um dos principais estudiosos de Gramsci, no Brasil: “Se a ‘modernidade’ é a modernidade capitalista, ela implica pura subordinação e sequer significa ampliação das possibilidades culturais de massa”. (DIAS, 1996: 117).

Essa é a base de uma reflexão circumspecta acerca do sindicalismo, tomado, não apenas como passado, mas, notadamente, como atividade atual. Mas, é possível demonstrar a atualidade e a vigência das definições sobre os sindicatos de Marx, Engels, Trotsky e Gramsci? Em outros termos: os escritos desses marxistas sobre a questão sindical seriam apenas respostas a uma determinada realidade, ou revelariam uma preocupação estratégica com os destinos do movimento operário e com o futuro das próprias organizações operárias?

Os sindicatos afloraram no momento em que o capitalismo ainda experimentava a sua fase livre cambista. Nasceram bafejados pela existência de ampla liberdade interna, apesar de estarem cercados de toda hostilidade repressiva. Marx e Engels acompanharam essa etapa de constituição e afirmação das organizações sindicais. A partir de Marx e Engels é possível afirmar que os sindicatos são “associações contra a burguesia”. Pensamos que há uma tese fundamental na perspectiva marxista sobre a natureza de classe dos sindicatos: são organizações de classe. E por mais que as organizações operárias estejam integradas ao poder do Estado, elas não mudam tal natureza de classe. Ou seja, os sindicatos de trabalhadores podem agir, em determinadas circunstâncias e por um determinado tempo, contra os interesses da própria classe, fazendo com que os trabalhadores aceitem, inclusive, como suas, propostas políticas vindas da burguesia. Contudo, como organismo de classe, os sindicatos não podem renunciar *ad infinitum* seus interesses, nem imediatos nem tampouco os históricos, independentemente de sua orientação política ou ideológica.

Aqui é preciso levar em consideração as contradições existentes na luta de classes, especialmente em períodos mais tenebrosos, como as ditaduras onde um caso no limite deste tipo de sindicato pode ser encontrado nos regimes fascistas, destinados a cumpriram o papel de domar e melhor suprimir o movimento operário. Também há o caso dos sindicatos que sequer possuem alguma autonomia em relação à empresa, pois foram organizados diretamente pelos empregadores ou partidos da burguesia e na maioria dos casos compostos pela chefia e seus encarregados. É conveniente lembrar que acordos estabelecidos de maneira bi ou tripartites podem ser quebrados e compromisso com patrões e governos não são irreversíveis. Assim, mesmo não sendo um sindicalismo “classista e de luta”, quando o sindicato não demonstra o mínimo grau de combatividade e vínculo às suas bases, pois foi institucionalizado a ponto de ser colocado, pela burguesia, a seu serviço, ainda assim, tem caráter operário.

Ademais, são “organizações permanentes” e lutam para assegurar o salário dos seus representados. A descrição do manifesto se coaduna primorosamente com os traços essenciais que caracterizam modernamente as entidades sindicais. O advento do imperialismo

trouxe mudanças significativas, cuja dinâmica se acelerou com o colapso do capitalismo, decorrente da ventania destrutiva desencadeada pela crise de 1929, afetando o sindicalismo, que se vinculou ao aparelho estatal, comprometeu a sua democracia interna e enveredou nas malhas da burocratização. Lênin conheceu apenas o limiar desse processo histórico, mas Gramsci e Trotsky conseguiram viver o suficiente para analisá-lo em sua agudeza, conferindo-lhe uma rica apreciação cujos resultados podem ser contestados, mas, dificilmente, ignorados por aqueles cujas pesquisas estejam direcionadas a esse objeto.

Não por acaso, o autor do *Que fazer ?* concluirá de modo peremptório, sem meias palavras: “Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política” (LÊNIN, 1988: 69). Ali, em uma das suas obras-chave, o autor ressalta a relevância da educação da classe trabalhadora. Trata-se da educação em um sentido vivificante, emancipador. Mészáros, decerto, falaria de uma “educação para além do capital”. Em sentido leninista, a questão está em integrar as massas trabalhadoras numa luta política ativa.

Gramsci talvez devesse se expressar em termos de educação como práxis. Mas esse entendimento já se encontrava, em germe, no pensamento de Lênin - que compreendia o processo educativo das massas em uma aprendizagem que, em última hipótese, teria como base os fatos e acontecimentos políticos concretos. Sob essa perspectiva, as denúncias (revelações) políticas cumpririam um papel de inevitável valor na processualidade por ele definida como educação política. Assim sendo, as “denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida é uma condição indispensável e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas” (LÊNIN, 1988: 82).

Em Lênin, não há exagero em se reconhecer - no marco da sua visão de mundo - a existência de uma educação para revolução: uma pedagogia revolucionária. Dessa maneira, as revelações políticas suficientemente amplas estariam a serviço de uma abordagem pedagógica caracteristicamente revolucionária cujo objetivo primordial estaria em “desenvolver a consciência política da classe operária” (LÊNIN, 1988: 91). O ponto focal de tal estratégia educacional se vincularia à “necessidade premente que a classe operária tem de conhecimentos políticos e de educação política” (IDEM).

Aqui, se delineia com clareza uma percepção do conhecimento como conhecimento político e da educação como educação política. A classe operária tem a “necessidade premente” de adquirir conhecimento e educação como via indispensável para alcançar a sua real emancipação.

Porém, dar aos processos de luta sindical uma perspectiva de tomada do poder e

do socialismo não é tarefa nada fácil e somente compreendendo a dinâmica da situação mundial e do caráter das atuais direções das organizações de massas podemos estabelecer as possibilidades em curso.

A realidade, hoje, quando podemos observar, que embora com alterações no plano da aparência, a essência de cada traço fundamental do imperialismo continua a mesma, é que os sindicatos em todo mundo, a despeito das suas direções pelegas, reformistas, influenciadas ou controladas por partidos de direita ou socialdemocratas, são organizações operárias de massas que para os marxistas revolucionários são “um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para o recrutamento dos operários mais avançados” (TROTSKY, 2008: 227-228).

Os sindicatos, no Brasil, por exemplo, ainda que organizem apenas uma parcela dos trabalhadores, são organizações que gozam de importante confiança entre as massas e têm grande influência entre a classe trabalhadora. “Quanto mais uma determinada organização abarca amplas massas, maiores são as possibilidades que oferece à vanguarda revolucionária” (TROTSKY, 2008: 227-228). Isto quer dizer que para os revolucionários os grandes sindicatos e as grandes centrais sindicais são espaços privilegiados de atuação.

É necessário combinar as demandas parciais e democráticas com as medidas de transição, de tipo socialista, anticapitalista, que ajudem a elevar o nível de consciência da classe operária e demonstrem às demais classes oprimidas que somente a aliança operária e popular pode condensar os interesses da maioria da população com os métodos combativos dos produtores para expropriar a burguesia e construir uma sociedade socialista dirigida pelos trabalhadores e as massas, organizados democraticamente.

Presumidamente, é uma educação pela ação; um processo em que a atividade diária da luta direta incide sobre a sua cultura, a sua consciência e os seus hábitos. Incorpora-se um conjunto de novos artefatos que passa a atuar diretamente sobre a organização mental do operariado.

Um exemplo simples: os trabalhadores começam a entender que para encontrar certas soluções, não no terreno de um arroubamento de espírito, mas em sua lógica prática e concreta, eles devem se reunir, se organizar e se instruir para obtenção daquilo que anteriormente fora projetado. Esse entendimento não deriva do nada como cogumelo, mas procede das ações imanentes à luta de classes.

Nasce daí a oposição que os operários principiam a vislumbrar entre os seus interesses e os do empresariado. Essa é a primeira lição da luta de classes. Ao contrário de harmonia em tais relações, eles se apercebem - à luz da prática e da resistência à exploração -

que, em última hipótese, o que prevalece é a contradição e o antagonismo.

Sobre a relação entre sindicatos e partidos, a realidade, como era prevista por Trotsky, é que “a dependência dos sindicatos diante de um partido se mostra, sem exceção, cada vez mais evidente e aberta em todas as partes”. Para a burguesia, enquanto classe, é mais vantajoso ter os dirigentes sindicais a seu lado, para poderem convencer a classe trabalhadora a deixar-se explorar com mais facilidade, ou para desmoralizá-la. Por exemplo, a Força Sindical possui ligações com o PMDB, PFL, PSDB e PDT. A Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB é ligada ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB. A CUT é dirigida pelo PT. A Conlutas tem em seu quadro dirigente integrantes do PSTU e PSOL.

A direção da CUT e a maioria dos seus sindicatos nunca foram independentes dos partidos. Basta ver que os principais dirigentes, vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governadores e até mesmo o presidente pelo partido são ou foram sindicalistas da CUT. Sem falar dos ministros, executivos de empresas e bancos estatais e assessores nos governos Lula e Dilma.

Por isso, os sindicatos de hoje estão frente a uma encruzilhada: podem servir de ferramentas secundárias do capitalismo para a domesticação dos operários, ou podem converter-se em ferramentas de luta. No primeiro caso, são sindicatos atrelados, submissos, pelegos e autoritários em relação aos trabalhadores. No segundo, são sindicatos independentes, de luta, que querem mudar a ordem social e que praticam a democracia operária. Tal posição se encontra na obra de Boito Jr., Estado, política e classes sociais:

O movimento sindical pode funcionar como mero difusor da ideologia (jurídica) burguesa. Já vimos como isso pode ocorrer: na medida em que se limitar a lutar por um bom contrato coletivo de trabalho, o sindicalismo permanecerá enquadrado na estrutura do modo de produção capitalista. Porém, em primeiro lugar, o sindicalismo pode, ao manter a classe operária minimamente organizada e principalmente quando se vincula a um movimento e a partidos socialistas, permitir a acumulação de forças, a formação de lideranças e a educação das massas. Ele pode funcionar, na feliz expressão de Lênin, como uma “escola de guerra”. Ele pode também, em segundo lugar, participar, como movimento auxiliar, da própria “guerra”. (BOITO JR, 2007: 102).

É possível, finalmente, chegar a um veredito, a partir do panorama dos debates no interior do marxismo sobre os sindicatos e do entendimento de educação como inerente ao processo social da práxis sindical que promove aprendizagens, conhecimentos e construção de saberes, podemos chegar a uma conclusão sobre o sentido do sindicalismo na tradição

marxista: a organização independente dos trabalhadores em sindicatos, na defesa dos seus interesses, mesmo imediatos, pode educar a classe sobre a necessidade de unir as lutas imediatas à luta política, dando um rumo estratégico a cada ação tática. Os sujeitos, desde a indignação com a realidade dada, de se insurgir contra as injustiças e desigualdade social, às práticas de organização para denunciar a situação existente e pensar na possibilidade de nova sociabilidade, passam, então, a confiar em suas próprias forças, e as bandeiras erguidas ao longo das lutas travadas pelos sindicatos, tendo como referência o classismo, a unidade, o internacionalismo, a democracia operária, apesar dos limites e contradições, ajudam a forjar a sua consciência de classe rumo ao socialismo.

Eis o resumo dessa pequena ópera.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ARCARY, Valerio. **Lênin, imperialismo e revoluções**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, 2005.

_____. **Um reformismo quase sem reformas** - uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2014.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BOITO JR., Armando. **Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores** - elementos para uma teoria da ação sindical. In BOITO JR., A. Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O sistema de trabalho assalariado**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Os sindicatos (I)**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Os sindicatos (II)**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **O Risorgimento**. In Cadernos do cárcere. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Democracia operária**. In arquivo marxismo na internet, acessado em 27 de novembro de 2014.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ulianov. **Que Fazer?** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Sobre as greves.** In AGUENA, Paulo (Org.). **O Marxismo e os Sindicatos.** São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **Sobre os sindicatos.** Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe** - estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MANDEL, Ernest. **A Burocracia no Movimento Operário.** Marxism Internet Archives, Seção em Português, 2005. Acesso em 18/01/2015.

_____. **Introdução ao Marxismo.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros.** Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60. Campinas: Cedes, 1997.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

_____. **A revolução antes da revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **As greves e as coligações de operários.** In AGUENA, Paulo (Org.). **O Marxismo e os Sindicatos.** São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

_____. **Crítica ao programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Formações económicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O Capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Papel econômico imediato dos sindicatos.** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008c.

_____. **Resolução da AIT sobre os sindicatos.** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008d.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Sagrada Família.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Sundermann, 2008.

_____. **Obras Escolhidas.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.

MUSTO, Marcello (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!** - Antologia Política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUSA JR., Justino de. **Marx e a crítica da educação:** da expansão liberal - democrática à crise regressiva destrutiva do capital. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

TROTSKY, Leon. **A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional** - Programa de transição, in: Lênin/Trotsky: a questão do programa, São Paulo; Kairós, 1979.

_____. **A revolução traída.** O que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Sundermann, 2005.

_____. **Bolchevismo e Stalinismo.** In MARX, K.; ENGELS, F.; LENIN, V. I.; TROTSKY, L. A questão do Partido. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. **Comunismo e sindicalismo.** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Os sindicatos na época da decadência imperialista,** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **Os sindicatos na Grã-Bretanha,** In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os

Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008c.

_____. **Our Political Tasks.** Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1904/tasks/index.htm>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

_____. **Questões do modo de vida / A moral deles e a nossa.** São Paulo: Sunderman, 2009.

_____. **Uma Entrevista com Leon Trotsky.** Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/09/23.htm>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.